

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM ESTUDOS LITERÁRIOS  
LITERATURA BRASILEIRA

*“Relíquias de Casa Velha:*

Uma leitura do Rio de Janeiro e do Brasil do século XIX e início do XX  
através do olhar do escritor e do funcionário público Machado de Assis”

Dissertação de Mestrado

ALESSANDRO CASTRO DA SILVA

Orientador: Profa. Dra. Gilda Neves da Silva Bittencourt

Porto Alegre, setembro de 2005.

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PPG-LETRAS  
MESTRADO EM ESTUDOS LITERÁRIOS  
LITERATURA BRASILEIRA

*“Relíquias de Casa Velha:  
Uma leitura do Rio de Janeiro e do Brasil do século XIX e início do  
XX através do olhar do escritor e do funcionário público Machado de  
Assis”*

ALESSANDRO CASTRO DA SILVA

Dissertação apresentada à Banca  
Examinadora como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Mestre em Letras: Literatura Brasileira

Orientador: Profa. Dra. Gilda Neves da Silva Bittencourt

Porto Alegre, setembro de 2005

Para o João Vitor e para a Luísa,  
para quem tudo faço e tudo farei.

“Era a primeira vez que as duas iam ao morro do Castello. Começaram de subir pelo lado da rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá por os pés. Nem todas podem dizer que conhecem uma cidade inteira. (...) Natividade e Perpetua conheciam outras partes, além do Botafogo, mas o morro do Castello, por mais que ouvissem falar delle e da cabocla que lá reinava em 1871, era-lhes tão estranho e remoto como o clube, e era o que lhe bastava da metrópole e do mundo.”

*Esau e Jacó*, p. 1, 1904.

## AGRADECIMENTOS

Ao **PPG-Letras** e ao **Instituto de Letras** da **UFRGS**, que me acolheram há dez anos na Graduação e Mestrado, dos quais me recebi a base para chegar aqui e almejar vôos mais ousados. Tenho orgulho de afirmar que sou formado no ensino público e de qualidade da **UFRGS**.

À minha orientadora Profa. Dra. **Gilda Neves da Silva Bittencourt**, que me apoiou e incentivou a crer em minhas escolhas.

Ao Prof. Dr. **Luis Augusto Fischer**, pelas aulas e enfrentamentos, que auxiliaram em minha busca de embasamentos firmes e sólidos.

À Profa. Dra. **Sandra Jatahy Pesavento**, pelo incentivo e apoio em minha pesquisa, influenciando uma leitura histórica da literatura, uma de minhas paixões.

Ao orgulho que a profissão de professor de literatura me proporciona quando a pronuncio diante de tudo e de todos.

Aos colegas do serviço público que, com pressão e compreensão, me ajudaram a nunca desistir dessa empreitada.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Estado do Rio de Janeiro, do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro e da Biblioteca da Academia Brasileira de Letras, pela paciência e atenção com esse pesquisador.

Aos meus amigos e colegas que há muito me ouvem falar sobre minha Dissertação de Mestrado, agora concluída.

À minha família, minha mãe pelo exemplo, meu pai pelo trabalho, meus avós pela rigidez, meus filhos pelo olhar e sorrisos e a minha mulher, **Karina Nunes**, pois sem os seus rígidos incentivos, eu não teria tido forças suficientes para encarar, enfrentar e vencer esse desafio.

## SUMÁRIO

RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
INTRODUÇÃO	1
1.1 – O IMPÉRIO: O SURGIMENTO DO BUROCRATA	7
1.2 – A REPÚBLICA E AS MUDANÇAS QUE NÃO VIERAM	14
2. UMA LEITURA DAS RELÍQUIAS DE CASA VELHA	38
2.1 – ANTES DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS	41
2.1.1 – “Pai contra mãe” - Muito antes da Avenida Central.	41
2.1.2 – “Anedota de Cabriolet” - Descendo a Misericórdia.	58
3.1.3 – “Suje-se gordo!” – O outro lado do centro da cidade	69
2.2 – CAMINHOS E MARCHAS: PARA A CIDADE E O PAÍS	77
2.2.1 – “Evolução” - As viagens férreas para o Brasil	77
2.2.3 – “Umas Férias” – Um trajeto anônimo	101
2.3 – HISTÓRIA DO BRASIL	108
2.3.1 – “Maria Cora” - Revolução Federalista (1893)	108
2.3.2 – “Um Capitão de Voluntários” – Guerra do Paraguai (1864-1870)	121
2.3.3 – “Pílades e Orestes” - Revolta da Armada (1893)	131
CONCLUSÃO	142
BIBLIOGRAFIA	147

## **RESUMO**

Este trabalho é uma leitura interpretativa do último livro de contos de Machado de Assis, *Relíquias de Casa Velha* (1905). Em nossa análise, procuramos observar o olhar do escritor sobre a cidade do Rio de Janeiro do século XIX, que serve de cenário para a obra machadiana, e sobre as transformações urbanas que ocorreram na cidade no início do século XX. Além disso há nesse trabalho, uma tentativa de identificar algumas relações entre a temática dos contos e as atividades desenvolvidas por Machado de Assis como funcionário público do Governo Federal. Numa leitura histórica, geográfica e literária, procura-se entender a ótica do escritor sobre a História do Brasil e analisar sua qualidade contística.



## **ABSTRACT**

This paper is an interpretative reading of the last book of short stories written by Machado de Assis, *Relíquias de Casa Velha* (1905). It is intended to observe the writer's view of the city of Rio de Janeiro in the 19th century, which serves as a setting for Machado de Assis' work, and the urban transformations that took place in the city during the early 20th century. This analysis also attempts to identify the relations between the themes of the short stories and the activities developed by Machado de Assis as a public officer in the Federal Government. With a historical, geographical and literary reading, this work aims at understanding the writer's viewpoint on Brazil's History and analyzing the writer's ability and quality in writing short stories.

## INTRODUÇÃO

“Há entre o céu e a terra muitas mais ruas do que sonha a tua filosofia”  
*Quincas Borba*, 1981, p. 131.

Sabemos da grande capacidade do escritor Machado de Assis de analisar a psique humana. Isso é assunto deveras debatido, que muito ainda será pelos leitores da obra do chamado “Bruxo do Cosme Velho”. Sabe-se também que a cidade do Rio de Janeiro é cenário de praticamente toda a obra machadiana. O *olhar* do escritor centra-se nas ruas, praças e paços que são citadas de tempos em tempos, em seus romances, contos e crônicas. Encontramos uma verdadeira cartografia da cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX nos textos machadianos. Pouquíssimas vezes suas personagens saem da antiga capital brasileira e, quando o fazem, o narrador em nada ou muito pouco os acompanha. Talvez por isso mesmo, pela cidade fazer parte de toda a obra, uma leitura mais atenta sobre a importância desse cenário nunca tenha sido levado a cabo pelos críticos machadianos.

Com isso, surgiram alguns questionamentos que resumiremos assim: as ruas aparecem como mero decalque de uma cidade cara ao escritor? Como uma forma de prender a atenção do leitor? Ou teriam elas alguma função literária?

A partir dessas dúvidas iniciais, realizamos um corte em sua obra para podermos fazer uma análise mais detalhada. Os romances ficam para um trabalho futuro e partimos para uma leitura dos contos publicados em livro na sua chamada fase Realista. Confirmamos que na maior parte dos textos há referências urbanas. “A cartomante” é um caso que nos chamou a atenção desde antes de pensarmos em produzir uma dissertação e servirá como exemplo. O conto apresenta uma quantidade enorme de citações sobre ruas do centro do Rio de Janeiro. O narrador cita a Rua da Guarda Velha no início e no final da história. Ao tentar entender a função dessa rua para o conto, lembramos que, conhecedor de Edgar Allan Poe que era, Machado de

Assis não estaria colocando um nome de rua duas vezes por mero acaso<sup>1</sup>. O questionamento da personagem Camilo, no início do conto, serve para ele saber o endereço da cartomante que, ao final do conto, acaba conhecendo. Descobrimos, após uma pesquisa mais aprofundada em mapas do século XIX e estudando a história das ruas do Rio de Janeiro, que, para se ir do Largo da Carioca, onde Camilo entra num tálburi, para os lados do Botafogo, onde morava Vilela, ele necessariamente precisaria passar por essa rua, não havia outro caminho. A Rua da Guarda Velha não está citada por mero acaso ou simples cenário, ela participa da trama, possui uma função literária nesse conto.

Para chegar a essa conclusão, realizamos uma leitura geográfica e histórica da cidade do Rio de Janeiro, abordagem não muito comum da obra machadiana, uma vez que a leitura psicológica e sociológica são as mais tradicionais. Optamos, então, por abrir caminho por terreno pouco estudado. Realizamos pesquisas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde conseguimos consultar e tirar cópias de mapas que mostravam como era a cidade à época retratada por Machado de Assis.<sup>2</sup> Consultamos também o Arquivo histórico do Município e o Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. A biblioteca do Arquivo Municipal e os Relatórios Anuais dos Ministérios para os quais o burocrata Machado de Assis trabalhou por mais de 35 anos encontrados no Arquivo Estadual foram de grande relevância para esse trabalho.

De posse desse material priorizamos analisar suas atividades profissionais dentro do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas a partir do ano de 1892 até seu afastamento definitivo das atividades burocráticas, quando faleceu, em 1908. Encontramos algumas relações (sutis, para falarmos a verdade) entre as obras públicas desenvolvidas por esse ministério com a obra literária de Machado de Assis, principalmente aquela publicada no início do século XX. Com isso, aproximamos mais a lupa e centramos nossa análise no último livro de contos

---

<sup>1</sup> Cf. FLORES DA CUNHA, 1998, p.67. A autora relaciona as cinco referências de Machado de Assis sobre o escritor norte-americano em sua obra. Na “advertência” da coletânea *Várias Histórias*, in, ASSIS, V.2, 1962, p.476: “(os contos) não são feitos daquela matéria prima que (...) colocam os de Poe entre os primeiros escritos da América.”

<sup>2</sup> Anexo 1.

do autor, *Relíquias de Casa Velha*, publicado pela editora Garnier, que chegou às mãos do público nos primeiros meses de 1906.<sup>3</sup>

Essa coletânea está comemorando seu centenário e, só por isso, já mereceria uma leitura mais atenta. Gostaríamos de ter feito essa escolha, mas a efeméride foi mera coincidência. Selecionamos os nove contos dessa obra por haver muitas referências urbanas e históricas sobre a capital federal e o país existentes antes do século XX. A importância dessa obra é ampliada se considerarmos que a capital do país está sofrendo, na época da publicação do livro, uma série de reformas urbanas que transformam a cidade provinciana e arcaica numa tentativa de metrópole. Projeto amplo, que envolve saúde e urbanística, governo federal e municipal. O ministério em que Machado de Assis trabalhava exercia importantes funções, sendo responsável direto por essa série de obras públicas. Diretamente ele não participa, mas indiretamente precisa tomar ciência de tudo que está ocorrendo. E, mesmo assim, o escritor Machado de Assis não publica uma única linha, nem para elogiar, nem para criticar essas reformas urbanas ocorridas após 1904. ou seja, não há referências diretas em seus contos de suas atividades, mas podemos observar alusões, em alguns contos, que nos remetem a algumas atividades que o burocrata deveria e tinha conhecimento.

Nosso trabalho pretende mostrar que não há alusões diretas às transformações da cidade. Mesmo assim, pela ausência e priorização do Rio Antigo como cenário, há uma relevante relação entre os três itens essenciais à nossa análise: o *cenário urbano* (o antigo e o novo), o *funcionário público* e a *obra contística* do escritor.

Na coletânea escolhida para análise o autor frisa na “Advertência” que há nesse livro “lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu”.<sup>4</sup> Temos, nesse livro, um resgate de um passado caro ao escritor. Entre essas lembranças, há duas peças de teatro e quatro “Páginas críticas e comemorativas”, como informa o índice da obra. Não iremos abordar esses textos

---

<sup>3</sup> Cf. ASSIS, 1990. Adriano da Gama Kuri diz que a data do colofão, outubro de 1905, está na edição original, que confirmamos pessoalmente na Biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Mas R. Magalhães Jr. informa que os primeiros comentários sobre a obra na imprensa carioca surgiram somente em fins de Janeiro de 1906.

<sup>4</sup> ASSIS, 1962, p.658.

nem o belíssimo soneto de despedida de sua esposa falecida, “A CAROLINA”, por não possuírem referências aos três itens citados no parágrafo acima.

Após a seleção do grupo de contos que iremos trabalhar, passamos para a fortuna crítica. Aline Carrier e Luciano Trigo fazem um cotejo de fotos de época com trechos da obra do escritor. Nenhum deles, no entanto, realizou uma leitura mais científica<sup>5</sup>. Quanto à obra literária *versus* a vida profissional, há poucas referências. Grieco relata episódios envolvendo o burocrata, sem relacionar com sua obra, em um pequeno capítulo de seu livro<sup>6</sup>. Alguns autores biografaram sua vida, tentando aproximar suas atividades burocráticas de sua vida pessoal e sua literatura. Lúcia Miguel Pereira foi uma das primeiras a tentar abranger sua vida e obra, citando sua ascensão social, do mesmo modo que Elói Pontes<sup>7</sup>. R. Magalhães Jr., dos biógrafos, foi o que mais se aprofundou, escrevendo uma série de obras em que analisa a vida pessoal, literária e profissional de Machado de Assis<sup>8</sup>.

Raimundo Faoro apresenta uma costura pontual da história do país e da obra machadiana, assim como John Gledson, que procura aproximar história e literatura focando os romances publicados após *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Nenhum dos dois leva o debate sobre a vida profissional de Machado de Assis muito amiúde. Roberto Schwarz analisou a sociedade patriarcal a partir da obra machadiana, porém não se aprofundando no funcionário que Machado foi em grande parte de sua vida<sup>9</sup>.

O historiador Sidney Chalhoub realizou a comparação da obra machadiana produzida na década de 1870 com suas atividades no Ministério da Agricultura nesse mesmo período, encontrando diversas alusões à escravidão, cerne de sua pesquisa, nessa relação<sup>10</sup>. Chalhoub tornou-se — mais que os citados acima e outros que aparecerão ao longo das análises contidas nesse trabalho — importante referencial teórico para essa pesquisa pela aproximação do funcionário e do escritor. Mas, diferente dele, nossa análise abrange outra época, aproximando o funcionário das últimas duas décadas do século XIX e da primeira do século XX com os contos

<sup>5</sup> CARRIER, 1999 e TRIGO, 2001. A obra de Trigo possui uma aproximação maior com a história da cidade do Rio de Janeiro, tornando-a mais completa e interessante. Carrier fez um trabalho estético belíssimo, mas pouco profundo.

<sup>6</sup> GRIECO, 1960, p.165.

<sup>7</sup> PEREIRA, 1949 e PONTES, 1939.

<sup>8</sup> MAGALHÃES Jr., 1955, 1958-I, 1958-II e 1981.

<sup>9</sup> FAORO, 1974, GLEDSON, 1986 e SCHWARZ, 2000, 1990.

publicados na coletânea *Relíquias de Casa Velha* e, esporadicamente, com os romances e crônicas desse período, para referendar nossa leitura.

Em nossa pesquisa, descobrimos episódios interessantes, que servem para ampliar a leitura da obra machadiana. Por ser essa faceta da vida do escritor pouco conhecida, elaboramos um capítulo inicial em que apresentamos um panorama evolutivo de suas atividades, quase uma pequena biografia de sua vida profissional, desde os tempos do Império, passando pela República, até o fim de sua vida. Nossa intenção é iluminar um pouco a vida do escritor, priorizando sua vida profissional, muito pouco conhecida até mesmo pelos estudiosos da obra machadiana, que dizer pelo leitor comum.

Na seqüência, temos um grande capítulo em que os nove contos que compõe *Relíquias de Casa Velha* são analisados. Optamos por uma redistribuição da ordem desses contos, agrupando-os em três grandes grupos temáticos, conforme pode ser visto no índice. Nossa intenção é sistematizar a leitura desses contos, mostrando que há pontos de aproximação e de afastamento entre eles. Em comum, todos abordam de alguma maneira o cenário urbano do Rio de Janeiro do século XIX. Iremos explicar melhor a divisão na abertura do respectivo capítulo e dos sub-capítulos que agrupam esses contos.

Consideramos nossa análise uma das tantas leituras que podem ser realizadas da contística do maior escritor brasileiro. Dentro de um universo de fortunas críticas, imaginamos que essa pesquisa possa contribuir para ampliar as possibilidades de abordagem da obra de Machado de Assis, mostrando que o cenário machadiano não é meramente um cenário e que sua vida profissional teve alguma relevância para sua produção literária, ainda que de modo sutil e indireto.

---

<sup>10</sup> CHALHOUB, 2003.

## 1 - O FUNCIONÁRIO PÚBLICO JOAQUIM MARIA

Em 15 de novembro de 1889, temos uma das mais significativas mudanças na história do Brasil: a Proclamação da República! Mudança desde há muito almejada pelos homens que pensavam o país, sejam eles políticos, sejam intelectuais. O escritor Machado de Assis testemunhou essa mudança e mais, o funcionário público Joaquim Maria participou, ainda que passivamente, de algumas das transformações burocráticas por que passou o governo brasileiro nessa última década do século XIX e na primeira do século XX. E não foi somente a política que mudou, a cidade do Rio de Janeiro também.<sup>11</sup>

Machado de Assis foi um burocrata por mais de 35 anos. É integrante do Ministério da Agricultura desde 1873. Sua vida como funcionário do governo é coisa pouco alentada, diante da grandiosidade de sua obra. Mas, e aqui começaremos a tecer nossas hipóteses, algumas situações surgidas em suas funções públicas — desenvolvidas com afincado exemplar, conforme diversos testemunhos — perpassam, em certo grau, sua obra literária. Dividimos nossa análise em dois grandes campos: o Império, que o empregou, e a República, que o manteve no emprego.

Nesse capítulo, apresentaremos alguns traços pitorescos de sua vida profissional, passando, como não poderia deixar de ser, por sua vida pessoal e literária. Nosso objetivo, com isso, será levantar elementos que cruzam a vida profissional com a literária publicada no século XX, prioritariamente o livro *Relíquias de Casa Velha*.

---

<sup>11</sup> Manteremos os nomes Joaquim Maria para o funcionário público e Machado de Assis para o escritor, somente para mantermos certa distinção dentro da mesma pessoa. É uma distinção desnecessária, mas útil para diferenciar suas atribuições. Mas informamos também que não seremos rígidos nessa distinção.

### 1.1 – O Império: o surgimento do burocrata

Primeiramente, apreciemos um apanhado do funcionário Joaquim Maria antes da República. Então com 17 para 18 anos, o franzino rapazote, que nascera no Morro do Livramento, conseguiu um cargo de auxiliar da Tipografia Nacional. Antes trabalhara como auxiliar de padeiro numa padaria cujos donos eram franceses. Dizem que aproveitou para aprender e praticar a língua francesa com seus patrões. Comenta-se que vendeu doces nas portas dos colégios da cidade, ajudando sua madrasta com as despesas. Seu pai morre quando ele tinha em torno de treze anos. Nada confirmado. Dizem até que isso é uma romantização de sua vida, afinal, em seus textos, nada falava de sua vida pessoal e o pouco que ficou são conjecturas de seus biógrafos.

Pouco se sabe desse período na Tipografia, mas ficou uma anedota peculiar. Conta-se que um colega resolveu denunciá-lo ao Administrador, pois o rapaz ficava pelos cantos, sempre que possível, lendo um livro, ao invés de procurar trabalho. Vê-se que não é de hoje que no funcionalismo sempre um cuida do outro, mesmo que isso não melhore os serviços. Não é do funcionalismo que tratamos, mas da história de um funcionário em específico, ingressemos na sala do chefe.

Diante do diretor da Tipografia Nacional, que era o escritor Manuel Antonio de Almeida, autor de *Memórias de Sargento de Milícias*, o tímido e gaguejante jovem é questionado sobre essa situação e sobre o que estava lendo. Começa, entre gaguejos, a comentar o livro. Vendo que estava diante de um excelente e voraz leitor, procurou estimulá-lo, querendo saber sobre outras leituras. Gostou tanto do rapaz que apresentou essa jovem promessa a seu amigo e editor, Paula Brito, dono do jornal *Marmota Fluminense*.<sup>12</sup> O jornalista o acolheu e, a partir daí, começou sua carreira literária que duraria até sua morte. Mas não é esse nosso assunto principal, voltemos nossa atenção ao progresso do funcionário público.

Em 16 de março de 1862, então com 22 anos, o jovem mulato apresentou o seu primeiro parecer como censor teatral do Conservatório Dramático Brasileiro, órgão oficial criado por Dom Pedro II em 1843, que visava a apreciar e ter um certo controle das produções e apresentações teatrais na Corte, tendo poder de censura. O



jovem era um dos censores, que tinham com uma das únicas vantagens assistir todas as peças designadas pelo presidente do Conservatório sem pagar ingresso. Em contrapartida, era uma função não remunerada. Como era um apreciador da arte e possuía recursos parcos, advindos de algumas colaborações na imprensa, de onde tirava seu sustento, não pagar ingresso no teatro, principal diversão e fonte de cultura à época, demonstrava um prestígio considerável para aquele autodidata apreciador de arte.

Em 1867, começou seu trabalho no Diário Oficial, como ajudante do diretor, cargo que ocupou até o final de 1873. Isso significava estabilidade financeira, para quem tinha poucos gastos. Provavelmente gastava seu tempo livre era gasto com a imprensa e com sua literatura. O jovem estreara em livro em 1864, com as poesias de *Crisálidas*, mas já possuía peças de teatro impressas desde 1861. Com o sucesso literário e certa garantia financeira, o jovem almejou algo mais e constituiu família. Durante a doença do poeta português Faustino Xavier de Novais, aqui radicado, amigo de Machado de Assis, conheceu e conquistou a irmã do convalescente, Carolina Augusta Xavier de Novais, que viera ao Brasil somente para cuidar do irmão. O jovem porta não resistiu às enfermidades, falecendo em seguida. Machado de Assis casou-se com Carolina no ano de 1869.

Mesmo colaborando intensamente na imprensa, o dinheiro não seria suficiente para dar certo conforto a essa portuguesa austera, recatada, mas acostumada com certo conforto. Estréia, então, como romancista em 1872, com *Ressurreição*, e com o primeiro livro de contos em 1871, com *Contos fluminenses* e *Histórias da meia-noite*, em 1873. Mas deles não angariava grandes rendimentos. Poderíamos dizer que um homem que teve uma origem humilde tem consciência de que a literatura é uma fonte de alimento para o ego e a vaidade, mas não sustenta uma casa. Talvez por isso (e por seu caráter, mas salientamos serem tudo hipóteses não confirmáveis) o homem Machado de Assis valorize a estabilidade que possuía junto ao governo.

Ingressa como amanuense da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, espécie de super-ministério imperial, conforme informa Raul

---

<sup>12</sup> MAGALHÃES, 1981, v.1, p.40-42. O biógrafo desmente esse contato, pois a época em que Almeida trabalhou na Tipografia não coincidiu com a que Machado nela trabalhou. Mantivemos a anedota por ser pitoresca e interessante.

Magalhães Jr.<sup>13</sup>. A função era mesma desempenhada por Lima Barreto no Ministério da Guerra, antes dele ser encostado por “loucura”, já no século XX, era de baixo escalão, quase um simples copista. Lima Barreto, mulato com uma origem familiar mais consistente que a de Machado, não soube lidar com as agruras do funcionalismo, abandonando suas funções.

Em relação ao posto que assumira há uma curiosidade. No quadro do pessoal da Secretaria, anexo aos Relatórios apresentados pelo ministro ao Presidente, já após a República, não encontramos a referência a essa função. Machado de Assis já aparece como 1º Oficial, cargo mais importante, já de terceiro escalão na hierarquia do órgão, nomeado em 31 de dezembro de 1873, através de decreto. Vaidades ou esquecimentos? Não nos cabe julgar, nem temos como confirmar a veracidade dessa informação. Acompanhemos sua ascensão, que não pára por aqui<sup>14</sup>.

#### O Chefe da 2ª Seção e a escravidão.

No ano de 1876, recebe um aumento e uma promoção para Chefe de Seção, segundo degrau na escala de poder, em decreto assinado pela princesa Isabel, em sua segunda passagem pela regência, efetivando Machado na função que já exercia interinamente desde alguns meses<sup>15</sup>. Vejamos uns exemplos de suas atividades nos parágrafos abaixo.

Recentemente o historiador Sidney Chalhoub<sup>16</sup> publicou um trabalho apresentando uma análise minuciosa de documentos do Ministério da Agricultura referentes à escravidão e às repercussões da lei do Ventre Livre, de 1871. É interessante reproduzir aqui um episódio envolvendo a escravidão e as responsabilidades do burocrata Joaquim Maria diante de um assunto tão grave quanto a escravidão. Chalhoub também faz relação da obra do escritor com esses episódios envolvendo o funcionário. Entendamos as funções do burocrata.

Uma das regras da lei do Ventre Livre dizia que todo escravo deveria ser matriculado nas secretarias municipais e que esses dados deveriam ser repassados à

<sup>13</sup> MAGALHÃES, op.cit., 1958, p. 123.

<sup>14</sup> Anexo 2. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*, RJ, Imp. Nacional, 1905. Nos outros relatórios consultados encontramos a mesma situação, sendo sua primeira função no ministério de 1º oficial. A referência ao amanuense consta em Magalhães Jr., 1958, p.123.

<sup>15</sup> Cf. PEREIRA, op.cit., 1949 p. 110.

<sup>16</sup> CHALHOUB, 2003.

Diretoria de Agricultura.<sup>17</sup> Os prazos venceram e nem todos os municípios cumpriram os prazos. Em meados de 1877, quando Machado já era chefe da 2ª Seção do Ministério da Agricultura, surgiram casos pendentes. Alguns proprietários de escravos alegavam que não haviam feito as matrículas por não existir funcionário do governo em seus municípios. Em seu parecer em relação a requisição dos proprietários de escravos o burocrata Joaquim Maria mostra que uma cidade, Vila Bela, recebeu funcionários e teve matrículas nos três meses finais do prazo, aconselhando a não reabrir a matrícula de escravos ali. Ocorre que os fazendeiros de Vila Bela querem que reabra a matrícula, pois vai reabrir na cidade de “Ingazeira, onde absolutamente não houve matrícula dentro do prazo”.<sup>18</sup> Todo negro não matriculado era considerado livre; logo, é compreensível a insistência dos proprietários de Vila Bela. Mas em maio de 1878 a Diretoria de Agricultura emitiu portaria determinando reabrir as matrículas na cidade de Vila Bela, contrariando o parecer do chefe da 2ª Seção.<sup>19</sup>

A leitura de Chalhoub abrange a década de 1870 e traça um panorama dessas atividades com seus romances publicados nesse período, incluindo *Memórias póstumas de Brás Cubas*, publicado em livro em 1881, e as crônicas. Mostra um comentário do narrador Manasses, da série de crônicas *História de quinze dias*, em que ele ironiza o Fundo de Emancipação. Essa verba pública, gerida pela Secretaria de Agricultura, deveria servir para o governo comprar escravos e libertá-los. Acontece que, como sempre houve, e haverá sempre no Brasil, proprietários querendo vender “gato por lebre”. Alguns donos de escravos, que estavam velhos ou inválidos, não servindo mais para o trabalho ou para serem vendidos comercialmente, tentaram vendê-los para o governo, almejando não ter prejuízo, saindo no lucro da negociação de compra e venda de escravos. Novamente o funcionário público Joaquim Maria foi obrigado a dar seu parecer, contrário ao proprietário<sup>20</sup>, e o escritor Machado de Assis faz uso de Manasses para ironizar um proprietário que libertou uma escrava de 65 anos e faz publicidade em cima disso.<sup>21</sup>

---

<sup>17</sup> Ibidem, p.207.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 214. O despacho do Burocrata Joaquim Maria é datado de 3 de julho de 1877.

<sup>19</sup> Ibidem, p.216.

<sup>20</sup> Ibidem, p.234.

<sup>21</sup> Ibidem, p.236.

Machado de Assis, em suas funções burocráticas, defendeu os direitos dos negros durante o período da escravidão, sempre do seu modo, sem publicidade ou exageros. A lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, era um tanto obscura, de difícil interpretação, proporcionando diversas pendengas judiciais ou tentativas de burlar a lei. Como responsável pela 2ª Seção da Diretoria de Agricultura até o início de 1889, procurava ser correto e coerente, interpretando a lei dentro do coerente e correto, sem fazer apologias ou campanhas libertárias.

A aproximação que faremos em nosso trabalho das atividades do funcionário com os textos do escritor aproxima-se da costura social e histórica que o professor Chalhoub faz em seu livro, mas dos escritos e das atividades do funcionário do final da década de 1890 e do início do século XX. As afirmações do professor sobre a aproximação da obra literária com sua pouco conhecida vida profissional é de extrema relevância para referendar algumas suposições que faremos ao longo desse trabalho: “O romancista formou-se e transformou-se ao longo dos anos 1870 em diálogo constante com a experiência do funcionário público e do cidadão”.<sup>22</sup> Essa frase tentaremos corroborar ao longo de nossa análise.

#### A década de 1880: mudanças literárias, progressos profissionais

Sua ascensão dentro do ministério era similar ao progresso literário. Tornara-se Chefe de Seção enquanto as artes brasileiras recebiam seus primeiros quatro romances, classificados até hoje de românticos. Mas os anos 1880 lhe reservavam uma evolução ainda maior na área profissional.

Antes mesmo de o público carioca conhecer a edição em volume de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Machado foi convidado para ser chefe de gabinete do recém nomeado Ministro Buarque de Macedo, em 1880. Essa função lhe exigia muita dedicação, mostrando o quanto o funcionário Machado era confiável e requisitado.

Mas estamos no Brasil e, já naquela época, trocava-se de ministro como se trocava de roupa num provador de loja. No ano seguinte, assumiu Pedro Luis Pereira de Sousa, velho conhecido do escritor, que o manteve na chefia de gabinete. Machado de Assis conquistara tanto respeito por parte dos ministros que, além desse

---

<sup>22</sup> Ibidem, p.138.

patamar, só se fosse ministro. Segundo nos diz Magalhães Jr., fazia as vezes deles em muitos momentos, assinado papéis em sua ausência<sup>23</sup>.

Volta à chefia de sua Seção em 1883, quando abandonou o gabinete do novo Ministro, e pôde reassumir suas atribuições tradicionais. Em 1884, o ministério publicou um relatório referente ao tamanho da malha ferroviária brasileira que estava crescendo, mas a passos lentos. Faltava verba para investimentos, deixando o governo na mão de investidores estrangeiros. Certamente isso não era do agrado de um homem como Machado, um nacionalista sem ufanismos. Falaremos mais das estradas de ferro na análise do conto “Evolução”.

Em 1886, o Ministro Antonio Prado lhe pediu um relatório sobre a ocupação das terras no Brasil, visando a ampliar as imigrações para o Brasil. Em 1886, foi publicado pela Imprensa Nacional o volume *Terras: compilação para estudo*, no qual o autor se identificou somente como ‘M. de A./ Chefe de Seção’. Esse relatório seria importante para socializar as terras brasileiras com a ampliação da imigração estrangeira, proporcionando um arremedo de reforma agrária no país. Mas essa reforma foi importante para ajudar os estrangeiros. Os brasileiros pobres e os negros — que seriam libertos dali a dois anos — nada lucraram com esse relatório.

Ainda em 1886, foi nomeado pelo Imperador Dom Pedro II Vogal do Conservatório Dramático, cargo com direito a voto e importância social. Membro consultivo desde 1871, Machado fazia parte desse conselho mais por interesses intelectuais que por retorno financeiro; o teatro poucas verbas recebia do governo nessa época. Mas sua nomeação comprova uma vez mais o prestígio e a quantidade enorme de afazeres que dividiam a atenção do escritor Machado de Assis. Mesmo assim, encontrava tempo para investir em sua obra ficcional, paralela e constante à vida profissional. Porém, uma constatação pode ser feita: quanto mais trabalho e responsabilidades burocráticas assumia, sua produção literária acabava sendo prejudicada.

Diminuía o ímpeto, mas não a qualidade e constância. Em 1886 começa a publicar, na revista *A Estação*, os primeiros capítulos de seu novo romance, *Quincas Borba*, que viria a ser concluído somente em 1891. Fascículos que foram

---

<sup>23</sup> MAGALHÃES, op.cit., 1981, V. 2, p.275 e 276. Relata o período que Machado fora chefe de gabinete do ministro Manuel de Macedo, seu amigo pessoal, início de 1880, até assinando pelo mesmo.

interrompidos por certo período, coincidindo com os turbulentos meses que antecederam e sucederam a Proclamação da República. Mesmo os louros literários, ele os colhia poucos. Mas, antes de relatarmos o que aconteceu após a República, precisamos encarar a abolição da escravatura. Vamos tentar entender um pouco de seu envolvimento.

### O fim da escravidão

Quando a lei Áurea foi promulgada em 13 de maio de 1888, foi o Ministro da Agricultura Rodrigo Silva, chefe de Machado de Assis, quem referenda a lei junto à Princesa Isabel. Para se entender a importância do burocrata no ministério e sua leitura do fim da escravidão, ele foi escolhido pelos colegas de repartição para redigir e ler uma homenagem ao ministro, texto que foi publicado posteriormente no jornal *Gazeta de Notícias*.

Contrariando essa empolgação de funcionário, sua ficção aborda de forma bastante superficial a escravidão em seus romances da década de 1870 e em *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Só aborda a questão da escravidão com o rigor que o caso merecia, sem aquele tom pungente e passional que tomava conta de todos na época da abolição no conto “Pai contra mãe”, que foi publicado somente em 1906 e será abordado na próxima parte desse trabalho.

Podemos afirmar que Machado, como era do seu feitio, optou por não entrar no debate elogiativo que tomou conta dos jornais da época, preferiu não ser mais um a aplaudir e usar seus textos para apresentar-se como arauto do fim da escravidão. Mesmo em suas crônicas “Bons Dias”, lançadas na época, o cínico narrador preferiu debochar e ironizar os oportunistas de plantão, que buscavam alguma forma de destaque — e sempre os há — em cima da publicidade farta que proporcionara o fim da escravidão.<sup>24</sup> Machado de Assis como escritor distanciou-se do assunto, enquanto o funcionário participou, a seu modo discreto, dos festejos que envolveram o final da escravidão, um marco na história brasileira.

---

<sup>24</sup> Vale a leitura recheada de deboche por parte do narrador “a la Brás Cubas” da crônica “Bons Dias” de 19 de maio de 1888. Uma das pequenas pérolas machadianas, recheada de sua verve irônica. O narrador alforria seu escravo alguns dias antes da assinatura da Lei Áurea e, após um banquete em que o escravo ajoelha-se para ele, oferece alguns trocados de salário, baixando o valor a cada vez que o “ex”-escravo concorda em ficar trabalhando para ele, chegando a bater nele por vezes, como dantes.

### O Diretor de Comércio

No início do ano de 1889, Machado de Assis atingiu o cargo máximo para um funcionário público de carreira. O governo brasileiro estava nas mãos do partido conservador e, mesmo sendo um simpatizante dos liberais, Machado de Assis foi nomeado para chefiar a Diretoria de Comércio do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas. Isso representava um salário de 8 contos por ano, uma boa fortuna para um casal com poucas despesas. Além desse patamar somente havia o cargo de ministro, mas, para tanto, precisaria ingressar na carreira política, algo que certamente não lhe interessava muito nessa altura da vida.

Se antes Joaquim Maria já era um dedicado burocrata, agora como Diretor de Comércio torna-se mais responsável ainda. Chega a trabalhar em “dias santos” e levar trabalho para casa. Provavelmente pelo mesmo motivo, interrompeu em agosto de 1889, a série de crônicas “Bons Dias!”, que desenvolvia desde abril de 1888. O que foi uma pena, pois nesse tempo estava somente escrevendo o folhetim *Quincas Borba*, que tinha outra linha narrativa. Essas crônicas mantinham acesa a verve irônica e debochada que ele imprimiu em seus textos mais ferinos, como em “O alienista” e “Teoria do medalhão”.

Seu tempo livre era curto estava por completar 50 anos de vida, de uma vida muito bem sucedida. Escritor reconhecido, funcionário exemplar, um marido dedicado, enfim, atingira o sucesso que almejava, mas que sua origem não previa. Devia sentir orgulho de si mesmo, apesar de não externar euforia, mesmo diante de homenagens e elogios públicos.

Eis que sopram os ventos da mudança política que iriam alterar a história do país; o Imperador e a família real deixam o Paço Imperial na surdina da madrugada, entregando o país na mão de um grupo de idealistas e um bando de militares. Eis que surge a República e tudo muda no Brasil. Bem, nem tudo.

### **1.2 - A República e as mudanças que não vieram**

A República não foi encarada com olhos amistosos, quiçá desconfiados e céticos por Machado de Assis. Ele não demonstrou contentamento ou felicidade com a mudança política mais drástica desde a Independência de Portugal. A frase dita por Magalhães Jr. expressa sua visão de tudo:

“Proclamada a República, contra as suas simpatias, francamente monarquistas, mas sem nada de agressivas, Machado de Assis ficara traumatizado com o fim do regime sob o qual se notabilizara como escritor e com o banimento do imperador, a quem tão repetidamente homenageara. Curvou-se, porém, ao fato consumado, como tantos outros monarquistas convictos que, mais cedo ou mais tarde, acabariam colaborando com o regime republicano”.<sup>25</sup>

Sua simpatia com o regime que termina era conhecida de todos. Machado de Assis não gostava do presidencialismo, excessivamente centralista, preferia o sistema parlamentarista de governo, mais justo e representativo, mesmo sendo administrado por um Imperador como Dom Pedro II, que preferia suas viagens ao controle do país. Não que ele concordasse com o Imperador e os privilégios da corte. Faltava ao nosso imperador brio de governante. O romance *Quincas Borba* é uma grande alegoria do homem, Rubião, que herdou uma fortuna, que poderíamos substituir por Dom Pedro II, que herdou um país riquíssimo, e tudo deixou nas mãos dos outros, perseguindo uma beleza que não era sua (Sofia para Rubião, a cultura européia para Pedro II). Por fim, Rubião deixa toda sua herança (e Dom Pedro II seu país), em mãos de outros mais expertos, como o fora Cristiano Palha, como foram os integrantes do Partido Republicano. Essa é uma leitura alegórica da obra machadiana, não iremos analisar esse romance, somente citaremos essa leitura.<sup>26</sup>

Antes do Marechal Deodoro da Fonseca ser conduzido ao Paço Imperial, o Visconde de Ouro Preto comandava o gabinete liberal. Logo em seguida promove a dissolução da Câmara de Deputados, abrindo eleições para uma “Câmara temporária”, como cita Machado em uma crônica datada de 13 de agosto desse tão importante ano<sup>27</sup>. Pois no trâmite que se seguiu, surgiram comentários sobre a possibilidade de Joaquim Maria Machado de Assis receber o título de Conselheiro do Império. Essa alcunha tinha valor honorífico e era de grande relevância social. Conselheiro era uma espécie de pessoa distinta da sociedade, uma forma do governo destacar grandes serviços prestados à pátria e muito poucos o receberam.

O surgimento dessa possibilidade deve ter mexido nos brios de nosso escritor. Apesar de não gostar de publicidade, distinções governamentais não eram recusáveis. Recebera da própria princesa Isabel a comenda da *Ordem da Rosa*,

<sup>25</sup> MAGALHÃES Jr., v.3, p.147.

<sup>26</sup> Para aprofundar essa análise podemos indicar os livros *Impostura e Realismo e Ficção e História*, ambos de John Gledson, que abordam as mudanças históricas do fim do Império em relação a obra machadiana.



medalha de mérito concedida pelo Imperador, entre outros motivos, a “todos os fazendeiros que alforriassem seus escravos”.<sup>28</sup> Considera-se que essa medalha tenha sido dada ao escritor, ainda no ano de 1888, por seus relevantes trabalhos na área das letras nacionais, mas suspeitamos que os trabalhos do burocrata Joaquim Maria tiveram participação no mérito dessa comenda. Seus pareceres na 2ª Seção do Ministério tiveram grande importância na libertação de muitos escravos.

Vê-se que, mesmo arredo, um título como o de Conselheiro não lhe desagradaria de todo. Um dos mais simpáticos personagens de sua obra literária é a figura do Conselheiro Aires (*Esau e Jacó e Memorial de Aires*) que se apresenta como uma figura coerente e serena. Há escritores, como Lúcia Miguel Pereira, que afirmam ser o Conselheiro Aires uma espécie de alter-ego de Machado de Assis. Estaria realizando literariamente um sonho nunca atingido? Não nos prendamos nessa hipótese e voltemos à realidade republicana.

#### A República mantém o Diretor

Com o início do período republicano, deveríamos ter tido um problema que não ocorreu. Apesar de Machado de Assis já ser um funcionário de carreira, como dizemos hoje, sua função de chefia da Diretoria de Comércio era cargo de confiança. Como ocorre numa mudança de governo tão drástica, poderia ele ter perdido esse cargo, afinal, era simpatizante da política imperial, fato conhecido por todos.

Em contrapartida, possuía amigos que se tornaram importantíssimos no início da República brasileira, como Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. O último foi um dos primeiros a lhe dar espaço na imprensa carioca, aceitando-o no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1860. foi Bocaiúva quem assumiu a chefia (interinamente) do ministério em que Machado trabalhava logo após a Proclamação da República.

Quintino Bocaiúva ficou pouco tempo na função, sendo substituído pelo engenheiro gaúcho Demétrio Ribeiro, um dos fundadores do Positivismo no Brasil. Demétrio também não permaneceu muito tempo no cargo, após se envolver em discussões políticas com o ministro da Fazenda de então, o todo poderoso Rui Barbosa, pedindo para sair dois meses depois de assumir o cargo.

---

<sup>27</sup> ASSIS, 1962, v.3, p.526.

<sup>28</sup> Faoro, 1974, p.35.

O próximo ministro, além de manter Machado de Assis como Diretor de Comércio, considerava-o como amigo e conselheiro. Francisco Glicério era também mulato e autodidata, ingressando no governo por ter sido um dos grandes propagandistas da República em São Paulo. Ficou praticamente um ano no cargo, pouco, mas bem mais que os anteriores. Teve tempo de testemunhar a timidez e a altivez de Machado de Assis. Um caso ocorrido na época merece nota. Vamos apreciá-lo.

Luís Francisco da Veiga pediu a seu superior hierárquico, Machado de Assis, aposentadoria integral. Ocorre que não tinha completado o tempo de serviço necessário para tanto. O burocrata negou o pedido, o que provocou uma revolta em Veiga, que teve de ser contido por colegas, ameaçando ir para as vias de fato com o franzino escritor. Diante disso, Machado pediu demissão de seu cargo, tal a ofensa que recebera. O ministro Glicério levou a situação para o conselho do governo provisório, que decidiu pela suspensão de Veiga e posterior aposentadoria. O que não fica claro é se ele foi aposentado de modo integral, mas suspeita-se de que não, pois o próprio ministro Glicério, em relatos posteriores à morte do escritor, defendia e elogiava seu subordinado, que preferiu abandonar sua posição diante de uma atitude tão agressiva. Demissão, claro, que não foi aceita.

Glicério comenta a “excessiva gentileza” do burocrata, que iniciava os diálogos com o ministro recheado-os de mesuras. Glicério respondia que era ele, o ministro, que precisava de conselhos. Machado deveria dar pareceres e tirar conclusões, “é por isso que lhe enderecei o papel à sua diretoria”.<sup>29</sup> O escritor deixava as decisões para Glicério, que preferia ouvir as opiniões de seu Diretor de Comércio.

O que fica desse episódio é a existência de relação entre o burocrata Joaquim Maria com figuras relevantes para a história política brasileira, como os já citados Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva (ambos pertencentes ao conselho do governo provisório), que preferiram prestigiar a figura de Machado de Assis, mesmo diante de sua simpatia com o governo imperial, mesmo diante de pendengas com funcionários ligados ao governo republicano, mantendo-o num cargo de prestígio dentro do governo republicano.

---

<sup>29</sup> Magalhães Jr., 1981, v.3, p.151

### Outro caso exemplar

Outro episódio interessante, iniciado ainda em 1889 e só encerrado em 1890, também é relatado pelo biógrafo Magalhães Jr<sup>30</sup>. João Brígido dos Santos, advogado, ex-deputado geral pelo Ceará e “famoso como jornalista de combate”, foi redator do jornal *O Libertador* e dono do jornal *O Unitário*. Usou seus meios de mídia na tentativa de atingir a imagem do burocrata Joaquim Maria dizendo que ele privilegiava o Barão de Ibiapaba numa contenda pela posse de minas de cobre que o cliente do advogado e dublê de jornalista pleiteava para si no Estado do Ceará. A discussão se deu porque João Brígido afirmava que o Conselheiro Alencar Araripe representava o Barão. Seria um escândalo a intervenção de um político importante, o conselheiro, na defesa de um interesse particular, do Barão, junto a um órgão público, a Diretoria de Comércio, que era chefiada por Machado de Assis desde abril de 1889. Brígido teria um documento assinado por um funcionário subordinado à diretoria confirmando isso. Acontece, porém, que existia outro documento, assinado por outro funcionário da diretoria, afirmando que o representante do barão era o engenheiro Artur Araripe, filho do conselheiro.

Panfletário e arrogante, J. Brígido, como se assinava no jornal, divulgou um artigo relatando os fatos e tentando acusar Machado de ceder à corrupção. Como resposta, Machado de Assis enviou-lhe uma carta simples em que afirmava existir essas duas petições, uma assinada pelo seu antecessor, em janeiro de 1889, e outra assinada por ele, em maio desse ano, já como Diretor do Comércio, assumindo a responsabilidade pelo parecer que deveria ser encaminhado ao ministro. Machado de Assis defendeu o funcionário que elaborara o segundo parecer e diz não poder responder pelo funcionário que fez o outro parecer, pois não se encontrava mais lá nem o diretor anterior, nem o ministro. Portanto o que deveria valer, sob a ótica do Diretor do Comércio, era a segunda petição.

Não satisfeito, o advogado manteve seu ataque através dos jornais, usando *O Libertador* para isso. Chamou o conselheiro Araripe de “plutocrata”, afirmando indiretamente que ele usava seu poder financeiro para corromper o diretor

---

<sup>30</sup> Magalhães Jr., 1958, cap. XII

Joaquim Maria. A resposta machadiana, datada de 1º de setembro de 1890, mostra bem como ele, no papel, não se deixava abater por acusações tão fortes:

“(…) eu afirmo que jamais confiei a ninguém, sobre nenhum negócio da secretaria, minha opinião dada ou por dar em papéis que examino — e desafio quem diga o contrário — creio responder suficientemente ao artigo do Sr. Dr. João Brígido. Plutocrata exprime bem a insinuação maliciosa do Sr. Dr. João Brígido (...) Eu sou mais moderado; faço a justiça de crer que em tudo que escreveu contra mim não teve a menor convicção.”<sup>31</sup>

Machado de Assis tinha um nome a zelar. Não era somente sua posição como funcionário, mas era o famoso e renomado escritor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* que falava nessa carta. A ironia é a mesma: primeiro afirma que J. Brígido é malicioso para logo em seguida dizer que acredita que ele não teve convicção no insulto. Fazendo uso da qualidade literária do escritor Machado de Assis, o burocrata Joaquim Maria mostra-se superior a essa intriga, não se deixando abalar por essas acusações. O burocrata tinha uma sólida carreira a defender dentro do governo que se iniciava, além, é claro, de uma imagem moral até então inabalada. J. Brígido acusa-o de favorecer um Barão, que fora poderoso no antigo regime, e agora, no período republicano, nada podia, politicamente falando. Machado de Assis sai isento dessa discussão, usando de sua ironia e seriedade, e mostra que as acusações não o atingiram nem abalaram sua posição dentro do ministério.

Ocorre que nosso escritor não deixou J. Brígido no anonimato que merecia. Entrando em sua obra literária, encontramos o acusador fotografado e decalcado na personagem de Camacho. Jornalista panfletário e ex-deputado, Camacho achaca o instável Rubião, em *Quincas Borba*. Vejamos uma comparação básica: Camacho é oriundo do Recife, onde fizera Direito, Brígido é do Ceará e, provavelmente, estudara no Recife. A personagem de Machado chegou ao patamar de “presidente de uma província de ordem”, como cita o narrador do romance. Funda um jornal, *O Atalaia*, que dirige e redige, enquanto Brígido, ex-deputado, escreve para o jornal *O Libertador*, de onde partiu o libelo contra Machado e, posteriormente, é proprietário do jornal *O unitário*. Até aí temos um perfil bastante similar. A personagem ficcional atacava a situação com um discurso exagerado e rebuscado, que usava termos comparáveis ao “plutocrata” usado por J. Brígido.

---

<sup>31</sup> Magalhães Jr., 1958, p.86

Camacho não é a cópia, mas podemos afirmar, com certo grau de certeza, que há parelha com o acusador do burocrata Joaquim Maria.<sup>32</sup>

Não estamos aqui tecendo uma costura direta de sua vida profissional com sua produção artística, mas apresentando similaridades. As confusões que ocorriam em seu serviço deviam aparecer em sua obra por mais de uma vez e esse exemplo do século XIX deve ficar aqui como isso, um exemplo representativo. Encontraremos novos ao longo desse trabalho. Voltemos nossa marcha em direção ao século XX.

#### E a vida (e os trabalhos) continua, apesar das mudanças

Como essa análise centra-se na vida profissional do escritor Machado de Assis, não falaremos da morte de sua madrastra, Maria Inês de Assis, em meados de 1891. Primeiro porque não há fatos, mas poucos e suspeitos comentários como os de Coelho Netto, que acompanhara Machado ao velório de uma senhora negra que seria a sua mãe. Os biógrafos de Machado, como Agripino Grieco e Lúcia Miguel Pereira, desconfiam das palavras de Coelho Netto. Pouco se sabe da vida íntima do homem Machado de Assis. Ele quase nada falara em vida. De sua boca ou de sua pena pouco ficou. A posteridade tem de se contentar somente com relatos de prováveis testemunhas. E a possível rejeição de sua madrastra, não importando qual seja o motivo, não nos cabe aqui discutir. Voltemos ao ministério, que nos importa mais intimamente.

Em fins de 1892 operou-se grande reforma na organização dessa pasta governamental. Passou a chamar-se Secretaria de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. Os motivos seriam “principalmente na redução do número de empregados e de diretorias, na distribuição dos negócios correspondentes a cada uma, segundo a nova denominação do Ministério, e na criação da Diretoria de Contabilidade”.<sup>33</sup>

Com essa reforma e com essas intenções, podia-se esperar uma limpeza política do ministério ou, quem sabe, a possibilidade de Machado de Assis ser gentilmente retirado do cargo de Diretor por não ser um doutor ou um político

---

<sup>32</sup> ASSIS, *Quincas Borba*, c. LVII, p. 95.

vinculado ao governo republicano. Isso não ocorreu. Seremos detalhistas para compreendermos a importância das mudanças.

O ministério ficou com quatro diretorias que respondiam diretamente ao ministro. Coube a Diretoria-Geral de Contabilidade ao Bacharel Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo, a Diretoria-Geral da Indústria ao Bacharel Thomas Wallace da Gama Cocharane, a Diretoria-Geral de Obras Públicas ao Engenheiro Caetano César Campos e a Diretoria-Geral da Viação a Joaquim Maria Machado de Assis. Assim, sem nenhum título de doutor (pois não o possuía) aparece o nome de nosso escritor no “Quadro de pessoal da Secretaria de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas”.<sup>34</sup>

Mesmo não tendo nenhum título, mesmo não sendo vinculado ao Partido Republicano, mesmo sendo egresso dos quadros públicos do tempo do Império, Machado de Assis foi mantido como diretor depois das reformas que visavam a uma diminuição no quadro de funcionários e a uma melhor qualificação, como vimos nos títulos dos outros três diretores, colegas do burocrata autodidata. Conheçamos suas novas atribuições.

A Diretoria Geral da Viação possuía, entre suas atribuições, coordenar as viações férreas custeadas pelo governo, realizar concessões e fiscalizar as empresas privadas, além da navegação subvencionada, conforme os relatórios anuais do ministério em que Machado de Assis trabalhava. Fiquemos somente com as estradas de ferro, pois era a menina dos olhos do governo republicano, as ferrovias seriam responsáveis pelo crescimento do país, conforme pretensões do governo. Além disso, há uma espécie de previsão do escritor Machado de Assis, digo, da personagem Inácio, narrador do conto “Evolução”: “(...) o Brasil é uma criança engatinhando; só começara a andar quando tiver muitas estradas de ferro”.<sup>35</sup> Para se ter uma idéia do que eram as atribuições do burocrata Joaquim Maria, encontramos no Relatório anual do ministério do ano de 1897, último ano dos cinco em que Machado foi Diretor-Geral de Viação, citações de obras e concessões referentes às estradas de ferro ocupando da página 141 até a 350, tendo o relatório um total de 460 páginas.

---

<sup>33</sup> *Relatório apresentado ao senhor Presidente da República pelo Ministro de Estado das Indústrias, Viação e Obras Públicas*, em 1893, Antonio Francisco de Paula Souza. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893, p. 7.

<sup>34</sup> *Idem*, 1893, p. 270.

<sup>35</sup> ASSIS, 1962, V.2, p.704.

Praticamente a metade do relatório (que abrangia as indústrias, imigrações, navegações e obras públicas em nível nacional) era ocupado por relatos envolvendo as estradas de ferro.<sup>36</sup>

Suas atribuições como burocrata lhe ocupavam, certamente, muito mais tempo agora. Infelizmente, para os admiradores de suas obras literárias, sua veia artística era a sacrificada. Desde que assumiu como Diretor de Viação, no início de 1893, até ser colocado adido do Ministério, em novembro de 1897, publicou somente 11 contos, entre eles uma de suas obras-primas, “Missa do Galo”, em 1894. Conto esse que sai na revista *A semana*, além da série de crônicas *A semana*, que saía na *Gazeta de Notícias*.

Machado, Um autor que chegou a publicar mais de dez contos por ano em meados da década de 1870 e 1880, diminuiu drasticamente sua produção na década de 1890. Certamente, o excesso de trabalho contribuiu para tanto, mas o amadurecimento natural do autor colaborou. Não deveria sentir necessidade de publicar muito e sempre. O escritor Machado de Assis já conquistara seu espaço e respeito, do mesmo modo que o burocrata Joaquim Maria consolidara-se com sua dedicação e respeito ao serviço público.

Mas nem tudo eram flores e louros. Outro jornalista resolveu se promover nas costas de pessoas famosas vinculadas ao governo. Machado de Assis fora acusado por um tal Deocleciano Mártir de ser um “inimigo da República”, um monarquista sustentado pelos “cofres da nação”. Seu nome apareceu numa lista de mais de cinquenta pessoas acusadas de serem fiéis ao Império. Esse libelo contra o funcionalismo público saiu no jornal *O Tempo* em abril de 1894. É claro que o escritor não perdeu seu tempo em responder, não fora um ataque direto a sua pessoa, mas recebeu o apoio público de pessoas ilustres como Lúcio de Mendonça<sup>37</sup>. Machado de Assis sempre foi um discreto simpatizante do sistema parlamentarista de governo, conforme já dissemos anteriormente. O escritor evitava, o mais que podia,

---

<sup>36</sup> Anexo 3. *Relatório apresentado ao senhor Presidente da República pelo Ministro de Estado das Indústrias, Viação e Obras Públicas*, 1897. Somente para efeito comparativo, as referências às estradas de ferro aumentaram nos anos em que ele era Diretor de Contabilidade: 1902, da página 131 até 615; 1903, da p. 121 até 412; 1904, da p. 125 até 492; 1905, da p. 127 até 548; 1906, da p. 127 até 522.

<sup>37</sup> Cf. MAGALHÃES Jr., v.3, p.219. Lúcio é o principal idealizador da Academia Brasileira de Letras.

misturar sua vida funcional com seus textos literários, principalmente com suas crônicas. Vejamos outro caso exemplar.

#### A História e a visão do cronista

A revolta da Armada causou extrema confusão na cidade do Rio de Janeiro durante o ano de 1893. Os navios revoltosos atiravam contra a cidade sem muita direção, visando-a minar o governo de Floriano Peixoto. Os navios e seus tiroteios eram uma espécie de atração pública (falaremos mais desse episódio no capítulo referente ao conto “Pílades e Orestes”). Em crônica datada de 5 de janeiro de 1896, ele rememora o que foram esses tiroteios, dando importância à integridade do prédio onde ficava o jornal *O Panorama* e, para compor um quadro de oposição complementar, citou: “Certa casa próxima, onde eu ia por obrigação, foi mais de uma vez marcada por elas; na própria sala em que me achei, caíram duas. Conservo ainda, ao pé de algumas relíquias romanas, uma que lá caiu na Segunda-feira, 2 de outubro de 1893”.<sup>38</sup>

O que vemos aqui é que o autor tangenciando sua vida funcional em sua crônica. Afirma que ia ao antigo prédio do Ministério (que ficava próximo ao cais Pharoux) por *obrigação*<sup>39</sup>. Mas seus colegas e superiores não o viam ali com esse espírito, apesar do desdém do escritor, ao contrário. Tanto é que permaneceu num cargo técnico, que exigiria título de doutor (engenheiro ou bacharel) por cinco anos, até ser posto adido, assunto que logo abordaremos.

É nesse sentido que se está desenvolvendo esse trabalho, visando analisar, relacionar e compreender como se distanciavam e, ao mesmo tempo, se aproximavam as atividades literárias do escritor Machado de Assis das “obrigações” do funcionário público Joaquim Maria. Sigamos e acompanhemos a sua queda.

#### ‘Puxaram o tapete’ do Diretor

A série de crônicas *A semana* coincidiu com o ápice da carreira do burocrata Machado de Assis. Ele inicia a série no jornal *Gazeta de Notícias* em maio

<sup>38</sup> ASSIS, 1962, p.696.

<sup>39</sup> MAGALHÃES Jr., V.3, p.236. Essa constatação advém de uma ótima leitura de Magalhães, certamente o melhor biógrafo de Machado de Assis, mas que erra o nome do prédio do ministério pelo nome antigo: Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que era desde 1892 a sede do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.



de 1892, mas encerra sua produção como cronista desse periódico em 11 de novembro de 1897.<sup>40</sup> Coincidentemente, em 27 de novembro desse mesmo ano foi publicado o decreto em que Machado de Assis foi posto como adido de suas funções, ou seja, foi afastado do cargo de chefia, mas continuou recebendo seus salários, mesmo sem trabalhar<sup>41</sup>. Ele confirma em carta a Mário de Alencar (mais adiante reproduzida) que sabia antes da publicação do decreto que seria posto adido. Podemos supor que, um dos motivos para abandonar sua crônica, tenha sido o desgosto de ser posto adido, mas isso é uma suposição. Voltemos às dificuldades, que se ampliavam.

Machado de Assis abandonou essa série de crônicas, que durava mais de cinco anos, e perdeu seu posto no ministério. Não bastasse esse quadro, foi obrigado a enfrentar um grande ataque literário. Sílvio Romero, poeta e crítico sergipano, nunca aceitara as palavras duras com que fora tratado no artigo crítico “A Nova Geração”<sup>42</sup>, publicado por Machado em 1879.

Na mesma época que saía o edital colocando-o adido, foi publicado o livro *Machado de Assis – Estudo Comparativo de Literatura*. Nessa obra, Romero faz uma crítica raivosa, de grande rancor pessoal, fazendo uma análise marcada por opiniões pessoais e pouca isenção crítica da obra literária machadiana. Escracha o poeta Machado de Assis (pois foi o poeta Sílvio Romero criticado no artigo de 1879), mas não isenta o narrador, chegando a dizer que Brás Cubas é uma imitação do Primo Basílio e Virgília é uma Luísa reels. “A carcaça dos dois livros é a mesma”, seria uma das tantas heresias proferidas pelo escritor, que, num futuro próximo, assumiu o exagero de sua crítica.

Machado de Assis não se abate com as críticas. Era oriundo das classes mais baixas do país e conquistou por méritos próprios um lugar no *panteon* literário brasileiro e mundial, carreira construída com dedicação e paciência. Do mesmo modo, conquistara seu espaço e mostrara seu valor como funcionário público, galgando degrau por degrau a carreira administrativa, chegando ao mais alto posto a

---

<sup>40</sup> Cf. edição da Aguilar, V. 3, Rio de Janeiro, de 1962. Há divergências de datas, pois Galante de Sousa, 1955, coloca a última crônica de *A semana* em 28 de fevereiro de 1897. fiquemos com Aguilar por mais moderna e completa.

<sup>41</sup> Cf. Relatório anual do Ministério, 1898, p.675. Relaciona o decreto nº 2766 de 22 de novembro de 1897.

<sup>42</sup> ASSIS, 1962, v.3, p.809.

que um burocrata, que não fizesse uso da política, podia chegar. É nesse momento que puxam o seu tapete, para usar um jargão popular.

Com 58 anos completos e 24 de serviços prestados, foi retirado de seu cargo de Diretor e posto como adido, o que equivaleria dizer que não tinha mais utilidade para o cargo. Não o aposentaram, mas também não encontraram outra função para ele. Para não rebaixá-lo de posto, resolveram tirá-lo do cargo. Isso, para alguém como ele, era uma espécie de humilhação. Machado de Assis não procurava glórias públicas, nem fazia uso de seu status de escritor para galgar postos governamentais, ainda que pudessem ajudá-lo de alguma maneira implícita. Mas ser “encostado” não era o prêmio que esperava receber após tanta dedicação. Inda bem que tivera uma grande alegria na metade do ano: A ABL.

#### A fundação da ABL

Poucos meses antes dessa crise, ele consumara um desejo alimentado há certo tempo. Desde dezembro de 1896, estava formando e constituindo o grupo, proferiu o discurso inaugural da Academia Brasileira de Letras, no papel de presidente, em 20 de julho de 1897. Dos quatorze membros presentes à eleição, ocorrida em 4 de janeiro de 1897, Machado recebera 13 votos. Somente ele mesmo não votara em si, numa modéstia típica antes que forçada.

Algumas de suas palavras no discurso inaugural: “(...) Se não sou o mais velho dos nossos colegas, estou entre os mais velhos. É simbólico da parte de uma instituição que conta viver, confiar da idade funções que mais de um espírito eminente exerceria melhor”.<sup>43</sup> Assume o papel de veterano, valorizando sua experiência como fator relevante para a sua escolha como presidente. Não cita sua obra, a maior e, óbvio, a mais qualificada dentre os quarenta membros fundadores da ABL. Essa sim o fez merecer os votos de todos os seus companheiros.

A mesma experiência que a idade lhe dera como escritor, forjara o funcionário, mas isso não foi levado em consideração quando lhe colocaram adido. O Ministro Sebastião de Lacerda fez uma “limpeza” em sua pasta e fundiu os cargos de Diretor-Geral de Viação com o de Obras Públicas. Para justificar a retirada específica do burocrata Joaquim Maria, ele explicou no decreto que o cargo de diretor-geral era

---

<sup>43</sup> ASSIS, op. cit., p.926.

uma atribuição técnica, podendo ser exercida somente por um bacharel ou engenheiro. Como nosso escritor nunca fizera nenhum curso superior, estava justificado seu afastamento.

Machado de Assis não perderia nenhum centavo de seus vencimentos e só precisaria passar no serviço para assinar o ponto. Perfeito para quem era presidente da recém fundada ABL e tinha como atividade preferencial escrever sua ficção. Esse afastamento seria ótimo para concluir o romance *Dom Casmurro*, já iniciado<sup>44</sup>. Mas não para ele. Apesar de ter chamado suas atribuições funcionais muitas vezes de obrigação, cumpria com rigidez espartana seus horários e funções burocráticas. Artur Azevedo, dramaturgo, membro da ABL e chefe de Seção do mesmo Ministério em que Machado trabalhava, diz que “Machado de Assis sempre foi um grande trabalhador, e não merecia, escusado é dizê-lo, a desconsideração com que o trataram, sofreu um desgosto sério com essa espécie de aposentação, com todos os vencimentos, mas com esse diploma de funcionário inútil”.<sup>45</sup>

Fica melhor de entender seu desgosto em suas próprias palavras. Ao responder uma carta para Mário de Alencar, seu “filho espiritual”, como gostava de chamar o filho de seu amigo José de Alencar, Machado expressou um pouco de sua melancolia. O jovem poeta tentara lhe animar com o exemplo do pai, que recebia muitos ataques por suas posições políticas, inclusive de Dom Pedro II. Diz-lhe Machado:

“Muito obrigado pela sua carta amiga e boa. Já há dias tinha notícias do que ora me sucede; a última vez que nos vimos, de passagem, já eu sabia que ia ser adido. Assim vinha me acostumando a idéia e ao fato. E agora que este foi consumado não me resta mais que conformar-me com a fortuna e encarar os acontecimentos com o preciso rosto. A sua carta é ainda uma voz de seu pai e foi bom citar-me o exemplo dele; é modelo que serve e fortifica”.<sup>46</sup>

O que vemos aqui é um homem sentido, entristecido pela situação, mas que buscou forças para enfrentar o mundo. E foi assim, com essa serenidade alternada pela melancolia, que passou a levar seus dias, sem aceitar de todo a boa vontade do ministro, que lhe elogiara na despedida. Vejamos isso em outra carta sua, essa ao seu amigo Magalhães de Azeredo, citada por Magalhães Júnior:

<sup>44</sup> Cf. GALANTE DE SOUSA, 1955, p.665, saíra no jornal *República*, em 15 de novembro de 1896, um trecho: “Um agregado – capítulo de um livro inédito”, em que desenvolve o perfil de José Dias.

<sup>45</sup> MAGALHÃES Jr., V. 4, p.48.

“A justiça vem aos moços. Os velhos como eu atraem menos essa esquivia. Ao contrário (se me releva dizer aqui em reserva uma coisa pública e oficialmente impressa). Na última reforma da Secretaria da Viação fui declarado adido. A razão é que o regulamento novo exige para o meu lugar um profissional (*um posto técnico, conforme citamos anteriormente*), mas justamente o benefício seria não exigir um profissional, e continuar como durante o tempo em que exerci o cargo efetivamente (*cinco anos*) e antes de mim outros que não eram profissionais”.<sup>47</sup>

(itálico nosso)

A melancolia presente nessa carta estampa o estado do funcionário Joaquim Maria, mas não o desanima. Dizem que continuou assíduo à Secretaria, assinando o ponto e aguardando algum serviço que lhe coubesse. Quando assumiu o Ministro Severino Vieira, em fins de 1898, junto com o presidente Campos Sales, Machado de Assis foi convidado para ser secretário do Ministro, função que assumiu com todo o vigor. Segundo o próprio Machado, levava trabalho para casa, saindo ao anoitecer e trabalhando aos domingos. Mas isso não lhe trazia desgosto, antes fazia-o sentir-se valorizado com funcionário e útil como homem.

Bastante atarefado, entra o ano de 1899 e 1900 como secretário dos vários ministros que passaram pela pasta (a instabilidade nesse cargo político era similar à instabilidade ministerial dos governos de hoje), tendo que se dividir entre as funções de presidente de ABL e o lançamento de *Dom Casmurro*. A ABL estava em busca de oficialização, projeto aprovado na Câmara de Deputados em 1900, e de uma sede própria, que tardou um pouco mais para ser conseguida.

Mas ser secretário de Ministro, que o foi por mais de dois anos, até 1902, não lhe satisfazia o ego profissional. Ocupava-lhe muito o seu tempo e não combinava com seu perfil. Teve um ministro que disse ser ele “um ótimo escritor, mas um péssimo secretário”. Opinião corroborada por Lúcia Miguel Pereira, que diz: “Talvez o abalo causado pela injustiça sofrida no Ministério lhe houvesse diminuído as forças; além disso, as funções de secretário, menos regulares que as de Diretor, e as de Presidente da Academia em organização, deviam ocupar-lhe todo o tempo disponível”.<sup>48</sup> A biógrafa chega a dizer que ele “perdera o hábito e a pesada disciplina”.

---

<sup>46</sup> ASSIS, op. cit, p. 1042.

<sup>47</sup> MAGALHÃES Jr., op. cit., p.51.

<sup>48</sup> PEREIRA, op. cit., p.165.

Façamos aqui um questionamento que não pretendemos levar adiante, mas que teria certo grau de relevância: por que o escritor, tão produtivo até o ano de 1897, tanto na ficção quanto na crônica, diminuiu drasticamente sua produção? Sabemos que uma gama de fatores influenciou nosso escritor, mas não entraremos nesse mérito em nosso trabalho. Queremos com essa pergunta deixar espaço para leituras futuras. Concluamos o século XIX, pelo menos do escritor, com o seu mais emblemático romance. *Dom Casmurro* surge em fevereiro de 1900, conquistando os mais variados elogios, tanto para a figura narrativa de Bentinho, quanto para a enigmática Capitu. Esse é o primeiro romance de Machado de Assis que sai publicado direto na forma de livro, não surge em fascículos como os anteriores. Além desse mérito, a ABL conquistara por meio de lei de Dezembro de 1900, reconhecimento público e oficial, tendo direito a verbas públicas, ainda que escassas. Voltemos ao governo e demos um salto até a posse do presidente Rodrigues Alves, em 1902.

#### O retorno do Diretor-Geral

O engenheiro militar Lauro Severiano Müller foi nomeado ministro ainda em novembro desse ano e uma de suas primeiras atitudes foi convidar o adido Joaquim Maria, não para seu secretário, como fizeram seus antecessores, mas para reassumir o cargo de Diretor-Geral. Dessa vez é nomeado para a Diretoria de Contabilidade do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Esse retorno efetivo ao ministério num posto de alta importância mexeu com seus brios. Se antes já era dedicado e responsável, agora, com seus 63 anos, queria mostrar que tinha competência e qualidades para envergar cargo público de tanta importância. Queria valorizar o reconhecimento do ministro Lauro Müller que, diferente de seus pares, permaneceu os quatro anos do mandato do presidente Rodrigues Alves nesse cargo — fato raríssimo, não conseguido por nenhum antecessor, nem antes do período republicano.

E quem saiu prejudicado com essa dedicação profissional exemplar, para variar, foi o público leitor. Em carta enviada a José Veríssimo, membro da ABL e amigo, datada de 17 de março de 1903, comentou sua rotina atarefada na Diretoria de Contabilidade: “Mas sabe o que é, faz acaso a mínima idéia do que, em linguagem administrativa, se chama a última quinzena do trimestre adicional? Repita comigo:

última quinzena do trimestre adicional. Outra vez, devagar, e mande-me de lá um suspiro.”<sup>49</sup> A ironia da missiva do burocrata é a mesma utilizada pelo escritor. A mistura da tinta da melancolia com a pena da galhofa não abandona nem suas cartas. Vejamos uma noção do que eram suas atribuições numa diretoria como a de contabilidade de um ministério que abrangia as indústrias, que engatinhavam, mas já existiam, as viagens, que eram muitas, e as obras públicas, que proliferaram nesse governo.

A Diretoria de Contabilidade foi criada em 1892, conforme consta nas páginas 7, 266 e 267 do Relatório Anual de 1893, tendo entre suas atribuições os seguintes itens, divididos em duas seções: registro e distribuição de papéis, distribuição do relatório anual do Ministério, redação dos contratos, guarda do arquivo e da biblioteca do Ministério, organização do orçamento geral do Ministério, expedição das ordens de pagamento, fiscalização e economia dos dinheiros da união, escrituração das despesas ordenadas e unificação das contas apresentadas pelas repartições dependentes do Ministério. Além disso, o Diretor-Geral era responsável pelo relatório anual do Ministério referente a sua pasta. Pouca coisa deve ter mudado quando Machado assume. A reforma de 1897 foi mais de pessoal do que atribuições. Organizar as despesas e pagamentos do ministério ainda eram funções do Diretor-Geral de Contabilidade.

Não eram poucas as atribuições que o burocrata Joaquim Maria assumiu a partir do final do ano de 1902. E ele, segundo consta em seus biógrafos, nunca se fazia de rogado. Cumpria seu horário, levando serviço para casa, muitas vezes. Ao sair do serviço, antes de pegar o bonde, subia a Rua do Ouvidor, passando na Livraria Garnier, vendo os amigos e conversando com seu velho editor. Muitas vezes seus diálogos eram na língua de Balzac.

Algumas vezes, poucas e por saúde, afastou-se do serviço. No início de 1904, afastou-se do serviço e da cidade do Rio de Janeiro, indo passar quase todo o janeiro e fevereiro na cidade serrana de Nova Friburgo. A saúde de Carolina estava bastante precária, como a dele próprio. Ambos buscaram descansar dos afazeres urbanos, optando pela reclusão da cidade pacata, buscando um ar mais puro e não tão quente quanto a capital federal.

---

<sup>49</sup> ASSIS, 1962, v.3, p.1061.

Abandonou o serviço na repartição, mas não as responsabilidades da ABL, trocando cartas com José Veríssimo e debatendo os assuntos pertinentes à instituição que saíam nos jornais. Mesmo em descanso, o leitor Machado de Assis não consegue desligar-se totalmente de seus interesses. Tanto é que, quando retorna ao Rio, envolveu-se com a instalação da nova sede da ABL.

Machado de Assis era um trabalhador ferrenho. Um funcionário exemplar, investido de cargo da mais alta responsabilidade e importância no governo federal, um marido zeloso e preocupado com a saúde de sua esposa. Mesmo assim, sua vertente de escritor não se esgotou, publicando mais um romance. Saiu no segundo semestre de 1904 *Esau e Jacó*, que foi publicado sem publicidade ou alardes, mas recebendo os mesmos e até mais elogios que seus livros predecessores.

Acontece que o escritor tem pouco tempo para degustar os louros de mais uma obra. Ao encerrar mais um dia de serviço e desembarcar do bonde habitual, encontra sua esposa convalescendo após uma hemorragia. No outro dia, 20 de outubro, ela vem a falecer acompanhada do marido e médicos, que nada mais podiam fazer. Tinha setenta anos, metade deles vividos como companheira, amiga e revisora do escritor. Foi enterrada no Cemitério São João Batista, com o viúvo mandando rezar missa, mesmo ele sendo um ateu convicto. Era um último favor de um marido devoto ao fervor religioso da esposa querida que descansava no leito derradeiro.

A tristeza foi muita e os pêsames vieram de todas as partes, dos amigos presentes, de colegas de serviço, de membros da ABL na Europa. Dizem que a missa de sétimo dia encheu a igreja de São Francisco de Paula, uma das mais nobres do centro da cidade. O marido ficou triste, mas o escritor e o funcionário precisavam continuar suas vidas, apesar da dor da perda.

Continuava com suas funções no Ministério, mas o escritor Machado de Assis só voltando a publicar novamente no ano seguinte, um conto no *Almanaque Brasileiro Garnier*. Mantinha assim o costume adotado desde 1903 e levado até 1907 de só publicar um conto por ano e nessa revista. No final de 1905, reuniu os contos que saíram nesse Almanaque, recolhendo dois do século XIX, alguns artigos e duas peças de teatro, publicando a coletânea *Relíquias de casa velha* no início de 1906. Mas voltemos ao funcionário e suas atribuições no Ministério, grandiosas a partir de 1904.

### Rio de Janeiro e a revolução urbana

Como vimos, o mundo não parou após a morte de sua esposa. O soneto “A Carolina” é a maior prova de seu amor pela esposa que partiu. Um dos mais belos de toda a poética machadiana. Não analisemos o poema, fiquemos com a transformação da cidade do Rio de Janeiro, pois essa era um canteiro de obras.

A primeira (e a mais violenta) reforma nada tiveram a ver com seu Ministério, mas, literalmente, mexeu com a cidade. A sujeira e as doenças proliferavam. As epidemias de febre amarela e tifo deixavam a cidade à mercê das doenças coletivas. O sanitarista Osvaldo Cruz promoveu uma vacinação coletiva obrigatória por força de lei aprovado no Congresso Nacional. As classes mais baixas, pouco esclarecidas e as mais sujeitas às epidemias, revoltaram-se na madrugada de 14 de novembro de 1904. Houve desordens, queima de bondes, barricadas e enfrentamentos com as forças do governo. Até um levante da escola militar foi promovido. A muito custo o governo controlou a população e o cientista pôde promover a primeira grande vacinação em massa da população brasileira, salvando inúmeras vidas.

Mas as mudanças não ficaram restritas à saúde. Os locais de moradia dos pobres, os famosos cortiços do centro da cidade, eram locais insalubres, abrigo seguro para ratos e todo tipo de doença provocada por mosquitos. Os cortiços são, derrubados, inclusive o Cabeça de Porco, o mais famoso, obrigando a população a procurar moradia nos morros. Surgem assim as primeiras favelas, que já estavam rascunhadas desde o final do século anterior, com uma força que nunca mais teve freio.

### O bota-abaixo

Começa o *bota-abaixo* do centro da cidade, que merece não só um parágrafo. Iremos analisar essa reformulação do centro da cidade junto com a análise que será feita dos contos machadianos na próxima parte desse trabalho. Mas antes dos contos, vejamos um resumo do que foi isso e de como Machado de Assis participou, ainda que indiretamente, das reformas do centro da capital federal.

Em 31 de novembro de 1903, fora publicada pelo Ministério de Machado de Assis a portaria especificando as atribuições da Comissão Construtora da Avenida



Central. Subordinada diretamente ao Ministro Lauro Müller, esse grupo de trabalho, chefiado pelo engenheiro Paulo de Frontin, era responsável por “todas as obras relativas à abertura e construção da Avenida Central (hoje chamada de *Rio Branco*), destinada à comunicação do cais e armazéns do porto do Rio de Janeiro com o centro da cidade”<sup>50</sup>. A avenida deveria ter 1996 metros de comprimento por 33 de largura (algo grandioso para a realidade da época), com 7 metros para cada calçada e 19 para os veículos. Para se ter uma idéia, a rua mais elegante da época, a Rua do Ouvidor, possui menos de cinco metros, com calçadas estreitíssimas, sem usar o superlativo como José Dias.

A construção da famosa avenida ficara totalmente a cargo do governo federal. O prefeito Pereira Passos fora nomeado com plenos poderes para reformar e reformular o traçado urbanístico da cidade do Rio de Janeiro. E o fizera — construiu a avenida Beira-Mar do Flamengo, e calçada do Botafogo, abriu ruas, avenidas, ajardinou praças, estruturou saneamento básico e elétrico em vários locais da cidade. O prefeito foi responsável por grandes transformações da cidade, mas não da Avenida Central. Eram frentes de trabalho federal e municipal unidas na busca de um objetivo: embelezar e qualificar a capital brasileira.

A comissão de Frontin começou seus trabalhos em março de 1904, encampando casas, desapropriando outras, derrubando tudo o que estivesse na linha em que ficaria a Avenida, destruindo quadras inteiras, cortando ruas centenárias. Também foi responsável por vender as concessões para os futuros prédios da avenida. Para seguir o projeto, são derrubados um pedaço do Morro de São Bento, próximo ao cais, e uma ponta do Morro do Castelo, no outro lado do centro, local onde fora fundada a cidade. Além disso, deveria dar destino ao entulho. Isso foi facilmente resolvido, pois construíram trilhos para levar de carrinho até as proximidades a Glória, onde começavam os trabalhos de Pereira Passos na construção do aterro da avenida Beira-Mar, que começava na Praia de Santa Luzia e ia até o Botafogo. A avenida “Era uma necessidade saneadora e urbanística que o governo federal resolvera tomar a seu cargo”.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> *Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas*, 1904, p. 651. A intenção inicial era construir uma avenida ligando o novo cais, obra principal, com a região da Glória. Porém a Avenida Central ganhou importância e o cais ficou em segundo plano. O empréstimo, realizado junto a bancos ingleses, para as obras, foi de 8.500.000 de libras esterlinas.

<sup>51</sup> FERREZ, 1990, p.13.

Essa união de esforços visava a construir uma cidade bela, digna do século novo que surgia aos brasileiros. Fizeram um concurso público para escolher as fachadas dos prédios que iriam embelezar a nova artéria do centro da cidade. A inspiração vinha da grande reforma promovida pela prefeitura de Paris a partir de 1853, pelo prefeito Haussmann, sob o aval de Napoleão III. Destruíra avenidas e quarteirões renovando a cidade-luz para enfrentar o final do século XIX.

O Rio de Janeiro ainda possuía ares provincianos, típicos do período colonial, com ruas estreitas, esgoto correndo a céu aberto no centro da capital do país. Com as reformas, surgiu uma cidade mais arejada, com espaços amplos para circulação da elite, com a destruição dos empestados cortiços e o surgimento de belos prédios em estilos variados e suntuosos, como o Palácio Monroe (destruído pelos militares após o Golpe de 1964) e o belíssimo Teatro Municipal. A intenção dos governantes era apresentar uma nova cidade, que fizesse jus à República dos cafeicultores e ao país que conquistava territórios com a diplomacia do (ex) Barão do Rio Branco.

O Ministério de Machado de Assis lidava com os custos dessas obras, principalmente da Avenida Central. A comissão prestava contas ao ministério, ou seja, ao Diretor-Geral de Contabilidade Joaquim Maria. Ele deveria conhecer cada metragem da Avenida Central, que foi inaugurada em 15 de novembro de 1905, com grande festa e pompa. Caía uma leve garoa, mas a elite compareceu em peso (foram erigidos os famosos obeliscos para marcar o início e o fim da Avenida — obeliscos em que foram amarrados os cavalos gaúchos da Revolução de 1930). Mas, como já antecipamos, os contos de *Relíquias de Casa Velha* não abordam essas transformações, pelo contrário, falam do Rio de Janeiro que está deixando de existir. Falaremos muito mais da Avenida e de como ela *não* faz parte da obra machadiana durante a análise dos contos no próximo capítulo.

Mas as obras públicas não pararam por aí. O próximo governo constituiu a Comissão das Obras do Cais do Porto em 1906, dando seqüência ao projeto iniciado em 1890 e continuado por Paulo de Frontin em 1903, mas deixado de lado pelo governo Rodrigues Alves para ser posto em prática pelo seu sucessor, Afonso Penna. Machado de Assis foi nomeado pelo Ministro Miguel Calmon, que substituiu Lauro Müller no novo governo, como integrante da Comissão construtora do Cais. Esse novo cais destruiu e transformou toda a região, que era habitada pela população

de baixa renda: a Prainha, Saúde, Valongo, Gamboa, Saco do Alferes (conhecido ainda no séc. XIX como Santo Cristo). Essa reestruturação contribuiu imensamente para a ampliação das favelas, que prosperavam, infelizmente, como poucos negócios no Brasil. A construção do cais expulsou os moradores dessa região, que se viram obrigados a subir os morros para encontrar moradia barata.

Todas essas reformas da cidade tinham um custo. Grande parte do orçamento para essas execuções passaram pelo Ministério em que Machado de Assis era responsável pela contabilidade. Ou seja, todos os custos, projetos e execuções deveriam passar sob as vistas do burocrata Joaquim Maria. Porém, essa nova cidade que começou a surgir durante o período em que ele foi Diretor-Geral de Contabilidade não merece registro por parte do escritor Machado de Assis. Não encontramos em sua obra publicada no século XX referência alguma às obras urbanas que estão a ocorrer nesse período. Autores como Olavo Bilac e João do Rio ocupavam boa parte de suas crônicas com essas transformações, quase sempre num tom elogiativo. Machado de Assis preferiu a cidade provinciana como cenário de seus textos. E é disso que falaremos na seqüência desse trabalho.

Analisar a cidade do Rio de Janeiro que aparece em seus textos é uma das principais facetas de nossa análise. O olhar do escritor, do ficcionista Machado de Assis, influenciado pela experiência e conhecimentos do burocrata Joaquim Maria, registra, fixa e eterniza a cidade que está deixando de existir, que está sucumbindo às pás e picaretas governamentais. Vamos aprofundar a leitura da cidade na próxima parte desse trabalho.

### O final da carreira

As crises de epilepsia, que já estavam agudas ao tempo de Carolina, pioraram com sua ausência. Sem ter alguém próximo para cuidá-lo, Machado de Assis procurou manter sua rotina, para evitar novos ataques. Isso era difícil, chegou a ter crises em locais públicos,<sup>52</sup> inclusive no serviço. Um deles foi relatado por Lúcia Miguel Pereira e serve para mostrar o quanto a doença estava evoluída. Além disso, mostra as dificuldades que o escritor enfrentava no papel de chefe de uma diretoria.

---

<sup>52</sup> PEREGRINO Jr., 1938, p.24. O autor reproduz uma foto de Augusto Malta de 1º de setembro de 1907, no cais Pharoux, mostrando um homem sentado e sendo atendido por várias pessoas. O homem seria Machado de Assis que tivera um ataque epilético.

Ao chamar a atenção de um funcionário, “este se revoltou e começou a descompô-lo, aos berros, chamando-o negro e escravocrata. Amigos intervieram, defendendo Machado, mas não impedindo que o choque de se ver assim insultado provocasse um ataque no pobre grande homem”.<sup>53</sup>

A data não é precisada pela biógrafa, mas isso se dá depois do ano de 1906, pois foi na época que o ministro era Miguel Calmon. Machado de Assis era um idoso, tinha mais de 66 anos. Além da idade, os ataques epiléticos o martirizavam, precisava contar com a ajuda de estranhos, muitas vezes<sup>54</sup>. Mas não eram somente esses os seus problemas. Começara a formar úlceras na língua e no cólon intestinal. As “aftas”, como ele próprio preferia chamar, talvez para amenizar seu drama, transformaram-se em câncer, que acabariam por levar o autor.

Mesmo com esse quadro de saúde complicadíssimo, com a idade avançada e administrando disputas de vaidades entre os membros da ABL, Machado de Assis não abandonava suas atribuições administrativas. Permanecia cumprindo seu horário, tanto que foi nomeado para a Comissão das obras do Cais do Porto como homem de confiança do ministro Calmon, conforme dissemos acima. Calmon, bem mais jovem que Machado de Assis, admirava e procurava aprender com o mestre, seja o escritor, seja o Diretor-geral. O Ministro proporciona ao burocrata Joaquim Maria a possibilidade de cometer uma improbidade administrativa que vale uns dois parágrafos.

O historiador italiano Guglielmo Ferrero, quando de passagem no Rio de Janeiro, vindo de uma viagem a Buenos Aires, no final de 1907, acerta uma série de seis palestras a um custo exorbitante de 40000 mil liras. Calmon e o Ministro das Relações Exteriores, o ex-barão do Rio Branco, usam dinheiro do próprio Ministério da Indústria para custear as palestras. Machado, responsável pela contabilidade e sabedor da sua responsabilidade, recebeu, como presidente da ABL, 30 contos de réis de Calmon e dá destino ao dinheiro. Recebeu posteriormente um acréscimo de mais 20 contos, antes de tudo acabar, repassando o que sobra a Rio Branco. Providente e responsável, deixa tudo registrado e documentado. Reduzindo e fazendo uma leitura

---

<sup>53</sup> PEREIRA, 1955, p.199.

<sup>54</sup> PEREGRINO Jr., *op. cit.*, p. 30. Descreve um caso em que ele é levado para casa pelo Professor Dias de Barros, que ele não conhecia, e quando recobra a consciência o manda embora, irritado.

alegórica do fato, podemos dizer que o burocrata Joaquim Maria faz uso do dinheiro público para agradar o gosto do escritor Machado de Assis.<sup>55</sup>

Negar que sua amizade e respeito com os dois ministros foram preponderantes à liberação dessa verba seria tapar o sol com a peneira. Machado, mesmo em sua famosa discrição e timidez, fazia uso de sua importância e posição profissional para arrecadar verba pública para custear um evento da ABL. A Academia tinha, como tem hoje, reconhecimento público. O que ela não possuía era uma fonte fixa de renda, vivendo de verbas esporádicas, como as doações feitas acima. Considerando que a maioria dos membros da ABL ocupavam altos cargos no governo, era um tanto normal certos repasses públicos.

Em 1908, vem a público seu *Memorial de Aires*, um dos seus livros em que o narrador é mais tranqüilo e sereno. As anotações do conselheiro Aires, 62 anos, acompanham a vida de um casal sem filhos, Aguiar e D. Carmo (biógrafos como Lucia Miguel Pereira consideram um decalque de Carolina), além de falar da possibilidade dele, Aires, casar novamente com uma viúva jovem, Fidélia, que acabou casando com um jovem de quem eles gostavam como se filho deles fosse, Tristão. Tudo se passando entre 1888 e o início de 1889. Sua última obra literária tem como cenário de suas primeiras páginas o cemitério São João Batista, o mesmo onde está sua esposa, com quem quer e será enterrada num futuro bem próximo. Afirmamos, com ressalvas, claro, que o escritor estava se preparando para enfrentar a campa eterna.

Machado de Assis licenciou-se do serviço para tratar de sua saúde em meados de julho e o fez para nunca mais voltar, vindo a falecer na madrugada de 29 de setembro de 1908. Em seu atestado de óbito encontra-se o seguinte registro: “Joaquim Maria Machado de Assis, 69 anos, natural desta capital, funcionário público, cor branca”. Branco, o filho de um mulato forro e mãe branca, beijudo e de cabelo ruim, nascera mulato e morrera branco. O grande crítico da elite social — que era, quase na íntegra, branca — do Brasil do século XIX, fora enterrado como um membro dessa elite. Afinal, fizera parte dela durante boa parte sua vida, esforçou-se para ser membro da classe dominante, mesmo que não se envolvesse nas

---

<sup>55</sup> MAGALHÃES Jr., 1981, p.319 –322. O biógrafo registra e apresenta a documentação, os recibos e anotações do presidente da ABL referentes aos pagamentos ao historiador italiano e as despesas das

escaramuças que mexeram com a história desse país, ainda que fosse para poder criticá-la por dentro.

Esse registro pitoresco em seu atestado de óbito não se sabe até hoje se foi pedido pessoal (o que duvidamos muito) ou por opção de algum amigo que fora registrar sua passagem (o que achamos mais óbvio). Mas sabe-se que isso provocou acusações ao escritor de racismo, de que ele não quis ser enterrado como negro. Ele nunca brigou publicamente pelo fim da escravidão, mas sempre foi contrário a esse absurdo<sup>56</sup>. Isso gerou muitas opiniões diversas sobre o homem Machado de Assis. Sua vida pessoal não era exposta nem em sua obra, nem em conversas com amigos. Ele sempre optou por ser um homem reservado. Isso fez com que muitos de seus biógrafos confundissem sua vida com a personalidade de seus personagens<sup>57</sup>.

Não iremos aqui falar disso, nem da comoção que foi seu enterro — teve telegrama do próprio presidente Afonso Pena, com participação de centenas de pessoas. Encerramos esse capítulo, porque já fizemos um rol das atividades profissionais do burocrata Joaquim Maria, que era nosso objetivo, e falamos *en passant* da obra do escritor Machado de Assis. Agora partiremos para uma análise de sua obra literária relacionando-a com suas atividades de funcionário público, com sua cidade e com o Brasil do século XIX.

---

estadias, jantares e festas que ocorreram nesse período. Há até uma confusão onde ele diz em um momento que o pagamento é em francos (p.320) e depois diz que é em liras (p.322).

<sup>56</sup> CHALHOUB, op. cit., 2003. Nessa obra temos uma análise de suas atividades como funcionário, comprovando sua tendência anti-escravocrata.

<sup>57</sup> Uma das mais sensíveis biografias do autor é a de Lúcia Miguel Pereira, que costura a vida do escritor com a vida de seus personagens. Peregrino Junior e Sílvio Romero são outros que fazem o mesmo, para citarmos somente dois, traçando uma leitura um tanto factual.

## **2. UMA LEITURA DAS RELÍQUIAS DE CASA VELHA**

Esse livro é a última coletânea de contos de Machado de Assis. O autor o publicou com seu editor e amigo Garnier, para o qual vendeu sua obra e que era dono do almanaque onde saiu a maior parte dos nove contos dessa obra. Como já dissemos na introdução, esse livro foi escolhido para nossa análise por sua publicação ser feita no século XX, época em que ocorrem as transformações urbanas mais relevantes da capital do país, e por seus contos apresentarem um grande panorama da cidade do Rio de Janeiro anterior a essas reformas. Outros contos mostram o Rio Antigo, mas não foram reunidos num período histórico tão transformador.

Além disso, na época em que esse livro surge, nosso escritor desempenha importante função dentro do Ministério, já citados, e que serão retomados em nossa análise dos contos. Outro fator relevante que encontramos nessa coletânea é que ela apresenta, ainda que em conta-gotas machadianas, uma leitura de alguns fatos históricos consideráveis para a História do Brasil ocorridos no final do século XIX, apresentando relações (poucas e implícitas, mas relevante para ampliarmos a leitura de sua obra) entre sua vida funcional e alguns fatos históricos apresentados nesses contos.

E, além disso, as personagens machadianas como um todo (mas nos concentrando nessa coletânea), transitam pela cidade, andam a pé, de carruagem, de tálburi. Pensam e refletem, acompanham com o olhar, perseguem e tentam conhecer outras pessoas. Em suma, as ruas e caminhos do Rio de Janeiro são usados pelas personagens de Machado de Assis para ver e serem vistos (ou ainda para se esconderem).

Os sub-temas (cenário urbano, História do Brasil e o funcionário público) se entrecruzam, não sendo estanques, mas divisionais, como forma e método de abordagem a essa obra machadiana. Essas características são encontradas em quase todas os contos dessa coletânea, uns dando mais ênfase aos trajetos, outros salientando um fato histórico, outros o Rio Antigo. Optamos por essa divisão para

tornar o trabalho mais sistemático e compreensível, mas, como veremos adiante, as temáticas se imbricam, os assuntos são parecidos. Mesmo assim, procurou-se dar ênfase a alguns pontos em cada texto. A divisão e o subtítulo que demos a cada uma das três partes desse capítulo teve a intenção de melhor caracterizar os assuntos analisados nos contos dessa coletânea. Isso é relevante esclarece, pois retomaremos os assuntos discutidos em todos os contos, nas três partes, dando ênfase para a temática salientada por cada um dos três sub-títulos.

Queremos deixar claro que nossa intenção não é reinventar as escolhas do escritor, longe disso, mas sim acrescentar uma nova forma de encarar a obra machadiana. E, além disso, salientar que nesses contos (como em toda os livros de Machado de Assis) há bem mais do que estamos apresentando. Há a vida humana e suas contradições, o assunto preferido de nosso escritor, que não iremos deixar de lado, apesar de salientarmos em suas histórias a cidade e o país.

Como já dissemos, o Rio de Janeiro sofre inúmeras transformações urbanas no início do século XX. O escritor Machado de Assis não faz a menor alusão a elas de forma direta em sua obra literária. Também não publica uma única linha em páginas de jornais sobre o assunto. Esse silêncio nos chamou a atenção. Partimos de sua omissão e constatamos que ele preferiu, em sua obra ficcional, apresentar um Rio de Janeiro (e um país) que está deixando de existir na época em que essa coletânea é publicada. As ruas que aparecem nesses contos em grande parte são transformadas ou destruídas com as reformas do governo Rodrigues Alves. O país também se modernizava, valorizando as viações férreas e os meios de transporte como os bondes puxados a burros, trocados por bondes elétricos em 1892.

Machado de Assis trabalhou na Diretoria-Geral de Viação e depois na de Contabilidade do Ministério responsável pelas obras públicas. Seu conhecimento do país e da cidade da capital do país ia muito além do empírico. Nessa linha de raciocínio, desenvolvemos nossa análise dos contos que seguem essa subdivisão. As histórias dessa coletânea se passam no Rio de Janeiro anterior às reformas urbanas que modificaram a cidade. Podemos afirmar assim que o olhar do escritor está voltado para o passado. Encontramos uma ótima confirmação dessa assertiva através das palavras de John Gledson:



“A visão machadiana não é sentimental, mas isto não quer dizer que seja indiferente. O que pode parecer conservadorismo ou saudosismo no seu amor pelo Rio de Janeiro em que viveu e cujo crescimento acompanhou é, acho, um desejo de conservar uma parte importante da dimensão humana(...)”.<sup>58</sup>

Analisaremos os contos dessa coletânea priorizando o viés salientado por Gledson: procurando identificar a “dimensão humana” que circula pelo cenário urbano registrado pelo escritor.

Além disso, podemos dizer que o título da coletânea, *Relíquias de Casa Velha*, é uma relação que o escritor faz ao conteúdo dos contos: a casa velha seria o Rio de Janeiro, mesmo que o escritor diga em sua “Advertência” na abertura do livro que essa casa seria a sua vida. Afinal, a cidade fez parte de sua vida, de onde raríssimas (duas ou três vezes) se afastou ao longo de sua vida. Mas, como já dissemos, não é qualquer Rio de Janeiro que aparece em sua obra, mas sim a cidade que existia no século XIX, tão cara ao escritor que ali nasceu e viveu toda sua vida. Relíquias viria no duplo sentido da palavra: algo bem quisto de um passado querido, apesar de envelhecido, como é a cidade que aparece em sua obra.

---

<sup>58</sup> GLEDSON, in CARRER, 1999.

## 2.1 – ANTES DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

### **2.1.1 - “Pai contra mãe” - *Muito antes da Avenida Central.***

A temática desse conto passa por um assunto praticamente esquecido pelo escritor Machado de Assis ao longo de sua carreira, pelo menos em sua obra ficcional: a escravidão. Em compensação, o cenário urbano, o centro do Rio de Janeiro, e a época, anterior ao final da escravidão, são usuais na obra machadiana.

Apesar de ser um conto narrado em terceira pessoa, apresenta, inicialmente, a forma de uma crônica. O narrador tece comentários sobre profissões e instrumentos que existiram no tempo em que a escravidão vicejava no Brasil, extinta em 1888. Conscientes que esse conto foi publicado pela primeira vez diretamente na coletânea analisada, em janeiro de 1906, temos uma distância bastante considerável de 17 anos entre sua aparição pública e o fim do período referente aos fatos que são narrados nesse texto.

O ano específico em que acontece a história não é precisado pelo narrador, mas podemos afirmar que Machado de Assis aproveitou-se do distanciamento da temática. O escritor já havia colocado sua acha de lenha na fogueira das discussões em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* em suas crônicas da série “*Bons Dias*”, publicadas a partir de 1888, ambas recheadas de ironia. Também não se afastou de problemas que surgiam quando era chefe da 2ª Seção do Ministério da Agricultura, onde precisava dar pareceres envolvendo as matrículas dos escravos, muitas vezes indo contra interesses de poderosos. Ele, literariamente, não se aliou aos festejos da época, mas foi, desde a década de 1870, conforme Sidney Chaloub mostra, um funcionário do governo que, quando teve de decidir assuntos referentes à liberdade de escravos, procurou interpretar a lei a favor dos servos. Isso fica mais interessante se considerarmos que nem o escritor, nem o funcionário público podiam

ser chamados de “engajados” na causa abolicionista, mas que o homem Machado de Assis procurava ser justo. Somente isso.<sup>59</sup>

Esse distanciamento (pessoal e temporal) da abolição serve como forma de alicerçar sua isenção narrativa do assunto, quem sabe até o auxiliar numa fuga do sentimentalismo fácil que dominou a época, panfletarismo que sua literatura não comungou. No conto “Pai contra Mãe” encontramos não só uma profissão que se foi com o fim da escravidão, mas um esboço do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro que ficou no século XIX após as reformas urbanas do início do século XX, que iremos analisar nesse e noutros contos. Vamos à leitura do conto.

#### Analisando a crônica da abertura

Usando da estrutura da crônica nos primeiros cinco parágrafos, o narrador tece comentários sobre o cotidiano envolvendo objetos e situações que, à época da escravidão, eram comuns, como os comentários do narrador procuram nos passar:

“A máscara de folha-de-flandes fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidades certas. Era grotesca a tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel.”<sup>60</sup>

O trecho que aqui decalcamos nos serve para tecer um comentário relevante e entender o *olhar* machadiano sobre o assunto. O narrador está analisando um objeto que fora comum no passado, usado por vários senhores de escravos com o fim nobre de extinguir “dous pecados”, conforme ele nos diz. O narrador comenta a utilidade e o uso dessa máscara sem passionalismos ou sentimentalidades. Quando julga grotesca a máscara e, ao mesmo tempo, comenta sua importância para a manutenção da “ordem social e humana”, seu olhar mostra a importância desse instrumento para a estrutura de poder da época. Há nesse trecho uma imbricação do

<sup>59</sup> Cf. exemplos que podem ser conferidos no capítulo “O funcionário público Joaquim Maria”, desse mesmo trabalho.

<sup>60</sup> ASSIS, V. 2, p.659.

ponto de vista de um homem avesso a esses métodos, mas que era obrigado a aceitar sua existência, com a ótica do homem do século XX, que precisa lidar com os melindres sociais que implicam as atrocidades do período em que a escravidão dominou o país.

Isso se faz relevante debater, pois consideramos que, do mesmo modo que o escritor Machado de Assis precisou deixar de lado a carga moral impregnada no modo do seu leitor *olhar* mundo (centrado no século XX), nós, leitores do século XXI, devemos ter essa mesma atitude. A escravidão permanece — como era no tempo da publicação desse conto — um assunto melindroso, gerando celeumas quando discutido. Temos que centrar *nosso* modo de ver o mundo no século XIX, como fizera Machado, para entendermos o sentido disso tudo. Ao mexer nessa gigantesca ferida de nossa sociedade, não podemos esquecer o nosso *olhar*, não podemos esquecer que somos sabedores do quão grotesco foram os instrumentos e as profissões envolvidas na escravidão, mas devemos ter a isenção necessária para lidar e compreender esse tempo e nossa sociedade, como fizera o escritor ao descrever a folha-de-flanders e sua utilidade.<sup>61</sup> Não estamos afirmando que o narrador não apresente sua opinião, isso fica visível inclusive na ironia referente “aos dois males” que são controlados com a folha de flanders. Dizemos somente que o narrador evita sentimentalismos fáceis num assunto complicado como esse.

A ordem social e humana, como o narrador fala, foi mantida com máscaras e cadeados, mas também com cordas e força física, as principais armas utilizadas na única profissão em que Cândido Neves, o protagonista de “Pai contra Mãe”, conseguia ser produtivo. Pegar negros fujões era um ofício irregular, mas “era um ofício do tempo”. Tempo esse em que devemos centrar nosso *olhar* para absorver esse contexto do qual o autor fazia parte, ainda que parcialmente.

Machado de Assis era filho de negro, cujos pais eram forros, e mãe branca. Ele viu, mas não sentiu na pele os efeitos do contexto que nos apresenta no início desse conto. Pelo pouco que se sabe de sua vida, não se envolveu com a escravidão além do que suas atividades na 2ª Seção da Secretaria da Agricultura o obrigavam.

---

<sup>61</sup> FISCHER, 1998. Nesse artigo podemos ampliar a leitura sobre o narrador, pois o crítico faz uma tentativa de interpretação do narrador de “Pai contra Mãe”, entre outros contos.

Em sua obra literária, a escravidão e seus meandros praticamente não foram tematizados. Alguns poucas alusões (para o tamanho do problema) podem ser vistas em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Mas o mecanismo que a criou e dela depende, a sociedade aburguesada que se consolidou no século XIX, essa sim aparece em seus textos. Em *Ao vencedor, as batatas!*, Schwarz analisa os quatro primeiros romances de Machado e vê neles um retrato da sociedade de então, em que “a família, de preferência abastada, é a intocável depositária da ordem e do sentido da vida”. Essa mesma família e esses romances da primeira fase do escritor “não amplia nem generaliza as contradições em que assenta”<sup>62</sup>, diz o crítico. Contradições que faziam parte da nação e que estão reproduzidas nesse conto. Portanto, retornemos ao conto.

#### Cândido Neves, um brasileiro

Quando o narrador pára de tecer comentários sobre o tempo passado, típico de um cronista, e começa a narrar a história de Cândido Neves, temos o início da estrutura contística estabelecida. Os comentários do narrador cedem espaço às personagens, cabendo ao leitor se posicionar sobre os fatos narrados. Nesse conto o narrador não julgará a escravidão apresentará uma personagem que deve tomar uma decisão diante de uma situação-limite. E, caso o leitor se coloque no lugar da personagem Cândido, saberá que é tão humano e frágil quanto o marido de Clara Neves. A posição do escritor Machado de Assis é claramente contrário à escravidão, mas a narrativa não é explícita nisso, permitindo ao leitor fazer seus julgamentos. Vamos aos fatos.

Cândido Neves é um homem que resolve pegar negros fujões por necessidade financeira, mas não só por isso: “tinha um defeito grave esse homem, não agüentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava de caiporismo”.<sup>63</sup> Cândido não consegue manter-se em empregos tradicionais, que exigem um pouco de dedicação e disciplina. Apesar de várias tentativas, logo abandonava-os por vontade própria ou desinteresse. Poderíamos chamá-lo de preguiçoso, se usássemos nosso *olhar* do século XXI, onde o “trabalho enobrece o homem”, como diz o ditado do século XX, mas, como devemos compreender a

---

<sup>62</sup> SCHWARZ, 2000, p.88, 89.

<sup>63</sup> ASSIS, op. cit., p.660.

situação através do *modo de ver o mundo* do século XIX, precisamos lembrar que trabalho braçal era serviço para negros ou miseráveis. Para entendermos o que significava o trabalho antes da escravidão, podemos citar o caso de Tomás Antonio Gonzaga. Para assumir o cargo de juiz, em 1779, ele precisou provar “pureza de sangue”, ou seja, não ser de origem judaica e não ter parentes ou ancestrais próximos que exercessem profissões mecânicas”.<sup>64</sup> A herança portuguesa ainda era forte na cultura brasileira, mesmo no século XIX.

Candinho aparenta ter seu orgulho ferido por ter de servir a outros quando trabalha no comércio. Trabalho físico era algo que aqueles que se consideravam brancos evitavam o máximo possível. Não sabemos a cor da pele de Cândido, mas sabemos sua condição de homem livre. Provavelmente ele era branco, no máximo mulato. Para o autor Machado de Assis, não faz diferença motivações raciais (típicas dos narradores naturalistas) para Candinho pegar negros fujões, somente as psicológicas, abordadas no conto. Não temos como saber sua origem racial, o narrador não aborda essa questão e, se insistirmos nisso, entraremos em conjecturas e, nesse momento, só nos interessam os fatos. Voltemos a eles.

Quando Cândido conhece Clara, ela tem 20 anos e ele, 30. Ela é órfã, mora com tia Mônica e costuram para sobreviver. Apesar de algumas tentativas de namorados, somente com Cândido surge “o possível, o marido verdadeiro e único”. Algumas amigas e tia Mônica tentam evitar o casamento por ser Cândido Neves “dado em demasia a patuscadas”,<sup>65</sup> ou seja, gosta de festa e pouco do trabalho. Tia Mônica assume o papel de enxergar a realidade de modo crítico e consciente, dizendo a Clara: “Vocês, se tiverem um filho, morrem de fome”. A tia, por ser mais experiente e já ter superado os arroubos da paixão, característica inerente aos jovens, consegue realizar uma leitura lúcida do modo de ser de Candinho, visão que difere do olhar romântico de sua sobrinha, que não enxerga o dia de amanhã, somente seus sentimentos. A tia, por mais velha e experiente, pressente o que os espera.

Mas entenda-se: romantismo das personagens, não literário. Machado não apresenta descrições românticas, mas ironiza a paixão do casal de futuro incerto, financeiramente falando. Mostra uma jovem apaixonada e, por isso mesmo, incompetente para ver na “instabilidade” de Cândido um grave problema financeiro

---

<sup>64</sup> FISCHER, 2002.

<sup>65</sup> ASSIS, op. cit., p.661.

para o futuro da família em formação. Família que só ficará completa e feliz com a chegada de um filho, algo natural para recém-casados. Porém, ao invés de se preparar financeiramente para receber tal filho, Candinho não consegue nem quer conseguir um emprego fixo. Satisfaz-se com o que recebe com os negros fujões que captura, vivendo de modo razoável, o orçamento complementado com as costuras e os resmungos de Tia Mônica.

Cândido Neves mostra-se o legítimo brasileiro, que usa da famosa malandragem carioca para sobreviver. Não gosta de trabalho com horário fixo, nada que exija compromisso, contanto que permita a subsistência. A herança de Leonardo, filho de Pataca, foi perpetuada quase na íntegra por Cândido.<sup>66</sup> Tinha uma certeza de sucesso na profissão assumida e em sua competência: “Tinha glória nisto, falava da esperança como de capital seguro. Daí a pouco ria”.<sup>67</sup> E assim ia, até a vida lhe apertar o calo, ou melhor, dar-lhe um filho, que dá quase no mesmo.

#### Eis a vida, eis as obrigações...

O casal atinge seu objetivo: Clara fica grávida e, conseqüentemente, as dificuldades financeiras aumentam. No desempenho de suas funções como pegador de negros fujões Cândido era bom, afinal “só exigia força, olho vivo, paciência e um bom pedaço de corda”,<sup>68</sup> atributos que lhe sobravam. Ficar nas esquinas conversando e observando a passagem dos negros não lhe custava, pelo contrário, lhe dava grande prazer. As roupas da criança são cozidas com retalhos e sobras dos serviços de costura que tia e sobrinha elaboravam, praticamente o único e parco sustento da família.

A costura era deveras importante, pois os anúncios sobre negros fugitivos rareavam e havia muitos homens que procuravam esse ofício. E a lei da oferta e procura se fazia valer, escasseando os negros fugidos com recompensa. E, do seu jeito, era um pai responsável. O desespero crescia na proporção da barriga de Clara, fazendo Cândido cometer erros grotescos: “Certa vez capturou um preto livre;

---

<sup>66</sup> ALMEIDA, 2000. Publicado em livro em 1854-55, apresenta Leonardo é o típico anti-herói, que representa o primeiro malandro da literatura brasileira, conforme Antonio Candido em seu artigo “Dialética da malandragem”, *In Vários Escritos*.

<sup>67</sup> ASSIS, op. cit., p.662.

<sup>68</sup> Ibidem, p.663.

desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem”.<sup>69</sup>

Caso fortuito, mas relevante para o contexto da época. Não temos datas para nos situarmos nesse conto, como é de praxe em quase todos os textos dessa coletânea (exceção são os três contos analisados no sub-capítulo “História do Brasil” desse trabalho, que são unidos por isso mesmo). Sabemos que negros livres e outros a serviço de seus donos circulavam pelas ruas das cidades brasileiras, principalmente na segunda metade do século XIX. Era algo normal, fazia parte do cotidiano, principalmente do Rio de Janeiro, cidade mais importante do país. Capturando um negro livre Cândido Neves expõem uma das tantas incongruências que formavam nossa nação. As “idéias estavam fora do lugar”, conforme nos diz Schwarz no artigo em que aborda a obra machadiana para analisar a situação social e econômica do Brasil dos Dezenove. A visão liberal e européia, que incentivava o homem livre e consumidor, ia de encontro aos interesses do latifundiário e escravocrata, classe diminuta, mas dominante no Brasil.<sup>70</sup> Essa confusão provocada por Candinho ao prender um homem livre é resultado e comprovação desse sistema burro e conflitante que dominava nossa nação e que perdurou por muito e muito tempo, deixando sementes até os dias de hoje. Mas deixemos, por agora, a problemática social brasileira e voltemos à gravidez de nosso angustiado casal.

Antes da criança nascer, tia Mônica dá o veredicto para a sobrevivência da mesma: levar a criança para a Roda dos Enjeitados<sup>71</sup>, a criança corria o risco de morrer se ficasse com eles: “Vocês devem tudo; a carne e o feijão vão faltando. Se não aparecer algum dinheiro, como é que a família há de aumentar?”<sup>72</sup>, questiona um franca e seca tia Mônica. Num requinte de crueldade, o autor amplia a angústia das personagens. Após ouvir as palavras cruéis, porém verdadeiras de tia Mônica, o casal recebe a visita do proprietário da casa em que moravam. Ele viera não por cortesia,

---

<sup>69</sup> Ibidem, p.663.

<sup>70</sup> SCHWARZ, 2000, p.15.

<sup>71</sup> GONÇALVES, 2004, p. 373. Roda dos enjeitados ou Casa dos Expostos – criada em 1738 por Romão de Mattos Duarte, sob os cuidados da Santa Casa da Misericórdia, para receber as crianças rejeitadas por suas famílias. Era uma roda de madeira, que se introduzia numa abertura no muro da instituição, mantendo-se o anonimato dos pais, que nunca mais poderiam reclamar o filho. Após colocar a criança, os pais giravam a roda, batiam uma campainha e uma freira recolhia a criança. Foi estabelecida inicialmente na Rua de Santa Luzia, sendo depois transferida para a Rua dos Barbonos, a atual Evaristo da Veiga.

<sup>72</sup> ASSIS, op. cit., p.664.



mas para cobrar três meses de aluguel atrasado: “se dentro de cinco dias não fosse pago, pô-lo-ia na rua”,<sup>73</sup> disse, sem piedade alguma à situação. Sem deixar-se abater, Cândido busca uma solução na rua; conseguir novos empréstimos ou capturar algum negro dos anúncios poderiam aliviar a situação. Tudo infrutífero.

Após o despejo, vão morar de favor na casa de uma senhora velha e rica que empresta “os quartos baixos da casa, ao fundo da cocheira, para os lados de um pátio”,<sup>74</sup> onde vem nascer a criança. Não é citado nem o endereço da casa alugada, nem a da casa emprestada. Mas os locais onde a negra andava, esses sim são apresentados pelo narrador com um rigor interessante de detalhes que será melhor debatido mais adiante. A ironia do autor, que não pode ser ignorada por nossa leitura, tanto pelo dever analítico, tanto pelo prazer literário, possui vários exemplos nesse conto. Vejamos um deles.

Essa criança é obrigada a peregrinar na barriga da mãe, nascendo perto de uma “cocheira”, com a fome e a morte lhe fazendo sombra. Há curiosa semelhança com a situação de José e Maria, que fugiram de Herodes, parindo a criança numa estrebaria<sup>75</sup>. A situação não é a mesma, mas é análoga. Sabemos que Machado de Assis era grande conhecedor da bíblia. Essa situação similar não passaria despercebida por ele. Não estamos dizendo ser ela intencional, dada a falta de outras referências, mas é uma coincidência bastante relevante, que remete o nascimento do filho do casal Neves ao nascimento da criança mais importante da cultura ocidental. Coincidência interessante e cruel, afinal, teriam que entregar o filho para ser criado por freiras...

Machado não perde a oportunidade de ampliar o clima de dor, ainda que sutilmente, visando a reforçar a dramaticidade do contexto, sem ser apelativo. Quando fala do nascimento da criança, apresenta os mecanismos que regem a estrutura mais simples da sociedade: “Notai que era um menino, e que ambos os pais desejavam justamente esse sexo. Mal lhe deram algum leite; mas, como chovesse à noite, assentou o pai levá-lo à Roda na noite seguinte”<sup>76</sup>. Todo homem e, implicitamente, toda mãe gostaria que seus filhos nascessem homens. Isso não era uma mera questão de afinidades ou exercício do patriarcalismo, mas consciência

---

<sup>73</sup> Ibidem, p.665.

<sup>74</sup> Idem, p.665.

<sup>75</sup> MATEUS, cap. 1 e 2, 1988.

instintiva e social. Sabe-se que o homem, na sociedade da época, tinha mais oportunidades e mais espaço para vencer. Como mulher, a única forma de sobrevivência numa classe social mais baixa seria a costura, profissão de Clara, ser lavadeira, como Machona em *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, ou então prostituta, como o foi Maria da Glória, em *Lucíola*, de José de Alencar. Nem Clara nem Cândido desejam isso para sua criança, querem o melhor para seu rebento, logo desejam um menino. E o têm. Com isso, surge mais uma oportunidade para o exercício da ironia do autor, já não podem ficar com a criança, que, completando o quadro de sua inexistência, não recebe nome algum dos pais.

A situação está mais do que crítica. Candinho, que redobrou suas tentativas de encontrar negros fujões, sai na manhã seguinte ao nascimento da criança em busca de qualquer prêmio que puder encontrar. Mas almejava uma negra em especial, Arminda, que lhe renderia cem mil réis, quantia razoável, capaz até de amolecer a rigidez das palavras de Tia Mônica, fazendo a criança permanecer junto aos pais:

“Saiu de manhã a ver e indagar pela Rua e Largo da Carioca, Rua do Parto e da Ajuda, onde ela parecia andar, segundo o anúncio. Não a achou; apenas um farmacêutico da Rua da Ajuda se lembrava de ter vendido uma onça de qualquer droga, três dias antes, à pessoa que tinha os sinais indicados. Cândido Neves parecia falar como dono da escrava,...”<sup>77</sup>

Retorna para casa sem nada encontrar, sem fome, entristecido pela situação, com a mulher já resignada com a necessidade de levar o filho à Roda. Mas analisemos esse trajeto matinal desenvolvido por Cândido, que será reprisado pela personagem e pelo autor durante a noite, agora com a criança em seus braços, em direção à rua dos Barbonos.

#### O centro antigo: cenário e personagem

Para cronista de um tempo passado, como é o estilo adotado pelo narrador no início desse conto, torna-se interessante esse decalque geográfico de uma cidade e de um tempo específico. Na maior parte dos contos literários de Machado de

---

<sup>76</sup> ASSIS, op.cit., p.665.

<sup>77</sup> Idem.

Assis surgem nomes de ruas com excesso de detalhes. Há exceções como “Umas férias” e “Capitão de voluntários”, somente para citarmos textos analisados nesse trabalho, em que nosso autor é extremamente econômico.

Sabemos que num conto literário nada deve ser colocado ao acaso. Machado de Assis tem consciência dessa premissa, leitor de Edgar Allan Poe que era,<sup>78</sup> conforme já citamos na introdução. Constatamos que essas mesmas ruas têm alguma importância para a derradeira conclusão do conto, tornando-as, as ruas, *personagens* que (ainda que passivamente) participam da história. Vejamos a seguir como se processa essa interação cenário X personagens.

Quando Cândido Neves se vê obrigado a levar a criança para a Roda dos Enjeitados, ele retoma esses mesmos lugares numa última e desesperada tentativa, já com seu filho no colo, de encontrar Arminda, a negra fugida com alto valor de recompensa:

“Ao entrar na Rua da Guarda Velha, Cândido Neves começou a afrouxar o passo. — Hei de entregá-lo o mais tarde que puder, murmurou ele.

Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la; foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à Rua da Ajuda. Chegou ao fim do beco e, indo dobrar à direita, na direção do Largo da Ajuda, viu do lado oposto um vulto de mulher; era a mulata fugida. (...) a poucos passos estava a farmácia onde obtivera a informação que referi acima. Entrou, achou o farmacêutico, pediu-lhe a fineza de guardar a criança por um instante; viria buscá-la sem falta. — Mas...

Cândido Neves não lhe deu tempo de dizer nada; saiu rápido, atravessou a rua, até ao ponto em que pudesse pegar a mulher sem dar alarma. No extremo da rua, quando ela ia a descer a de S. José, Cândido Neves aproximou-se dela”.<sup>79</sup>

Candinho retoma o percurso que desenvolvera pela manhã, ainda na esperança de conseguir algo para manter seu filho junto a si, quando vislumbra a negra que valia cem mil réis. Abrindo parênteses: ele não *viu* em Arminda uma pessoa, só *enxergou* um prêmio, os cem mil réis. Ver e enxergar nem sempre são a mesma coisa. Fecha parênteses. Deixa então seu filho nas mãos do farmacêutico e sai ao encalço da escrava. Quando se aproxima dela, pronuncia seu nome (agora ele tem

<sup>78</sup> Ibidem, p.476. Advertência da coletânea *Várias Histórias*: “(os seus contos, diz Machado) não são feitos daquela matéria prima que (...) colocam os de Poe entre os primeiros escritos da América.” O escritor norte-americano formulou as bases do conto literário na primeira metade do séc. XIX, tendo seus contos servido de exemplo até hoje para um gama de escritores.

importância, mas somente para confirmar o prêmio), o que basta para ela se entregar. Quando vira para trás é pega e amarrada por Candido, mais forte que ela.

A maestria narrativa de Machado de Assis aparece na nomeação das ruas; ele não está somente enumerando um cenário. Arminda era uma negra fugida que necessitava de *Ajuda* para sobreviver. Mas a ajuda de que ela precisava era muita, estava se aproximando o momento do *Parto*. Quando Cândido a agarra, ela ia descer a rua São José. Acontece que essa rua é uma continuação da junção da Rua do Parto, que desce do largo da Carioca, com a Rua da Ajuda, que vem desde o Convento da Ajuda, passando pela famigerada Rua dos Barbonos. Nessa esquina, em que tem início a antiga Rua dos Ourives, ficava a igreja de Nossa Senhora do Parto, muito procurada por mulheres que buscavam um parto tranqüilo e seguro<sup>80</sup>.

Mas, além disso, há mais. A Rua da Guarda Velha quando da publicação do conto, em 1906, já não possuía esse nome. Desde a promulgação da Lei Áurea que a rua da Guarda Velha passou a chamar-se Rua 13 de Maio, em homenagem a lei que deu liberdade a todos os escravos.<sup>81</sup> Isso não foi apresentado nem comentado pelo autor, que prefere usar somente o nome antigo. Ele apresentou uma rua que ainda *guarda velhos* costumes, como a profissão de pegar negros fujões, sem salientar seu nome à época da publicação do conto, que remete, ironicamente, para a liberdade dos escravos, situação não vivida, mas desejada pela escrava Arminda.

A primeira impressão, de que o autor pudesse ter inventado essas ruas ou unido ruas que ficassem em locais diferentes da cidade, foi descartada após descobrirmos em mapas do século XIX que elas existiram e ficavam no local exato que o autor descreve.<sup>82</sup> E a exatidão é outro fator que chamou nossa atenção. Ao nomear as ruas, ele não está somente enumerando um cenário, mas fazendo com que essas mesmas ruas participem da estrutura contística.

Ou seja, não é um mero decalque de um centro urbano muito querido ao autor que aqui é retratado, ainda que seja o retrato de um tempo que se foi e é resgatado por ele. Mas, antes de tudo, é o olhar do autor sobre um conjunto de ruas que agem como personagens complementares à ação do texto. Os nomes das ruas

<sup>79</sup> Idem, p.666.

<sup>80</sup> GERSON, 1965, p.135: “(a Rua da Ajuda) Nos seus primeiros tempos ia da Igreja de N. S. do Parto, na esquina de S. José e Ourives, até os muros do convento, passando pelo largo da Ajuda (onde hoje está o Teatro Municipal)”.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 144. KINNEY e LEEDER, 1848, anexo 1.

não foram escolhidos por mero acaso pelo autor. Elas possuem uma função literária e social, que seria ampliar o significado da situação de Arminda e ironizar as honrarias públicas. Retomemos as ruas. Uma escrava fugida costuma andar numa rua que *guarda velhos* costumes, mas que servirá, num futuro praticamente impossível para ela, de homenagem à lei que dará liberdade a seus irmãos de cor. Arminda precisava de *Ajuda* para fazer um *Parto*. Dizer que o cenário participa da história já não parece tão absurdo assim, pois era na “Rua do *Parto* e da *Ajuda*, onde ela parecia andar, segundo o anúncio”. Foi ali na esquina das duas ruas que Cândido Neves a prendeu e conduziu a cativa para seu dono, na Rua da Alfândega. Mas faremos a entrega da escrava depois.

Vamos protelar o sofrimento de Arminda e o alívio de Candinho por mais alguns parágrafos. As motivações do escritor Machado de Assis não eram somente literárias, mas, influenciado pelo cidadão e funcionário público que era, lhe movia, implicitamente, o desejo de registrar sua cidade. Não a cidade que ele via no momento em que escrevia e sim a cidade anterior às reformas que iriam alçá-la a categoria de metrópole. O olhar de Machado estava voltado para a provinciana cidade do Rio de Janeiro do século XIX, da época em que se passa a história de Cândido e Arminda. Olhemos a cidade que foi e a que ficou.

#### O centro antigo: um olhar sobre as transformações

Nesse cenário apresentado pelo narrador, temos uma descrição de uma paisagem urbana que, aos olhos de um leitor do século XXI, nada diz, afinal muitas ruas deixaram de existir e outras trocaram de nome. Ocorre que há um contexto não explorado nos nomes das ruas desse conto, como vimos no caso da Rua da Guarda Velha, há um rico manancial de significados e informações subentendidas na construção do cenário urbano. Esses significados aumentam se, esquecendo o olhar do homem do século XXI, olharmos o texto como um leitor machadiano que o recebeu no início de 1906. Poderíamos dizer que há identificação, tal a proximidade temporal em comparação a nossa leitura mas o cenário não mais existe como é registrado pelo escritor, mesmo para esse leitor de 1906. As reformas urbanas do

---

<sup>82</sup> KINNEY e LEEDER, 1858.

governo Rodrigues Alves transformaram, entre outros, esse pedaço específico do centro da cidade. Entendamos o que ocorreu.

A personagem Cândido Neves e o olhar machadiano transitam por essas ruas do século XIX como íntimos que são. Ao fazerem isso, tornam o leitor, de hoje e de 1906, conhecedor de uma cidade que não mais existe quando da publicação do conto. Além do nome da Rua da Guarda velha e da Rua dos Barbonos terem sido alterado para 13 de Maio e Evaristo da Veiga ainda no século XIX (fato não salientado pelo autor), a Rua da Ajuda e a Rua do Parto foram quase completamente destruídas para dar passagem à Avenida Central.

A intenção era imitar, guardadas as devidas proporções, a reforma que o prefeito de Paris, o barão George Haussmann, fez na cidade-luz durante os dezessete anos em que fora o administrador da capital francesa (1853-1870). Conforme nos diz Sandra Pesavento:

“a modernização do Rio de Janeiro traduziu-se, pois, em medidas concretas, violentas, que revolucionaram a cidade. Havia um plano de inspiração francesa, e ações urbanísticas foram executadas, com o fim último de converter a cidade real — o velho Rio Colonial — numa metrópole moderna e apresentável, digna de ser vivida e apresentada”.<sup>83</sup>

O Rio de Janeiro queria ser grande e essa grandeza passava por uma reforma urbana, a exemplo do que fizera Paris cinquenta anos antes. O Rio de Janeiro queria abandonar o ar empestado — fama que possuía o centro da cidade com suas vielas e travessas, conforme Alfredo Lisboa — e respirar uma atmosfera pura, grandiosa, com avenidas e calçadas largas, como cabia à capital federal do país. Essa vontade era expressa em publicações como a elegante revista *Kosmos*, editada antes do término da obra, em que o mesmo Lisboa diz que a Avenida teria importância: “No benfazejo intento de permitir o acesso mais franco das correntes aéreas, saneadoras e refrigerantes, e o seu derramamento pelas estreitas ruas da velha cidade, impregnadas por um ambiente estagnante e viciado”.<sup>84</sup>

Conforme já dissemos no capítulo de abertura desse trabalho, o presidente Rodrigues Alves, delegou ao Ministério, chefiado por Lauro Severiano Müller, a missão de modernizar o porto da cidade. Foi criada a Comissão da Avenida

---

<sup>83</sup> PESAVENTO, 2002, p. 89.

<sup>84</sup> LISBOA, 1904.

Central, chefiada pelo engenheiro Paulo de Frontin. Uma das decisões da Comissão era abrir uma larga Avenida, ligando o cais à região da Glória, para criar uma conexão com o Botafogo, o bairro dos abastados.

Certamente Machado de Assis, como responsável pela Contabilidade e pela confecção do Relatório anual do ministério — onde encontramos em detalhes as obras e as custas das indenizações e das construções dos prédios, além do concurso para escolher as fachadas dos novos prédios, que igualmente imitavam as avenidas francesas<sup>85</sup> — devia estar a par das destruições que seriam feitas na região da Avenida Central. Mas entendamos um pouco o que foi essa obra que começou em início de 1904 e foi inaugurada em 15 de Novembro de 1905 com grande festa ao público refinado da cidade, que compareceu em massa, apesar da garoa que caía.

O conjunto da obra teve um custo total de 46 mil contos de réis — verdadeira fortuna para o governo Rodrigues Alves, que realizou um empréstimo junto a bancos ingleses, *of course*, para cobrir os cofres públicos e contribuir com a dívida externa. Isso gerou uma papelada e, certamente, grande trabalho para o responsável pela contabilidade do ministério. A rotina era estafante, ainda mais para um sexagenário viúvo, relatado pelo próprio Machado de Assis em cartas aos amigos e reproduzidas no capítulo biográfico. Mesmo assim, ele não se afastava de suas obrigações no ministério, mantendo-se anônimo e dedicado como era há mais de 30 anos.

#### O olhar machadiano para o passado: uma hipótese

Por hora deixemos o funcionário Joaquim Maria envolvido com as papeladas da Avenida no ministério e voltemos nossa análise para o olhar do escritor Machado de Assis, que finge não existir obra alguma. Vejamos como eles se cruzam e divergem ao mesmo tempo.

Começemos fazendo uma pergunta: por que, diante de tão suntuosa obra, que nosso autor teve, de certo modo, uma participação direta como funcionário, não encontramos nenhuma citação ou referência nos contos lançados em seguida a sua inauguração? Por que o autor não publicou nenhuma crônica saudando ou criticando a novidade? Olavo Bilac, para citar somente um escritor e jornalista da época, a

---

<sup>85</sup> Cf. Relatório anual do Ministério, 1906, p.919-21. As despesas referentes as desapropriações de 699 prédios tiveram um custo total de 34 mil contos (34.641:708\$011) de réis, uma fortuna para a época.

saída com grandes e empoados artigos na revista *Kosmos*, elegante publicação da época, como esse:

“Onde está tu metido, Carrancismo ignóbil, que por tanto tempo nos oprimiste e desonraste? (...) em vão te procurei (...) pela radiante extensão da Avenida formosa (...). Andas com certeza, homiziado nos becos sujos, em que se mantém ainda a tradição do mau gosto e da imundície: afugentou-te a luz da avenida”.<sup>86</sup>

Machado de Assis, ao contrário, permanecia calado, não lançou uma palavra sobre o assunto em crônicas jornalísticas, muito menos nos contos de *Relíquias de Casa Velha*, que foram produzidos ou coletados enquanto as picaretas destruíam a cidade antiga e os pedreiros erigiam a nova.<sup>87</sup>

Como resposta — e resposta puramente hipotética, pois não podemos afirmar as intenções do autor —, supomos que o século XX e sua modernidade não eram agradáveis a Machado de Assis. O século XIX, o cenário obscuro e com resquícios coloniais que é retratado nas obras machadianas, chega ao fim com a reforma da capital do país<sup>88</sup>. O Rio de Janeiro moderno e arejado, com largas avenidas e *boulevares* não combina com a história narrada nesse conto e em outros da coletânea *Relíquias de Casa Velha*.

Retornando a “Pai contra mãe” e a esse século XIX constatamos que a escravidão está intimamente ligada a esse passado recheado de velas e becos. Podemos depreender dessa leitura que Machado de Assis era um homem que encontrava afinidades e empatias no século XIX, século ultrapassado e colonial em que ele viveu e venceu. O olhar do narrador machadiano volta-se, mesmo no século XX, para a cidade antiga, para essa *reliquia*.

Mas Cândido Neves tinha premência de resgatar seu filho e, para receber o prêmio tão almejado, precisava entregar a escrava Arminda a seu dono e pegar a recompensa. Para isso, precisava invadir novas ruas e arrastá-la por algumas quadras. Sejamos cúmplices.

<sup>86</sup> BILAC, 1905, n.11.

<sup>87</sup> SEVCENKO, 1998. Nesse artigo há algumas citações referentes aos costumes urbanos da época das reformas, mostrando que o *olhar* de Machado de Assis está voltado para o tempo anterior às reformas.

<sup>88</sup> Reforma essa que atingiu toda a cidade, conforme citamos no capítulo do Funcionário Público: o cais do porto, a avenida Beira Mar, o calçadão do Botafogo, a canalização do Mangue, entre outras tantas obras de Pereira Passos procuraram, melhorar a cidade.



A felicidade de pai e a tragédia de mãe: conclusão

Após amarrá-la sob grande protestos e promessas de servidão, Cândido arrastou Arminda pela Rua do Ourives até a Rua da Alfândega. E quando dizemos que ele a arrasta, não estamos criando uma figura de linguagem:

“— Estou grávida, meu senhor! Exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei sua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser.(...) Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. (...) Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando.”<sup>89</sup>

Com essas três palavras finais o autor definiu precisamente a situação em que Arminda chega a casa de seu dono que, após mandá-la entrar, pagou os cem mil-réis para Cândido. Então os dois negociantes testemunham o aborto da escrava: “o fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo”,<sup>90</sup> nos diz o narrador e talvez não precisasse dizer mais nada.

A luta com Candinho pela Rua dos Ourives — iniciada na esquina da Rua do Parto com Rua da Ajuda, onde ela lhe pediu *ajuda* para ter seu *parto* livre, inutilmente — durou seis quadras. Seis quadras de tamanhos diversos, mas bastante longas se levarmos em consideração o esforço de Arminda em não ser entregue e a força empregada por Cândido para arrastá-la. Imaginemos nós o que pensaram os transeuntes elegantes da Rua do Ouvidor, a terceira esquina que passaram. Por que ninguém correu a acudi-la? Estariam eles acostumados àquilo e nem deram pelo caso? O que podemos supor é que as pessoas que transitavam pelo Ourives e Ouvidor também deveriam ter seus problemas com seus cativos e evitavam envolver-se em problemas alheios. São suposições difíceis de elaborar, portanto, retornemos às ruas e ao registro do escritor que as livrou do esquecimento, drama menor que o de Arminda. Mas interessante é o jogo de nomes que encontramos nesse conto. Cândido anda pela Rua dos Ourives até chegar a Rua da Alfândega. O significado do nome da primeira rua remete ao ouro, dinheiro, objetivo de Candinho, que será conseguido através do comércio de venda e compra, realizado na Rua da Alfândega, local onde

---

<sup>89</sup> ASSIS, op. cit., p.666.

<sup>90</sup> Ibidem, p.667.

se realiza a vistoria de mercadorias. Arminda e seu filho que não vê a luz da vida são a mercadoria, muito pouco valorizada pelos mercadores que a negociam.

Esse trajeto pela Rua dos Ourives serve como testemunho de um tempo. Juntamente com a Rua da Ajuda foi uma das que maior transformação sofreu com a construção da Avenida Central. A esquina do Ourives com a Ouvidor, na qual formulamos a suposição acima, foi sobreposta pela nova Avenida. Ao fazer Cândido Neves conduzir Arminda pela Rua dos Ourives Machado de Assis não está somente usando o nome de uma rua, mas fazendo um registro de um costume que se vai. Mesmo estando a época da publicação do conto bastante afastada época retratada no conto, seria impossível para um Candinho do século XX arrastar uma Arminda pelas calçadas finamente iluminadas e arborizadas da Avenida Central. Isso tudo não combinaria com a nova artéria da cidade, muito menos com os tempos republicanos tão distantes da escravidão que, à época, fingia-se que nunca existiu. As Armindas, Cândidos e ruelas estreitas que ficassem no passado, não fosse o olhar apurado do escritor Machado de Assis.

O escritor foi no passado resgatar a escravidão, suas profissões e seus instrumentos, como nos diz o narrador no início do conto. Ao resgatar esses costumes, ele reconstrói, mesmo que indiretamente, os espaços urbanos, as ruelas e becos estreitos que faziam parte desse passado prosaico e provinciano, igualmente escravocrata e imperialista.

E no passado ficou também Arminda e seu aborto, principalmente para Cândido, pois, com o dinheiro da recompensa, pôde manter seu filho junto a si. Se fizermos uma costura da conclusão desse conto com *Quincas Borba* veremos a aplicação de uma dos mais famosos aforismos machadianos: “Ao vencedor, as batatas!” Na afirmação do filósofo Quincas Borba, alguém precisa perder para outro sobreviver. Só havia a possibilidade de uma criança sobreviver. Se Cândido cedesse aos apelos de Arminda, corria o risco de ser trucidado por tia Mônica. Poderia ter de entregar seu filho, talvez não nesse dia, mas noutro logo em seguida, para a roda da Rua dos Barbonos. Para uma criança sobreviver, uma teve que ser sacrificada. Para Quincas Borba isso seria do Humanitas, pois “não há morte, há vida, porque a

supressão de uma é a condição de sobrevivência da outra”.<sup>91</sup> Seria um consolo e razoável alento para a alma de Candinho, caso ele necessitasse de algum. Afinal, não há remorso em suas atitudes e palavras, pois “Abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto. — Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração”.<sup>92</sup>

Machado de Assis, ao escrever esse conto, mostra-se um homem consciente de seu papel como escritor. Mas não só de um escritor que registra seu tempo, que observa atentamente as mudanças e alterações que sua sociedade sofre. Vemos em seus textos, ainda que sutilmente, algumas das experiências do funcionário público que era. A transformação urbana por que passou o Rio de Janeiro no tempo em que Machado escreve esse conto não é comentada nesse conto, mas é aludido o período anterior a essas reformas. Transitando entre o tempo em que vive e o período que registra, Machado constrói, melhor reconstrói um tempo, um período impregnado do seu olhar privilegiado e perspicaz, típico de quem conheceu empírica e teoricamente cada beco e rua desse Rio de Janeiro que se foi e por ele é registrado.

### 2.1.2 – “Anedota de Cabriolet” - *Descendo a Misericórdia*.

No último conto de sua última coletânea, o ficcionista Machado de Assis exercita sua veia de cronista. O conto começa como uma crônica de época, em que o narrador em terceira pessoa resgata e comenta (aos moldes do “Pai contra mãe”, mas com grandes diferenças) a importância do *cabriolet*, um dos tantos tipos de carros puxado a cavalo durante o século XIX. O curioso é que essa espécie de crônica serve, isto sim, para contar uma espécie de “causo” de época, no dizer popular. E exatamente essa é a função do *cabriolet* nesse conto, marcar uma época, digamos, datar o conto em um determinado período da cidade do Rio de Janeiro.

Assim começa o segundo parágrafo do conto: “A geração de hoje não viu a entrada e a saída do *cabriolet* no Rio de Janeiro. Também não saberá do tempo em que o *cab* e o *tilbury* vieram para o rol dos nossos veículos de praça ou

---

<sup>91</sup> ASSIS, 1981, cap. VI, p.21. Conforme o Darwinismo, base científica de grande parte da literatura naturalista, que fora a grande mudança científica do final da última metade do século XIX, que é um tanto ironizada por Machado de Assis em *Quincas Borba*.

particulares”.<sup>93</sup> O narrador mostra clara consciência que está a falar com um leitor que não viu o ingresso em sua sociedade dos três veículos citados no parágrafo. Há uma posição de lugar e de tempo definidos, mas não de modo explícito nesse conto (diferente de outros tantos, como “Pílades e Orestes”, em que ele precisa o ano e o local da morte de uma personagem). A única forma de datação que nos situa historicamente é o *cabriolet*, grifado em itálico pelo autor. O veículo acaba exercendo essa função, se levarmos em consideração o período em que ele serviu à sociedade carioca. Através dele, poderemos situar a época narrada no conto que, de tão simples, o narrador chama de anedota.

E não é muito mais que isso, uma simples anedota, mas não no sentido cômico que usamos hoje, mas sim de caso pitoresco, de um “causo”. O *cabriolet*, um carro de duas rodas e capota retrátil, puxado por dois cavalos, vai buscar um vigário e um sacristão para levá-los a certa casa (não especificando o endereço) para dar a extrema-unção a um casal que (fica o sacristão sabendo depois) estava por casar. Em caminho João das Mercês, o sacristão, centro reflexivo do conto, tenta saber, sem questionar o cocheiro, mas seus botões, quem eram nhô Pedrinho e nhã Anunciada, os moribundos que estavam hospedados no sobrado do Comendador Brito.

#### A importância do *cabriolet*

Seu questionamento retoma e salienta a importância que possuía para a época o tal do *cabriolet*: “Parentes serão? Que parentes, se nunca ouvi...? amigos, não sei; conhecidos, talvez, simples conhecidos. Mas então mandariam *cabriolet*?”<sup>94</sup> Embalado pelo conforto de um veículo de luxo, “usado por grandes do Império, diplomatas estrangeiros, capitalistas e os mais opulentos dirigentes das casas de comércio”<sup>95</sup>, João das Mercês reflete sobre a importância do casal que os aguarda. Em *A pirâmide e o trapézio*, Raymundo Faoro traça um pequeno panorama dos meios de transportes do século XIX usando citações de obras machadianas em que os veículos aparecem. Sobre as personagens machadianas ele salienta a capacidade do autor de diferenciar socialmente uma pessoa sem descrevê-la diretamente, mas usando daquilo que o cerca:

---

<sup>92</sup> Idem, 1962, p.667.

<sup>93</sup> ASSIS, op. cit., p.715.

<sup>94</sup> Idem, p.716.

“sobre o homem se projetam as coisas, por sua vez, inventadas para atuar no mundo exterior. (...) Na guerra das coisas está o conflito dos homens, simbolizados, materializados, objetivados. (...) objetiva-se o mundo; nas dobras do objetivismo, infiltra-se e escorrega a ação humana, colada às próprias coisas, como manifestações destas, friamente”.<sup>96</sup>

Nessa frase extremamente feliz, conseguimos enxergar o procedimento machadiano. Para atingir a profundidade psicológica das personagens, Machado de Assis aborda as tangentes matérias que as cercam. Fica claro que a posição social das personagens é caracterizada pela elegância e poder financeiro que representa o *cabriolet*, conforme informa Noronha Santos e corrobora João das Mercês quando diz em tom de quase espanto: “mas então mandariam um *cabriolet*?”.

Um veículo escolhido pelos escolhidos, mas que teve pouca duração, provavelmente devido à popularização dos *tilburys*, como grifa o narrador desse conto, ou tálburi, como ficou a palavra após seu aportuguesamento. Tálburi é apresentado pelo narrador pela ótica irônica, devido a sua postura e quantidade: “Quando esta (*cidade*) acabar e entrarem os cavadores de ruínas, achar-se-á um parado, com o cavalo e o cocheiro em ossos, esperando o freguês do costume”.<sup>97</sup> Veículo popular, prestativo e muito usado, conforme podemos constatar em outras tantas de suas obras, também citadas por Faoro, como “Esaú e Jacó”, “Memorial de Aires” e “Quincas Borba”, para citarmos apenas alguns romances cujo tempo narrativo envolve as décadas de 1870 e 1880, mas que convivia com glamour da Avenida Central, já em 1905, época em que esse conto foi publicado em livro.

Nessa referência ao tálburi, Machado de Assis mostrou não só a importância e a perenidade que teve esse veículo, como o usando como oposto complementar do *cabriolet*. O veículo elegante durou pouco e era para pouco. O tálburi permaneceu na vida do Rio de Janeiro, sendo um carro popular, um táxi para a época. Inclusive, quando Camilo foi à casa de Vilela, em “A cartomante”, ele vai até o “Largo da Carioca, para entrar num tálburi. Chegou, entrou e mandou seguir a trote

---

<sup>95</sup> Faoro, 1974, p. 41. Essa informação o escritor gaúcho conseguiu com Noronha Santos.

<sup>96</sup> Faoro, *Ibidem*.

<sup>97</sup> ASSIS, op. cit., p. 715.

largo”.<sup>98</sup> Como vemos, o títburi era bastante comum em meados da segunda metade do século XIX.

Ainda falando do títburi de Camilo, cuja história se passa em 1869, o autor parece ter a intenção de não citar o bonde, que funcionava como carro coletivo desde 1868, ligando a famosa rua do Ouvidor até o Largo do Machado, feito por carros puxados por força animal. Mas quando publica “Anedota de *Cabriolet*”, os bondes elétricos — que permanecem hoje como atração turística no bairro de Santa Teresa<sup>99</sup> — já estavam operando desde 1892. Isso nos remete para um questionamento: por que o narrador da história, quando faz alusão à permanência do títburi em futuras escavações, não faz sequer uma alusão ao bonde?

Vamos tentar formular uma resposta. O títburi, à época em que o autor publica o conto, ainda permanece como carro de aluguel, como espécie de táxi<sup>100</sup>. Era um carro veloz, para dois lugares sem boléia e, certamente, com um custo menor. Serve perfeitamente como parâmetro opositivo do *cabriolet*, que era um carro mais elaborado e caro. Para conduzi-lo, o cocheiro ficava atrás, com as rédeas passando por cima das cabeças dos passageiros. Respondendo a nossa questão, podemos considerar que um bonde não permitiria o caráter particular que o autor quer determinar em seus textos, seja no títburi de Camilo, seja no *cabriolet* de João das Mercês. Sem contar que o *cabriolet* passava a impressão da elegância, afinal substituíva a *sege* — como nos diz o narrador do conto, explicitamente — outro veículo chique, que perdera *status*. A mãe de Bentinho, Dona Glória, possuía uma sege, além de Brás Cubas ser “recolhido” pelo seu pai das mãos de Marcela, com quem gastara “15 meses e 11 contos de réis”, nesse mesmo veículo para enviá-lo estudar na Europa. Como vemos, mesmo no século XIX, os veículos eram importantes para determinar a posição social de seu proprietário. Essa função não foi perdida pelos veículos até os dias de hoje e, provavelmente, não perderão nunca.

Machado de Assis gosta dos detalhes, de olhar onde ninguém olha, como bom míope, conforme ele próprio nos diz em crônica de 1897. Faoro considera que sua objetividade não é uma descrição objetiva, mas sim espaço para se observar “nas

<sup>98</sup> *Idem*, p.481.

<sup>99</sup> FAORO, op. cit., p. 52 e 53 e pesquisa no [www.usuários.lycos.es/envidiograde/eletricos:bondri.htm](http://www.usuários.lycos.es/envidiograde/eletricos:bondri.htm)

<sup>100</sup> O nome *Táxi*, e o usado em inglês, *Cab Taxi*, possuem origem similar. O *cabriolet* era muito usado como carro de aluguel no séc. XIX na Inglaterra. O governo inglês criou um “taxímetro de *cabriolet*” para regularizar as cobranças. Com o reducionismo, virou *cab taxi* em inglês e *táxi* em português.

dobras do objetivismo” como se porta e o que importa para a sociedade em geral, em seu tempo e quando vierem os cavadores do futuro. Agindo como escavadores em busca de ruínas, podemos afirmar, a partir dos textos machadianos, que a aparência e as poses de uma pessoa moldam quem ela é. D. Glória, retomando as palavras de seu casmurro filho, é reconhecida e respeitada pela *sege* que possuía e pela idade do referido veículo: “(...) as pessoas paradas na calçada ou à porta das casas, olhavam para a sege e falavam entre si, naturalmente sobre quem iria dentro.”

Conforme já discutimos, Machado Assis não costuma colocar em seus contos adereços por mero acaso. Como o tálburi, a sege é outro contraponto, é outro auxiliar na composição e construção da imagem que o leitor (seja do tempo em que o conto é publicado, seja do tempo dos “escavadores do futuro”) precisa ter para conhecer o veículo que dá título ao conto.

Estamos vendo e veremos na seqüência dessa análise, o *cabriolet* serve para caracterizar a posição social das personagens e despertar a curiosidade alheia, assuntos que serão explorados pelo narrador. O carro não é um decalque de época simplesmente, possui uma função literária definida: trazer à cidade os noivos e apresentar, *social e economicamente*, os moribundos à curiosidade do sacristão. O drama do casal vem em conseqüência e na boléia do dito *cabriolet*. acompanhemos o sacristão e entendamos a trama.

#### A curiosidade do sacristão

A curiosidade que esse veículo desperta é, na verdade, o foco central do conto. Ele se impressiona com o fato de serem dois os moribundos e ansiava por saber quem eram:

“não é que o sacristão fosse curioso. Em verdade, pouco mais era que isso. Trazia a paróquia de cor; (...) Há de ser gente nova, ia pensando o sacristão, mas hóspede em alguma casa, decerto, porque não há casa vazia na praia, e o número é a do Comendador Brito. (...) Era assim que João das Mercês ia cogitando, e não foi por muito tempo. O *cabriolet* parou à porta de um sobrado, justamente a casa do Comendador Brito, José Martins de Brito”.<sup>101</sup>

Temos três informações importantes nesse trecho. A primeira é a curiosidade do sacristão, que iremos discuti-la ao longo dessa análise. A segunda é o

---

<sup>101</sup> *Idem*, p.716.

endereço não ser especificado e a terceira é o fato do narrador fazer questão de salientar o nome completo do comendador, referendando as suspeitas do sacristão.

Começemos pela terceira informação. Em vários contos, Machado de Assis só usa o primeiro nome das personagens, como em “Evolução”, com a intenção clara de criar um clima de mistério. Em outros, como “Um capitão de Voluntários”, é mais misterioso ainda, utilizando um X para identificar o marido traído. Por que usar o nome completo do comendador?

Formulamos duas hipóteses. A primeira por ser ele uma pessoa que existiu de verdade. Não concordamos muito com ela por não ser usual em Machado de Assis referências a pessoas de “carne e osso”. A segunda hipótese diz respeito ao fato de ser o cargo de comendador um posto importante na sociedade ao tempo do Império. Citar seu nome completo fazia jus ao valor que deveria ter um homem desses. Preferimos a segunda hipótese, referendada pela oposição complementar da figura simples e curiosa de nosso João das Mercês. Sua posição social baixa contrapõe-se e complementa o perfil do comendador. E João não se satisfaz, precisa saber mais:

“(…) não se despediu do comendador sem lhe perguntar ao ouvido se os dous eram parentes seus. Não, não eram parentes, respondeu Brito; eram amigos de um sobrinho que vivia em Campinas; uma história terrível... Os olhos de João das Mercês escutaram arregaladamente estas duas palavras, e disseram, sem falar, que viriam ouvir o resto, — talvez naquela mesma noite”.<sup>102</sup>

Saber que eram do interior e não eram seus parentes era mero aperitivo para sua curiosidade. O sacristão estava ávido pelo banquete da fofoca. Saber da vida dos outros — para uma pessoa como ele, que a tudo observa e a todos conhece — era algo de extrema relevância. E o comendador, apesar de participar da elite da época, possuía o paladar apurado para conversas “ao ouvido” sobre a vida alheia. Alfredo Bosi vem de encontro a essa idéia quando diz:

“quem percorre a narrativa de Machado, que cobre a vida do Rio dos meados ao fim do século XIX, reconhece uma teia de relações sociais, quer intrafamiliares, que da vizinhança, profissão e vida pública entre pares

---

<sup>102</sup> *Idem*, p.716.



ou pessoas situadas em níveis distintos. (...) *Relações assimétricas* compõe a maioria dos enredos machadianos”.<sup>103</sup>

(grifo do autor)

Bosi confirma essa aproximação entre as personagens, sejam próximos, como o casal de “amigos de um sobrinho do Comendador”, seja de *nível distinto*, como o sacristão e o Comendador. Essa seria um exemplo de relação assimétrica que o crítico procura salientar. Isso só comprova a visão do escritor (que corroboramos) de que não importa a classe social a qual pertencem as pessoas, certos vícios fazem parte da atitude social do ser humano desde as primeiras comunidades primitivas.

#### O cabriolet seguindo pela história do Brasil

Novamente o narrador retoma o *cabriolet* para salientar o quão curta foi sua moda. Isso nos dá mais subsídios para situarmos no tempo essa história. Vamos acompanhar o trajeto do sacristão, um dos pontos primordiais dessa análise, para podermos conhecer a época e o espaço físico por onde ele anda.

Assim que ajudou o padre a despir suas roupas, “saiu rua acima, praia fora, até parar à porta do comendador”. A Rua da Misericórdia é nominada quando saem de carro da Igreja de São José, citada no início do conto e ela merece um parágrafo à parte. Vejamos o porquê.

Pouca gente dava atenção para a pequena, mas bastante antiga Rua da Misericórdia nos tempos em que esse conto veio à luz. É “a Ladeira da Misericórdia, também ponto de partida do primeiro dos nossos largos e da *primeira das nossas ruas* (grifo nosso), também da Misericórdia, denominados desde o distante século do seu nascimento.”, já que foi ali “no terreno inferior ao monte (*Castelo*) pelo lado do mar, o primeiro berço desta cidade, sendo tudo mais uma vargem”.<sup>104</sup> Como vimos no grifo, ela é considerada a mais antiga da cidade. Passava atrás do Morro do Castelo, tendo um pequeno trecho em declive. Seu trajeto era curto, compreendido desde a esquina da Rua São José (além dela até o Morro de São Bento seu nome era Rua Direita, hoje chamada Primeiro de Março, onde fica o Paço Imperial, existente até hoje) até encontrar a Ladeira de mesmo nome, formando o Largo da Misericórdia, também citado no trecho acima. Seguindo em direção ao mar de Santa

<sup>103</sup> BOSI, P. 153, 1999.

<sup>104</sup> GERSON, Brasil. *Histórias das ruas do Rio de Janeiro*. P.10 e 11.

Luzia, logo encontramos a Santa Casa, lógico, da Misericórdia (preservada até os dias de hoje). É na esquina da São José com a Misericórdia que começa nossa pseudo-aventura: “o preto (*sic*) viera à matriz de São José chamar o vigário para sacramentar dous moribundos”.<sup>105</sup> Essa igreja continua no mesmo local e a rua com o mesmo nome. A ladeira deixou de existir com a derrubada do Morro do Castelo, enquanto a Rua da Misericórdia recebeu um pequeno perdão, tendo preservado um pequeno trecho até os dias de hoje.

O Morro do Castelo foi e será citado muitas vezes ao longo desse trabalho. Quanto a isso, devemos lembrar que o funcionário público Machado de Assis deveria saber que ele seria posto abaixo, mais cedo ou mais tarde, desde 1890.<sup>106</sup> Para termos uma idéia do quanto esse absurdo era considerado normal para a época, um estrangeiro chegou a propor a derrubada do Pão de Açúcar. No final de 1905, tiram uma pequena lasca do Morro do Castelo para dar espaço à grandiosa Avenida Central. Tudo registrado e anotado no Relatório Anual do Ministério, vistado pelo Diretor-Geral de Contabilidade, o burocrata Joaquim Maria Machado de Assis.

Façamos uma análise dessas informações. Como notamos em quase todos os contos analisados nesse trabalho, Machado de Assis procura, direta ou indiretamente, situar geograficamente seu leitor. Uma rua, um largo, um teatro são nominalmente citados ou aludidos. Ele sabe, como cidadão e, principalmente, como um administrador público, que esse Rio de Janeiro que aparece em sua obra está situado num tempo que está, aos poucos, deixando de existir. Usa da memória e do seu conhecimento técnico para envolver o leitor. O escritor resgata algumas relíquias do passado, como sugere o título dessa coletânea, apresentando-as ao leitor do seu presente, que está acompanhando as modificações urbanas. Nós, leitores do futuro, em relação ao escritor e a cidade antiga, devemos encarar o cenário de sua obra sob a ótica histórica contrária a modismos.

Isso fica claro se observamos a época. Olavo Bilac, para ficarmos somente num exemplo, saúda e comenta a nova cidade que surge sob seus olhos; Machado de Assis prefere citar *em passant*, mas não descrever, uma rua tão

---

<sup>105</sup> ASSIS, V.2, p.715.

significativa na história do Rio de Janeiro e do Brasil, mas que fora esquecida entre o mar e o morro.

Voltemos ao trajeto desenvolvido pelo *cabriolet* e pelo sacristão “rua acima, praia fora, até parar à porta do comendador”.<sup>107</sup> Sabemos a rua porque o próprio narrador cita, mas a praia em que fica a casa não é citada. Ao pesquisarmos em um mapa do século XIX,<sup>108</sup> descobrimos que a Matriz de São José, onde se encontrava o sacristão, ficava na esquina da rua homônima, não citada pelo autor nesse conto. Saindo da igreja e seguindo pela Rua da Misericórdia, o *cabriolet* e o sacristão, necessariamente passariam pela ladeira e Largo de mesmo nome, onde chegariam à praia de Santa Luzia. Como o sacristão refaz esse trajeto a pé e durante a noite, a praia onde morava o comendador não poderia ser muito longe.

A casa do comendador é na praia, supomos, de Santa Luzia. Alguns fatores nos levam a crer nisso, além do trajeto ser feito a pé pelo sacristão. Um deles seria o prédio atual da Santa Casa da Misericórdia, que foi construído em 1852 e reformado em 1873. Ele ficava na Rua de Santa Luzia, que conectava o Largo da Misericórdia até a Rua do Passeio Público, ao longo da praia com o mesmo nome. A Rua de Santa Luzia é ampliada com a construção da Santa Casa da Misericórdia. Outro fator relevante seria a construção da Avenida Beira-Mar, obra levada a efeito pelo prefeito Pereira Passos em 1904, começar exatamente na continuação da praia Santa Luzia, após o Passeio Público, que, à época, ficava na beira da praia de Santa Luzia.

Mas por que o escritor não citou o nome dessa praia, da rua, do Passeio Público, muito menos da Santa Casa? Exceção à praia, que cedeu espaço ao aterro onde está o Aeroporto Santos Dumont, o resto foi preservado. Temos uma hipótese, não uma resposta, pois estamos falando de sentimentos pessoais do escritor. Foi na praia e na rua de Santa Luzia que o casal Machado e Carolina foram morar, em seguida ao casamento, nos idos do ano de 1870. Essa região deveria ser importante na memória do viúvo Machado de Assis, apesar de, no conto, ele não apresentar nenhuma tendência à nostalgia.

---

<sup>106</sup> Cf. Relatório Anual do Ministério de 1893, p. 251. “Arrasamento do Morro do Castelo”. No trecho há a citação do decreto nº758, de 18/09/1890, referente autorização para obras de arrasamento e futuro aterro.

<sup>107</sup> ASSIS, op. Cit., p.717.

<sup>108</sup> KINNEY e LEEDER, 1858.

Tanto a Rua da Misericórdia quanto a Rua de Santa Luzia só foram transformadas no final da década de 1920. Quando Machado publica esse conto, elas ainda se encontravam como eram no tempo em que ele lá morou. Afirmado isso, queremos deixar claro que não estamos acusando o “Bruxo do Cosme Velho” de quiromancia, nem tentando adivinhar as motivações do escritor, longe disso. Como lidamos com hipóteses, queremos que fique claro que não estamos afirmando que nosso autor está a fazer um registro histórico intencional de sua cidade, de um plano premeditado de registrar uma rua ou praia somente porque ele sabia que ela não iria sobreviver às transformações em andamento e vindouras.

O que queremos salientar nessa análise é que o *olhar* objetivo do burocrata, que sabia das reformas, é filtrado pelo artista. Estamos, a partir do seu texto, visualizando o Rio de Janeiro que o escritor Machado de Assis não faz a mínima questão de mostrar, a cidade que está surgindo a partir das reformas urbanas do início do século XX. A historiadora Pesavento afirma que Machado de Assis “em absoluto, pode ser rotulado como um admirador dos progressos em geral. Pode-se mesmo dizer que Machado não se sentia ‘à vontade’ no Rio que mudava”.<sup>109</sup> O escritor prefere e registra aquela cidade antiga recheada de ruelas e becos mal calçados e pouco iluminados, conforme já afirmamos na análise de “Pai contra Mãe”.

### O fim da viagem

Talvez por isso mesmo, por saber como funcionário público que era o que vai ocorrer com sua cidade, mais especificamente com o morro, a praia e as ruas de sua cidade, Machado de Assis prefira a sutileza<sup>110</sup>. Nesse conto, não temos nenhuma precisão quanto a datas, mas sabemos, tendo somente o *cabriolet* como referência histórica, que remete a história para um período próximo da metade do século XIX, período de valorização desse tipo de carro. A temática do conto em si é bastante simples, uma anedota, como o narrador preferiu chamar. A história de um casal de noivos que fugiram para casar, mesmo depois de saberem-se meio-irmãos

---

<sup>109</sup> PESAVENTO, 2002.

<sup>110</sup> Cf. Relatório Anual do Ministério de 1893, p. 250. “Arrasamento do Morro de Santo Antonio”. No trecho há a citação do decreto nº10407, de 19/10/1889, “autorizando o arrasamento do Morro Santo Antonio e o aterro da área compreendida entre as praias de Santa Luzia e do Outeiro da Glória”. Nesse período o escritor já era o Diretor-Geral de Contabilidade do Ministério.

por parte de mãe. Um casal que acaba morrendo de febre na casa do comendador Brito.

Em Machado, não encontramos uma única história. O drama do casal que fugira no *cabriolet* é uma das temáticas desse conto, sendo outra, e a mais importante, a centralizada no sacristão. Sua curiosidade é proporcional à função que desempenha na comunidade de então. Enquanto assessorava o vigário não podia falar muito, buscando tudo ouvir. Tanto é que voltou ao local para inteirar-se dos fatos. Aguardou e insistiu até saber dos detalhes da fuga e entender a situação do casal. Buscava saber de tudo para de todos falar: “Tal era com as vidas alheias; amava sabê-las, pesquisava-as, decorava-as, e nunca mais lhe saíam da memória”.<sup>111</sup> Não ficou satisfeito até ter certeza dos nomes e confirmar que o *cabriolet* que os buscara na igreja São José era o mesmo usado pelo casal na fuga. Sua curiosidade, cerne desse conto, só é completa pelo contraponto necessário à fofoca. João das Mercês só pôde saber de tudo devido à indiscrição do comendador Brito, que fez mistério, valorizando a “anedota” e conta-a aos pedaços para o ávido sacristão.

A distância social é completamente esquecida, os dois tornam-se irmanados na necessidade de contar, o comendador, e de saber a fofoca, o sacristão. Um fabricante de navios e um pequeno membro da igreja — opostos que se complementam, moldando o cenário social que compunha a cidade à época — estão iguados pelo desejo tão humano e universal de saber e divulgar a vida alheia. O *cabriolet* completa esse quadro, pois exerce a função de identificar socialmente o casal e o sacristão, situando historicamente o ocorrido, além de proporcionar ao leitor um passeio, ainda que mínimo e implícito, pela cidade do Rio de Janeiro que se foi com as reformas do Bota-Abaixo do início do século XX.

O que constatamos com essa leitura de “escavadores do passado” é que o escritor carioca está agindo como um historiador. Seus escritos registram uma cidade que não mais existirá num futuro próximo do leitor de sua época, mas que poucos privilegiados, como o funcionário público que era, sabiam disso com tantos detalhes que só conseguimos escavar nas dobras de sua objetividade, como disse Faoro.

---

<sup>111</sup> ASSIS, p. 717

### 3.1.3 – “Suje-se gordo!” – *O outro lado do centro da cidade*

Conto publicado pela primeira vez na coletânea *Relíquias de Casa Velha*, possui um narrador em primeira pessoa que só tem a função de introduzir um outro narrador de primeira, um seu amigo. Ambos estão no intervalo de uma peça no Teatro São Pedro de Alcântara a peça seria *A Sentença* ou o *Tribunal do Júri*, não lembra bem. O nome das peças levou ao assunto, cabendo ao amigo um quase monólogo, que acaba sendo o conto em si, cuja temática gira em torno de duas seções em que ele serviu como jurado num tribunal.

No primeiro júri, ele ajudou a condenar um rapaz que jurava não ser culpado da acusação de furtar uma pequena quantia em dinheiro, concordando com a maioria, apesar de achar que o rapaz não fora culpado sozinho. No segundo, ele condenou o acusado de roubar uma grande fortuna, mas esse foi absolvido pela maioria dos jurados. Essa é a temática desse conto, a justiça e suas falhas.

A ótica machadiana é deveras mordaz, mas vejamos primeiro seu procedimento narrativo. O narrador apresenta dois casos para que o leitor tome seu partido. Machado de Assis faz uso de uma artimanha narrativa bastante usual e interessante: a oposição complementar. Debateremos e debateremos esse assunto quando da análise dos contos “Pai contra mãe”, “Evolução” e “Pílades e Orestes”. Nesses textos (em que os próprios títulos já nos falam dessa oposição) o autor carioca coloca duas situações diferentes, deixando ao leitor o papel de júri, fazendo com que o leitor forme a sua opinião. Vamos analisar os júris e o papel que a cidade do Rio de Janeiro desempenha nesse conto.

#### Primeiro caso, os condenados e as ruas

No primeiro júri, encontramos um jovem acusado de falsificar alguns papéis, furtando pequena quantia e que “não negou o fato, nem podia fazê-lo, contestou que lhe coubesse a iniciativa ou inspiração do crime”.<sup>112</sup> Ao narrador não pesou condenar o jovem, devido às provas, ainda que compreendesse a angústia do rapaz. Chama-lhe a atenção o discurso empolgado do advogado de defesa, que absolveria qualquer um, menos um réu confesso, e as opiniões de um dos jurados. Fiquemos com o jurado.

Na sala dos jurados, um rapaz ruivo e robusto chamado Lopes, dizia que “— (...) o réu nega, mas o certo é que ele cometeu a falsidade, e que falsidade! Tudo por uma miséria, duzentos mil-réis! Suje-se gordo! Quer sujar-se? Suje-se gordo!”.<sup>113</sup> A frase fica retumbando na mente do narrador, que confessa não ter compreendido completamente naquele momento. Por maioria, decidem pela condenação, corroborada pelo juiz quando esse recebe o veredicto.

O tribunal ficava no “antigo Aljube, fim da Rua dos Ourives, princípio da Ladeira da Conceição”.<sup>114</sup> Para nos situarmos geograficamente, o tribunal ficava no lado oposto do centro da cidade em que se passa a ação do conto “Pai contra Mãe”. Lembremos que a prisão de Arminda se dá na esquina da Rua da Ajuda com o início da Rua do Ourives, distante umas dez quadras do tribunal. A região do Aljube era onde, num passado remoto, até metade do século XIX, enforcavam os condenados pela justiça, quase sempre negros e pobres.

Podemos dizer que, ao usar a Rua dos Ourives em “Suje-se gordo!” e “Pai contra Mãe”, Machado de Assis conecta as duas pontas do centro do Rio de Janeiro. Essa mesma rua perderia importância com o surgimento da Avenida Central, que faria um trajeto parecido com o dela. Não estamos afirmando com isso que o autor colocou esses dois contos nessa coletânea ou os produziu com essa intenção, mas sim ampliando as possibilidades de leitura de sua obra. Mas não só isso. Outro fator interessante é que o conhecimento, o contato ou realização ocorre nas ruas. É no espaço público que surge a compreensão:

“Quando saí do tribunal, vim pensando na frase do Lopes, e pareceu-me entendê-la. ‘Suje-se gordo!’ era como se dissesse que o condenado era mais que ladrão, era um ladrão reles, um ladrão de nada. Achei esta explicação *na esquina da Rua de São Pedro*; vinha ainda pela *dos Ourives* (grifo nosso). Cheguei a desandar um pouco, a ver se descobria o Lopes para lhe apertar a mão; nem sombra do Lopes.”<sup>115</sup>

Ou seja, a compreensão da profundidade da expressão ‘suje-se gordo!’ pelo narrador se processa numa reflexão solitária no espaço público. É na Rua dos

---

<sup>112</sup> ASSIS, v.2, p. 695.

<sup>113</sup> Idem, p.695.

<sup>114</sup> Idem, p.695.

<sup>115</sup> Idem, p.696.

Ourives que surge o conhecimento do dito, quando essa se encontra com a Rua de São Pedro.

É na rua, no espaço público, que acontece o *fiat lux* das personagens machadianas. É nas ruas que elas encontram a solução para uma dúvida ou conhecem algo importante para a temática contística. E, nesse conto em específico, não é uma rua qualquer. A temática do conto é roubo de valores e uma das ruas que mais dinheiro circulava na cidade do Rio de Janeiro no século XIX era a dos Ourives. Desde Dom João VI que ela é famosa pelas casas de joalheiros que ali se reúnem. Chegou a ter mais de oitenta casas do ramo de metais preciosos até os anos 1880.

#### A rua e a igreja: santificados sejam

Retomando o trecho citado anteriormente e retornando ao mapa de Kinney e Leeder, de 1858, observamos que o narrador dessa história meditou sobre o significado da expressão ‘Suje-se gordo!’ andando pela Rua dos Ourives por umas três quadras, até chegar na Rua de São Pedro. Somente nessa esquina ele atinge o conhecimento, ele entende o chiste do ruivo Lopes. Com isso nos perguntamos: por que não descobriu antes, na Rua das Violas ou depois, na Rua do Sabão? Por que essa epifania se deu somente na Rua de São Pedro?

Poderíamos resumir dizendo que foi uma opção do escritor Machado de Assis, sem maiores divagações. Porém, pretendemos ir um pouco além. Vamos realizar um exercício analítico, apresentando algumas hipóteses, sempre levando em consideração que são conjecturas, não estamos afirmando que o escritor pensou nisso ao escrever, mas que seu texto suscita tais leituras. Leituras essas que merecem um parágrafo. Mas, para tanto, retornemos ao teatro.

Os narradores estão no teatro *São Pedro de Alcântara*, o principal teatro do Rio, que sofrera, ao longo do século XIX, três incêndios arrasadores. O governo do Imperador Dom Pedro II, frequentador da casa, sempre ajudou e o teatro era reconstruído. João Caetano, o mais importante ator da época, apresentava suas encenações no teatro São Pedro. A rua onde surge a compreensão da frase de Lopes tem o mesmo nome do teatro onde o conto é narrado. Ou seja, o conhecimento e o relato dessa descoberta possuem um cenário similar, apesar de serem locais diferentes.



Não estamos com isso dizendo que o escritor Machado de Assis planejou conscientemente isso, mas podemos afirmar que essas coincidências possuem valor se ampliarmos o contexto histórico. Vamos fazer esse exercício hipotético, considerando que as coincidências vão além dos nomes da rua e do teatro. A história de São Pedro, o fundador da igreja católica, possui algo que pode ser comparado com a situação dos réus do conto. Vamos à Bíblia.

São Pedro fora cooptado por Jesus quando ainda era um simples pescador do mar da Galiléia e que, após a morte do Messias, passou sua vida pregando as palavras do Senhor. Pedro participou de um júri, como o narrador da história, no papel de testemunha. Quando Jesus é entrevistado pelo conselho judaico apontam Pedro como seu seguidor e ele nega por três vezes conhecer Jesus. Do mesmo modo, o acusado do primeiro júri nega ser o responsável pelo crime de furto, apesar de assumir parte da culpa. Já o segundo acusado, que falaremos depois, nega veementemente que é culpado (não sabemos quantas vezes ele nega, mas sabemos que nega a culpa), apesar das provas contundentes contra ele, sendo assim absolvido, como Pedro o fora. Continuemos em nossas conjecturas.

Pedro é considerado por todos como o grande responsável pela fundação da igreja católica. É condenado pelos romanos a crucificação (segundo a mitologia, ele afirmou que não merecia morrer do mesmo modo que Jesus. Pediu para ser crucificado de cabeça para baixo) por propagar as palavras de outro, Jesus Cristo, muito tempo depois da morte desse. O réu do primeiro júri do conto e Pedro foram condenados por crimes que eles cometeram e assumiram, mas, também, por seguirem idéias de outros. São Pedro foi o apóstolo que erigiu a igreja católica. Machado, estudioso da cultura religiosa cristã, em seus textos, era um crítico sutil da maior estrutura religiosa do mundo. Temos o padre Lopes de “O alienista” e o conto “A igreja do diabo” como grandes exemplos.

A personagem narradora de “Suje-se Gordo!” está refletindo na rua dos Ourives, rua onde estão instalados os fazedores de jóias, que lidam com ouro e outros metais preciosos. O conto remete para o fato do personagem Lopes ter dito no primeiro júri que, ao roubar algo, deve-se roubar bastante. Sabemos que a igreja católica construiu sua estrutura a longo de um milênio e meio de lutas e conquistas

muitas delas não são lembradas com orgulho pelos historiadores e literatos.<sup>116</sup> Não estamos afirmando que a coincidência que existe em relação ao nome da rua e do teatro onde conversam os narradores é uma crítica indireta e premeditada à igreja católica. Mas não podemos ignorar que é uma coincidência relevante. Em Machado de Assis, coincidências raramente são mero acaso do destino.

O que vemos nisso é uma função literária dos nomes dos espaços públicos usados por Machado de Assis nesses contos. A temática está integrada ao trajeto urbano desenvolvido pela personagem. A epifania em relação à expressão do jurado Lopes poderia ter se dado em outras ruas, ou então, o narrador poderia não ter citado rua alguma, o conto não perderia sua força crítica. Mas ele usa esses nomes e não podemos ignorá-los, pois eles ampliam a leitura do texto. Vamos ampliar um pouco mais nossa interpretação e nossa leitura.

A Rua de São Pedro era extremamente pacata em 1865, quando se passa essa história, mas está condenada a perder um bom pedaço no início do século XX. Ela iniciava para os lados do Campo de Santana e terminava perto do mar, cruzando a Rua dos Ourives e Rua Direita. Ela teve seu trajeto cortado pela Avenida Central, que está em fase de conclusão quando da publicação desse conto. E, ao fazê-lo, faz somente uma pequena referência para uma análise histórica e literária. Nessa mesma rua ficava uma das mais belas igrejas do país, a igreja de São Pedro dos Clérigos. Era tão requintada que o próprio imperador Dom Pedro II a freqüentava quando de seus aniversários.<sup>117</sup> Por sorte ou preservação, a igreja não é atingida pela construção da Avenida Central. Ela sobrevive às transformações ao tempo de Machado de Assis.<sup>118</sup>

Uma reestruturação urbanística da região entre Campo de Santana e o mar já era discutida desde a metade do séc. XIX. Em 1854 já há sugestões para:

“(...) (*a cidade*) além de estar situada num nível muito baixo, e mal assestada sobre terreno muito sujeito a inundações, a cidade pecava pelo mal das ruas muito estreitas e tortuosas, pelo que as que se estendiam entre o Campo de Santana e o mar deveriam ser demolidas e reconstruídas apenas as necessárias e com 100 palmos de ponta à ponta e 70 ou 80 entre as calçadas (o que era uma ante-visão da Avenida Vargas tão moderna) e o

<sup>116</sup> SARAMAGO, s/d., p. 380-390. O escritor português descreve uma lista de feitos que levaram à morte milhares e milhares de pessoas, como as Cruzadas e a Santa Inquisição.

<sup>117</sup> Cf. GERSON, 1965, p. 90.

<sup>118</sup> Mas não teve tanta sorte no futuro. Quando da construção da Avenida Presidente Vargas, inaugurada em 1944, a igreja de São Pedro e a própria Rua de São Pedro deixam de existir para dar espaço a avenida de dois mil metros de comprimento e 72 metros de largura.

mesmo teria que acontecer com as transversais, prolongando-se a Rua da Glória (*do outro lado do centro da cidade*) até a Prainha (*próximo do cais*), cortando-se para isso um pedaço do Morro da Conceição (*local onde ficava o Aljube, citado nesse conto*) (...) portanto, no fundo, a mesma solução que para o mesmo problema se buscaria no governo Rodrigues Alves (com Frontin e Passos) com a abertura da Avenida Central (...).<sup>119</sup>  
*(grifos em itálico são nossos)*

Esse trecho foi extraído por Brasil Gerson de uma sugestão feita à Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro em 1854 pelo marechal Soares de Andréia, um geógrafo e urbanista com visão futurista. Muitas de suas sugestões, como ruas com mais de vinte metros na região onde passava a Rua de São Pedro e uma que cortasse o centro, ligando a Glória ao cais, serão confirmadas e construídas no século XX.

A cidade do Rio de Janeiro faz parte da obra machadiana, a cidade é personagem e cenário. Além, é claro, de ser um registro histórico de uma cidade provinciana, de um Rio de Janeiro Colonial, da cidade tão querida, com seus defeitos e suas virtudes, pelo escritor Machado de Assis.

#### O segundo júri: o inocentado que era gordo!

Deixemos a cidade, por agora, e vejamos a ironia do texto. O ex-jurado continuou seu relato ao autor desse conto enquanto aguardam o reinício da peça de teatro. Salientou que queria distância de júris, mas acaba voltando a outro, por pressão de seu filho. Nesse, reencontrou o mesmo ruivo que proferira a emblemática frase que dá título ao conto, agora como réu. Lopes, como empregado do “Banco do Trabalho Honrado” (nome casual ou mais uma ironia? Preferimos a segunda opção) na função de caixa, era acusado de ter desviado grande quantia de dinheiro, em torno de cento e dez contos de réis. Ter reencontrado seu colega de júri, agora na posição oposta, lhe desconcentrou. Lopes negou com firmeza todas as acusações que lhe faziam, “Circulava os olhos sem medo nem ansiedade; não sei até se com uma pontinha de riso nos cantos da boca”.<sup>120</sup>

Interessante é saber que a interpretação dessa atitude causa dúvida na pessoa que a interpreta. Veja a frase no jurado narrador: “Todos esses gestos serviram à acusação e à defesa, (...). O promotor achou neles a revelação clara do

---

<sup>119</sup> GERSON, p. 251.

cinismo, o advogado mostrou que só a inocência e a certeza da absolvição podiam trazer aquela paz de espírito”.<sup>121</sup> Cabe ao leitor colocar o réu na balança: o promotor, que almeja condenar o réu, está convicto do cinismo da personagem Lopes. Pela leitura do advogado, que pretende absolver o acusado, Lopes demonstra “paz de espírito” por saber-se inocente. Qual deles está certo?

O narrador usa de uma frase extraída da Bíblia “Não queirais julgar, para que não sejais julgados”, no final do conto como forma de isentar-se da responsabilidade como jurado. Ele, diante dos fatos que levam a crer que o acusado é culpado do crime de falsificação e desvio de grande soma de dinheiro, condena Lopes. Mas é voto vencido. Nove, dos doze jurados, absolvem-no da acusação, preferindo crer na versão do advogado de defesa. Chegou a duvidar se estava certo em condenar Lopes.

Nos dois júris que participou, o narrador tomou decisões baseadas em provas apresentadas. Numa delas, o acusado assumia a culpa, mas não merecia ser condenado, pelo menos sozinho, mas foi. Na outra, o acusado negava tudo, apesar das evidências comprovando sua culpa. O jurado narrador o condenou, mas ele foi absolvido pela maioria. O narrador não questiona, mas podemos fazer isso por ele: por que a maioria o absolveu? Porque o réu jogou exatamente com a inconstância humana. Entendamos.

Quando mostrou autoconfiança, superioridade, cinismo e ironia diante dos jurados, Lopes apresentou uma empáfia que mexia com a dificuldade que o ser humano tem de julgar o próximo. Não que julgar seja difícil, mas julgar com acerto. O primeiro acusado se lamuriou, mostrou-se “sem ênfase, triste, a palavra surda, os olhos mortos, com tal palidez que lhe metia pena”.<sup>122</sup> Exatamente o contrário do segundo réu, que negou o tempo inteiro ser culpado da acusação. Diante de um acusado que assume de modo deprimente seu crime e outro que nega de modo veemente e altivo o seu delito, os jurados optaram por condenar um e absorver o outro.

Machado de Assis escrevia sobre as atitudes e procedimentos da sociedade. Ele não acusa a justiça de falha, mas mostra, confrontando esses dois

---

<sup>120</sup> ASSIS, op. cit., p.696.

<sup>121</sup> Ibidem, p.697.

<sup>122</sup> Ibidem, p.695.

casos, no seu característico jogo de oposições complementares, como a capacidade do ser humano de julgar outro ser humano é dependente das atitudes do próprio ser humano. Todos temos nosso grau de sujeira e todos estamos sujeitos a ser julgados. “O melhor de tudo é não julgar ninguém para não vir a ser julgado. Suje-se gordo! Suje-se magro! Suje-se como lhe parecer! O mais seguro é não julgar ninguém...”,<sup>123</sup> é a conclusão final do narrador, que aconselha a evitarmos o juízo de valor, prática usual da narrativa machadiana. O escritor não julga explicitamente suas personagens, mas deixa claro ao leitor sua visão crítica da sociedade. Lopes suja-se gordo, enquanto, sendo absolvido, enquanto aquele que se sujou magro está preso. A ironia do autor está presente em todos os seus textos, inclusive nessa anedota contada para passar o tempo de intervalo de uma peça teatral.

---

<sup>123</sup> Ibidem, p.698.

## 2.2 – CAMINHOS E MARCHAS: PARA A CIDADE E O PAÍS

### **2.2.1 – “Evolução” - As viações férreas para o Brasil**

Conto dos mais inteligentes da carreira de Machado de Assis (é nossa opinião), é narrado em primeira pessoa por Inácio que procura criar um clima de mistério nos dizendo que esse será um “conto misterioso e truncado”.<sup>124</sup> Inácio informa somente o primeiro nome de seu antagonista, Benedito, e cita Shakespeare — um dos autores da cabeceira de Machado de Assis,<sup>125</sup> lembrado em diversos contos e romances seus — para referendar o mistério que está tentando provocar.

Enquanto traça a personalidade de Benedito, procura ampliar o clima de suspense não dizendo onde fora comprado um alfinete de gravata, citando apenas o endereço da loja, à Rua do Ouvidor. Para o leitor de 1884, tudo estava dito, afinal todos conheciam a importância dessa rua à época. Vivia seu auge econômico e social, como podemos ver em outros textos machadianos, sejam romances ou contos, como “Capítulo dos chapéus”, que será comentado nesse trabalho. Falaremos mais dessa rua depois. Por agora temos que informar que o alfinete era de diamante legítimo e Inácio define, assim, Benedito como homem de posses, que gostava de certa ostentação.

O narrador relata que se conheceram em uma viagem para a cidade carioca de Vassouras<sup>126</sup>, quando deixam o trem e começam, na diligência que os levaria a cidade, uma conversa sobre o “progresso que nos traziam as estradas de ferro (...) e ficamos de acordo em que as estradas de ferro eram uma condição de progresso do país.” Benedito ficou com os olhos “faiscando” com uma idéia de Inácio. Ele afirma que não será em cinquenta anos que verão o país cortado de estradas de ferro: “Eu comparo o Brasil a uma criança que está engatinhando; só começará a andar quando tiver muitas estradas de ferro”.<sup>127</sup> Benedito repete e elogia a frase.

---

<sup>124</sup> ASSIS, v.2, p.704.

<sup>125</sup> Cf. JOÃO DO RIO afirma em crônica. Nela ele afirma ter conquistado essa informação a muito custo através de diálogos com o escritor nos cafés e na Livraria Garnier.

<sup>126</sup> Cf. GALANTE DE SOUSA, 1955, p. 277, o periódico *Vassourense* recebe três contos de Machado de Assis entre 1887 e 1889. Essa é uma das primeiras cidades do Rio de Janeiro a receber estradas de ferro, em torno de 1860.

<sup>127</sup> Idem Op. Cit., p.704.

O reencontro ocorre dali a algumas semanas no Rio de Janeiro num teatro não especificado pelo narrador, reforçando o clima de mistério. Mas devemos notar que os dois contatos iniciais se dão em locais públicos: primeiro no trem, e na diligência, e depois no teatro. Só daí marcam um encontro num espaço privado, a casa de Benedito. Nela, após um lauto jantar, o anfitrião afirma que confirmou a verdade das palavras de Inácio, afirmando — e o grifo em itálico é do texto, não nosso: “— Sim senhor, é justamente o que o *senhor dizia* na diligência de Vassouras”.<sup>128</sup> A personagem Benedito deixa claro nesse primeiro reencontro, que o pai da idéia é Inácio. O itálico que o narrador coloca na expressão não é por acaso, tem uma função. Na medida em que se reencontram ao longo do texto, veremos que a paternidade da frase será contestada.

Benedito, então, faz uma afirmação sobre algo que é caro a Machado de Assis e o será muito mais com o passar dos anos: o governo brasileiro.

“Infelizmente o governo não correspondia às necessidades da pátria; parecia até interessado em mantê-la atrás das outras nações americanas. Mas era indispensável que nos persuadíssemos de que os princípios são tudo e os homens nada. Não se fazem os povos para os governos, mas os governos para os povos; e *abyssus abyssum invocat*”.<sup>129</sup>

Não iremos aqui discutir o costume nativo de colocar a culpa no governo — costume antigo, pelo visto, e inerente ao brasileiro —, mas o raciocínio de Benedito é bastante coerente. Ele salienta a importância de o governo servir o povo e não o contrário. Essa premissa existe desde a criação da democracia na Grécia antiga, mas todos sabemos o quão placebo é essa argumentação. Influenciado pelo narrador, Benedito resolve se candidatar a deputado, para tentar fazer algo pelo país. Não se elege.

Não se pode afirmar que Benedito não tentou fazer sua parte. Buscou entrar para a política ao invés de ficar só reclamando. Mas nesse elogio explícito à personagem, enxergamos uma artimanha narrativa de Machado de Assis, melhor, do narrador. Ele faz questão de informar ao leitor que tal atitude foi tomada por influência e indução sua, “com o único fim de lhe ser agradável”.

<sup>128</sup> ASSIS, p. 705.

<sup>129</sup> Idem, p.706. A tradução da frase latina seria: *O abismo atrai o abismo* ou *uma desgraça leva a outra*. Citações latinas ou em francês eram usadas para mostrar erudição. Típicos “medalhões”.

### Os opostos e a atitude narrativa irônica

Sem esperar o resultado da eleição, pois não era do seu interesse, Inácio parte para a Europa para realizar alguns negócios. Eis que é surpreendido pelo amigo:

“Um dia, atravessando uma rua de Paris, dei subitamente com Benedito.

— Que é isto? Exclamei.

— Perdi a eleição, disse ele, e vim passear à Europa.

Não me deixou mais; viajamos junto o resto do tempo. Confessou-me que a perda da eleição não lhe tirara a idéia de entrar no parlamento. Ao contrário, incitara-o mais”.<sup>130</sup>

Vamos analisar o procedimento estrutural desse conto e tentar compreender o procedimento narrativo machadiano. Nesse texto, encontramos dois perfis opostos sendo expostos por um narrador que participou da história narrada, colocando seu ponto de vista desde o início. Inácio mostra-se um negociante que sabe o que quer, tem projetos para si e para o país, apesar disso não ser apresentado de modo explícito. Benedito toma atitudes por influência do amigo o tempo todo. A eleição e a viagem para a Europa foram por indução e imitação de Inácio.

Na seqüência do trecho citado acima, Inácio diz que quer ver Benedito ministro. Esse não contém a euforia, dizendo, com falsa modéstia, que, caso fosse, “serei tão somente ministro industrial. Estamos fartos de partidos. Lembra-se o que *nós dizíamos* não diligência de Vassouras? O Brasil está engatinhando, só andaré com estradas de ferro...”.<sup>131</sup> Notemos que o grifo é do próprio texto, marcando a divisão da paternidade da frase de Inácio, que não reclama, explicitamente, dessa atitude de Benedito.

Analisando o procedimento machadiano, notamos que opor duas personagens de caráter e personalidade opostas é bastante usual em seus textos. Citamos “Pílades e Orestes”, que é analisado nesse trabalho, e *Esau e Jacó* para ficarmos somente em dois exemplos. No jogo de oposições de “Evolução”, encontramos um que faz e outro que espelha, um com atitudes e outro sem personalidade, mas ambos pertencentes à classe social dominante, aquela que pode

---

<sup>130</sup> Idem, p.706.



(ou pelo menos deveria) fazer a diferença pelo país. Eles admitem que precisamos mudanças, mas não vêem um futuro muito promissor. Há um cético que, mesmo trabalhando em silêncio, como veremos, acredita que elas não ocorrerão em menos de cinquenta anos, e um sonhador que, mesmo absorvendo o discurso alheio, não consegue fazer nada de prático.

A segunda informação contida nessa frase é a ironia com que Machado apresenta essas personagens. Benedito lembra-se do que Inácio dissera no trem, mas expõe essa idéia como coletiva, como se fosse deles dois: *nós dizíamos*, causando espanto ao autor da frase, que não contraria e concorda com a partilha da gênese da idéia. Esse perfil *esponja* de Benedito já fora descrito com ironia muito mais direta por Machado de Assis no conto “Teoria do medalhão”, que saiu na coletânea *Papéis avulsos*, de 1882. Diz o pai: “proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros”.<sup>132</sup> O pai está explicando ao filho Janjão como se dar bem na vida, ouvindo e absorvendo o que os outros dizem. Benedito é um medalhão, conforme orienta o pai de Janjão, afinal é um abastado cidadão que não tem de si o essencial: idéias próprias.

#### Pai é quem afirma ser pai

Vamos concluir o resumo comentado do conto e depois partiremos para uma análise mais profunda, cruzando informações da vida profissional de Machado de Assis e da história brasileira, relacionadas com esse conto em questão e sua publicação.

Benedito segue viagem, agora acompanhando Inácio, que explica sua ida à Europa. Viera tratar de negócios envolvendo a construção de uma estrada de ferro, mostra-lhe papéis que comprovavam suas viagens e acertos em Londres sobre o assunto. Benedito empolga-se e resolve se informar e pesquisar sobre o assunto, mas com “ardor de empréstimo”, conforme nos diz o narrador. Frase perfeita para definir o perfil “medalhão” de Benedito, que absorvia tudo que o outro lhe apresentava, apropriando-se do interesse deste pelas estradas de ferro.

Voltam ao Brasil, mas Inácio fica em Pernambuco. Quando retorna ao Rio de Janeiro, tempos depois, vai visitar Benedito, agora eleito deputado. Esse

---

<sup>131</sup> Idem, p.707.

<sup>132</sup> Idem, p.294.

prepara seu discurso de posse na Câmara, analisando teorias inglesas de progresso e industrialização. Ao ser questionado sobre seus negócios, Inácio informa que em dois anos espera inaugurar o primeiro trecho da estrada de ferro que irá construir. Benedito empolga-se e diz ser esse tipo de homem que o país precisa: “entregue ao movimento industrial”. O nobre deputado lê um trecho do discurso que merece nota:

“Senhores, é tempo de cuidar, exclusivamente, — notai que digo exclusivamente, — dos melhoramentos materiais do país. Não desconheço o que se me pode replicar; (...) e aqui repetirei o que, há alguns anos, *dizia eu* a um amigo, em viagem pelo interior: o Brasil é uma criança que engatinha; só começará a andar quando estiver cortado por estradas de ferro...”<sup>133</sup>

(grifo do texto)

Nós e o narrador lembramos que essa frase, dita na diligência do início do conto, fora proferida por Inácio, mas teve sua propriedade intelectual modificada. Tal afirmação causa assombro ao narrador, que procura explicar a absorção de sua idéia pelo outro através da teoria evolucionista de Spencer, mas sem perder a oportunidade de fazer uso de sutil e peculiar ironia, aparentando dúvida sobre a paternidade da teoria de Spencer: poderia ser de Benedito. Do mesmo modo que assumiu uma frase, o agora deputado poderia muito bem “absorver” a teoria científica do pesquisador inglês.

#### A qualidade contística de Machado de Assis

Deve-se notar o domínio machadiano da técnica do conto, pois na medida em que o conto progride, *evoluem* os procedimentos de Benedito. No primeiro reencontro, Benedito afirma a Inácio que “o *senhor dizia*” a tal frase. Quando se encontram na Europa, o futuro deputado partilha a frase: “o que *nós dizíamos*”. E quando se prepara para assumir o papel de deputado, que buscara por influência de Inácio, a frase tornara-se sua: “*dizia eu*”.

Machado de Assis, como de costume, não nos conta uma única história. Cada releitura proporciona surpresas e descobertas para aqueles que apreciam a grande literatura. O título do conto pode tratar da evolução do país, como é o teor das conversas das personagens, afinal o Brasil tinha necessidade de muitas estradas de ferro. Mas sua temática preferida é o homem e sua capacidade de trilhar o caminho

mais fácil em sua batalha pela sobrevivência em sociedade. Ironizar a capacidade “evolutiva” de Benedito, sua competência em absorver e tomar para si idéias alheias é uma forma machadiana de alfinetar a hipocrisia social.

O procedimento estrutural que ele apresenta no conto só comprova seu domínio da técnica narrativa da história curta. Benedito não é apresentado com maldade ou de modo interesseiro pelo narrador, que poderia sentir-se lesado e até ser agressivo. Inácio deixa claro que transcorreram um bom par de anos entre a conversa na diligência e a leitura do discurso. Nesse processo evolutivo de Benedito (*tu – nós – eu*), encontramos em seu “ardor de empréstimo” um pouco da teoria evolucionista do cientista inglês do século XIX. O pensador diz, em certo momento, que “a sociedade e os organismos crescem durante sua existência e, ao crescer, aumentam em complexidade e estrutura”.<sup>134</sup>

Não adentrando em áreas não afins ao nosso propósito, fiquemos somente com essa frase de Spencer, que nos auxilia para definir Benedito. Começa o conto como um rico, mas inútil senhor. Durante a progressão do conto, ele próprio evolui em conhecimentos. Faz um passeio e pesquisa na Europa e torna-se deputado. Ocorre uma evolução social com a pessoa dele, conforme diz Spencer. Ele aumentou sua complexidade e estrutura, tornando-se parte do sistema (no governo) que ele anteriormente criticava.

Formulando uma teoria, melhor, uma hipótese, para evitar comparações com os cientistas citados, podemos enxergar uma *evolução* no procedimento narrativo machadiano. Quando diz que a teoria seria de Spencer (filósofo contemporâneo e concorrente de Darwin) ou de Benedito, encontramos uma bela pitada de sua mais fina ironia. No conto “Teoria do medalhão”, já citado, o autor é mais direto, sendo mais satírico que irônico. Arriscamos afirmar aqui que a forma do diálogo, usada no conto de 1882, tornou as afirmações mais diretas, enquanto em “Evolução”, de 1884, o autor procurou acertar o tom, usando a primeira pessoa narrativa, que faz com que a ironia seja mais sutil.

A afirmação direta feita pelo pai de Janjão é desenvolvida com mais sutileza em “Evolução”, comprovando uma *evolução* no domínio machadiano na construção do conto. Somente para referendar essa análise, em 1884, ano de

---

<sup>133</sup> Idem, p.708.

<sup>134</sup> Cf. site [www. Sociologicus.com](http://www.Sociologicus.com)

publicação desse conto na *Gazeta de Notícias*, foi o segundo mais profícuo da contística machadiana, tendo 20 contos publicados na imprensa carioca, perdendo somente para o ano anterior, que tivera um total de 22 contos. Em 1881, ano que “Teoria do medalhão” saiu na mesma revista, o autor publicara somente quatro contos.<sup>135</sup>

#### Espaços públicos e privados

Como mostramos no início da análise desse conto, Machado de Assis divide o espaço do cenário onde ocorrem os contatos entre as personagens ora no espaço público, ora no privado. O primeiro contato se dá numa diligência, para, em seguida, se reencontrarem num teatro não especificado pelo autor, mas locais públicos condizentes com a classe social deles. É somente depois do segundo encontro público que combinam um almoço na casa de Benedito. Protegidos pelo conforto do lar, aprofundam os assuntos da diligência, debatem seus interesses enquanto Benedito entre a ostentação financeira de Benedito. É no espaço privado que a admiração pelo homem de negócios Inácio começa a tornar-se uma adaptação, que Benedito começa a assumir as idéias de Inácio. É na *passagem* do espaço público para o privado, que Benedito resolve candidatar-se a deputado.

O reencontro de ambos se dá “atravessando uma rua de Paris”, rua essa não especificada. Façamos um questionamento: Por que essa rua de Paris não é citada? Poderia ele ter dito o nome de várias, afinal Machado de Assis era fluente em língua francesa, certamente conhecia o nome de alguma das grandes avenidas parisienses. Como resposta podemos cogitar que, do mesmo modo que não cita nenhuma rua específica sobre a cidade de Vassouras, que aparece nesse mesmo conto, Machado não comenta detalhes de outra cidade além da sua Rio de Janeiro, que, por sinal, pouco aparece nesse conto.

Falando de sua obra como um todo, parece que nosso escritor procura retratar detalhes somente da capital brasileira. Assim foi quando Brás Cubas fora enviado por seu pai à mesma Europa e quando Bento Santiago exilara Capitu na Suíça. O que constatamos é que quando cita outra cidade ou país Machado de Assis

---

<sup>135</sup> GALANTE DE SOUSA, Op. Cit., p. 531 e 552.

prefere ficar somente na citação superficial, não mostrando ou apresentando detalhes urbanos ou geográficos de outras cidades<sup>136</sup>.

E as poucas cidades que aparecem em sua obra, além do Rio de Janeiro, acabam sendo sempre as mesmas. Para citarmos uma em especial, lembremos que é na estação de Vassouras que embarcam no trem Cristiano Palha e sua jovem e bela esposa Sofia que, após um diálogo inicial, travam a amizade central do romance “Quincas Borba”.<sup>137</sup> E, através da repetição de espaços públicos, podemos encontrar uma analogia e certa repetição nas atitudes das personagens: foi no trajeto durante a viagem até o Rio de Janeiro, dentro de um espaço público, que o riquíssimo Rubião começou a ter sua fortuna — ou suas “batatas”, como diria o filósofo falecido — passada adiante. Por conseguinte, é discutindo a importância dos trens dentro de uma diligência, que Inácio terá sua idéia levada de si. O espaço público aproxima as personagens, mas é no espaço privado que acontecem os entendimentos. Lei da vida, lei dos homens. A obra machadiana reflete a sociedade com maestria.

E aqui surge outra questão que preferimos discutir a seguir: os porquês desse conto não ter tido a sorte dos outros publicados em jornais naqueles anos de ouro da contística machadiana.

#### Por que Machado não publicou esse conto antes do século XX?

Não estamos aqui a fazer uma tentativa de adivinhar o que se passava na mente do escritor quando redigiu, publicou e republicou esse conto. Nossa intenção é jogar um pouco mais de luz sobre a já brilhante obra machadiana, sem julgar ou inventar nada, mas associando alguns dados interessantes referentes a datas e motivações profissionais que envolveram a redação e publicação de sua obra, centrando nossa leitura nesse conto em específico.

#### Gênese contística

No período em que publica esse conto na *Gazeta de Notícias*, suas funções na 2ª seção do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas não tinham muito a ver com a situação das viações férreas do Brasil. Seus biógrafos

---

<sup>136</sup> Isso se dá por estilo e preferência, como comentamos ao longo desse trabalho, muito por Machado de Assis abordar sua aldeia, como dizia Tolstoi, querendo ser universal. Poderia ser também sua forma de ser nacionalista. Conjecturas que não iremos aprofundar.

pouco falam de suas atividades burocráticas nesse ano específico, mas certamente o burocrata Joaquim Maria concordava com a frase que “evolui” de dono nesse conto: “o Brasil é uma criança...”. Machado de Assis certamente acompanhou as transformações por que passou o país desde a pseudo-revolução industrial promovida pelo empreendedor Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), que entrara para a história como o Barão do Mauá. Leu os jornais da época, deliciando-se com o cotidiano feito de tinta e papel, procurando matéria-prima para sua ficção e crônica<sup>138</sup>. Além, é claro, de trabalhar no ministério mais importante do império.

Voltemos às estradas de ferro e ao gaúcho Irineu Evangelista. Ele fora responsável pela primeira viação férrea do país, a D. Pedro II, como avalista do negócio, em 1854<sup>139</sup>. Até a década de 1870, participa da construção das quatro principais viações do país. Torna-se um dos homens mais ricos das Américas, tendo negócios no mundo todo, de bancos, passando por fábricas e construtoras de barcos. Mas acaba sendo lesado em seu maior empreendimento, a construção da viação férrea *São Paulo Railway*, construída em 1867. Mesmo entrando na justiça, perde uma considerável soma de valores nessa empresa.<sup>140</sup>

O empresário que entrou para a história brasileira como Barão do Mauá era um homem de negócios, mas com interesses voltados para o país. Devido a ingerências administrativas dos negócios governamentais — muito pelo desinteresse do Imperador Dom Pedro II no desenvolvimento industrial do Brasil, pois esse priorizava a monocultura do café, negócio, aliás, que o Barão nunca investiu — Mauá foi obrigado a pedir moratória em 1875. Consegue, a custo de abrir mão de tudo que construiu, limpar seu nome, liquidando sua fortuna, no ano de 1883.

Essa pequena alusão à grandeza do Barão do Mauá tem uma função nessa análise que estamos a fazer das motivações machadianas em relação a esse conto. Mauá teve tudo retirado de si, seu dinheiro, suas fábricas, seus bancos, inclusive suas idéias. O empreendedor Inácio, do conto machadiano, teve suas palavras roubadas. Também propôs negócios aos europeus, do mesmo modo como Mauá era sócio de ingleses em obras e projetos que possuía no Brasil, como a *São*

---

<sup>137</sup> ASSIS, 1988, p. 46.

<sup>138</sup> PEREIRA, 1949, p. 138.

<sup>139</sup> Na inauguração da Estrada de Ferro Petrópolis, o Imperador D. Pedro II batizou a locomotiva comprada na Inglaterra por Mauá de “Baronesa”, em referência à esposa do empresário. Desativada desde 1884, ano em esse conto é publicado, hoje ela ilustra o museu do Trem no Rio de Janeiro.

*Paulo Railway* citada anteriormente, do qual que perdeu os direitos para uma empresa inglesa, em 1877.

Mas existem mais relações entre a ficção e a realidade que podem ter motivado Machado de Assis a usar Inácio como referência ao Barão do Mauá. A perda de seus projetos e venda de seus negócios contrasta com a prosperidade do país após a vitória brasileira na Guerra do Paraguai. De 1877 até 1883, o empresário passa a pagar suas dívidas, enquanto o país já contava com 6.116 Km de estradas de ferro instaladas e mais 1650 Km em construção, conforme estatística do ministério que Machado de Assis trabalhava, dados esses publicados no ano de 1884,<sup>141</sup> mesmo ano em que sai na imprensa o conto “Evolução”.

Outro fato importante envolvendo nosso escritor e as viagens férreas se dá nesse mesmo ano; é inaugurada a Estrada de Ferro do Corcovado, também “abençoada” pelo Imperador Dom Pedro II. Para acessar a estação do Corcovado e tomar o trem, fazia-se necessário seguir a Rua das Laranjeiras e ingressar na Rua do Cosme Velho, “no bairro das Laranjeiras, então um dos mais elegantes, senão o mais elegante do Rio”.<sup>142</sup> Costurando esse conjunto de idéias temos que, em 1884, Machado e Carolina mudam-se para uma casa alugada junto ao irmão de Carolina nessa mesma rua, em que passam a morar até a morte de ambos, no século XX.<sup>143</sup> Machado de Assis certamente acompanhou os primeiros giros das calhas de roda dessa elegante estrada de ferro, que permanece entretendo a razão século XXI adentro.

Encontramos relevância nessa costura de idéias, pois há o envolvimento de uma gama variada de fatores de influência que não podem ser ignorados na análise da gênese desse conto. Esses fatores envolvem o contexto pessoal, funcional e histórico de Machado de Assis, um homem que sabia ficar isento de seu tempo, ao mesmo tempo em que o aborda pelas bordas, falando de seu país em sua obra ficcional com uma sutileza que pouquíssimos escritores souberam fazer.

Vejamos um resumo disso que foi afirmado acima. O Barão do Mauá, o maior empreendedor de estradas de ferro do país, um progressista convicto, recupera

---

<sup>140</sup> FAUSTO, p. 198, Bueno, p. 132 e 133 e site [www.dnit.gov.br/ferrovias/historicos](http://www.dnit.gov.br/ferrovias/historicos)

<sup>141</sup> Cf. [www.dnit.gov.br](http://www.dnit.gov.br) op.cit.

<sup>142</sup> MAGALHÃES Jr., 1981, III, p. 59.

sua palavra e sua moral quitando suas grandes dívidas em 1883. O Ministério em que Machado trabalha faz um grande balancete exultando a grande quantidade de estradas de ferro do país em 1884, mesmo ano em que ele se muda para a rua do Cosme Velho, endereço da elegante estrada de ferro que passa, em 1884, a levar pessoas ao morro do Corcovado, a mais bela vista da cidade. Essas informações se cruzam e nos permitem compreender um pouco mais do que cercava o raciocínio de Machado de Assis no ano de publicação desse conto e possíveis motivações para a sua gênese.

#### Por que não publicar em livro em 1884, 1896 e 1899?

Machado publica a coletânea *Histórias sem data* em agosto de 1884, tendo os contos ali impressos extraídos de diversos periódicos, a maior parte deles originalmente publicados na *Gazeta de Notícias*.<sup>144</sup> O último conto usado nesse volume é “As Academias de Sião”, que fora publicado primeiramente nesse jornal em 6 de junho de 1884. Ficamos então a nos indagar: por que o conto “Evolução”, publicado no mesmo jornal em 24 de junho de 1884 não fora publicado nessa coletânea? Terá Machado o considerado abaixo do nível dos outros textos? Terá faltado espaço e resolveu ele, ou seus editores, retirar esse conto por ser o último da lista, em ordem cronológica? São algumas questões, vamos às hipóteses.

Para ser viável a publicação dessa coletânea, os textos devem ter ido ao prelo com, para dizer o mínimo, 45 dias de antecedência. Galante de Sousa nos confirma que em 31 de agosto a *Revista Ilustrada* já contém uma apreciação e indicação literária sobre esse livro. Também R. Magalhães Jr. cita uma carta de Machado, datada de 22 de agosto de 1884, agradecendo felicitações que recebera do conselheiro Franklin Dória pelo volume de contos. Certamente o público deve ter recebido esse livro no início de agosto ou final de julho. Não haveria tempo hábil para “Evolução” sair no jornal e entrar na lista desta coletânea, pois certamente o livro chegou ao público em meados de agosto de 1884.

Portanto — sempre lembrando que estamos fazendo um exercício hipotético, relevante para compreender a construção histórica da obra machadiana e

---

<sup>143</sup> Idem, *ibidem*. Apesar de Pereira, p.138, afirmar que para lá se mudaram em 1883. Ficamos com a leitura de Magalhães Jr. Por ser mais recente e ampla. O casal Machado deve ter testemunhado essa inauguração.



de sua vida profissional, que tenta ser o mais plausível possível —, o último conto enviado para a gráfica não pode ter ultrapassado o prazo máximo de 15 de Junho, para ocorrer a impressão na Lombaerts e C. e a distribuição pela B. L. Garnier Livreiro e Editor.<sup>145</sup> Mesmo sendo as duas melhores casas da época, não teria como “Evolução” ser incluído nessa coletânea.

Respondida uma questão, vamos a outra: por que esse conto não saiu em volume nas coletâneas *Várias Histórias*, de 1896, ou *Páginas Recolhidas*, de 1899? O autor não o considerou a altura de “A cartomante”, que saiu no primeiro, ou de “Missa do Galo”, publicado no último? Ou será que esqueceu um conto do início da década de 1880? Formulemos novas hipóteses.

Quanto à coletânea de 1896 não podemos considerar esquecimento, pois “A cartomante” e outros contos como “O enfermeiro”<sup>146</sup> e “Conto de escola” saíram em 1884 no mesmo periódico do conto “Evolução”. Certamente Machado de Assis passara seus olhos por ele. Levantar a hipótese de que esse conto não foi considerado qualificado o suficiente é algo a se pensar. Mas, essa hipótese é enfraquecida pelas palavras do próprio autor, que afirma na *Advertência* dessa coletânea que “As várias histórias que formam este volume foram escolhidas entre outras, e podiam ser acrescentadas, se não conviesse limitar o livro às suas trezentas páginas”.<sup>147</sup> O descarte de contos se dava muitas vezes por qualidade, outras tantas por falta de espaço físico que os editores de suas obras lhe impunham.

No total de sua obra contística, Machado de Assis descartou mais de cem histórias, deixando-as em jornal, nunca as publicando em livro. Algumas delas muito qualificadas, como este em discussão, e “Vinte anos! Vinte anos!”, para ficarmos num exemplo do mesmo ano. Não estamos discutindo a qualidade de sua seleção, mas acreditamos que o contexto profissional tenha alguma influência em sua obra e na publicação desse conto em específico. Para entender, voltemos ao ministério.

Conforme analisamos no capítulo “O funcionário público Joaquim Maria” na primeira parte desse trabalho, desde 1892 o escritor respondia como Diretor-Geral da diretoria de Viação da Secretaria dos Negócios das Indústrias,

<sup>144</sup> GALANTE DE SOUSA, 1955, p. 82. As datas a seguir são extraídas dessa obra.

<sup>145</sup> Idem. Não conseguimos confirmar, mas provavelmente o livro, como era costume e ocorreu com várias obras machadianas, fora impresso na Europa.

<sup>146</sup> Ibidem, p. 553. Quando publicado em 13 de Julho de 1884, “O enfermeiro” fora chamado de “Cousas Íntimas”.

Viação e Obras Públicas, cargo que manteve até 1897 quando fora posto adido contra a sua vontade. A integridade de caráter de Machado fizera com que chegasse a tão alto cargo, como realçaram diversas vezes seus biógrafos Lúcia Miguel Pereira e Raul Magalhães Jr. O último citara o caso envolvendo J. Brígido, reproduzido no capítulo citado do funcionário público, para entendermos o quanto ele prezava sua idoneidade.

Partindo desse fato, podemos formular a seguinte conjectura: responsável direto pelos negócios do governo envolvendo a construção, manutenção e concessão de viações férreas no Brasil, investido de um cargo de confiança, mesmo sendo um funcionário de carreira, nesta pasta desde 1873, o escritor pode ter preferido não falar de algo tão próximo das importantes funções que desempenhava num ministério tão capital para o desenvolvimento do país. Era o responsável por fazer o país andar, ao invés de engatinhar, como dissera Inácio no início desse conto que discutimos. O narrador afirma que precisamos de viações férreas no país e o burocrata responsável pela concessão e instalação delas era o escritor responsável pela frase. Ele poderia, quem sabe, querer evitar um assunto tão melindroso a suas atribuições. Essa conjectura é plausível, mas não estamos afirmando e sim supondo como possível fator que levou o escritor a relegar esse conto na coletânea de 1896.

Mas por que então Machado de Assis não publicou o conto em 1899, em *Páginas Recolhidas*? Torna-se um pouco mais difícil afirmar — todas as afirmações desse trabalho requerem bastante coragem, podemos garantir — suas motivações, mas vamos tentar nos aproximar delas. Em carta a seu amigo Magalhães de Azeredo datada de 1898, Machado afirmou que se anunciava como propaganda numa reedição de *Iaiá Garcia* desse mesmo ano que ele possuía outro livro no prelo, “uma coleção de escritos soltos já dados em várias partes”. Interessante é que Machado afirma que ainda não enviara nada e assim se via obrigado a “coligi-los mais depressa do que contava”.<sup>147</sup> Provavelmente fizera essa seleção um tanto rápido para o seu gosto, sem a presteza que lhe era característica e, por pressa, não tenha lembrado ou visto o conto “Evolução”. Mas é uma hipótese e, como todas, frágeis. Esqueceu de “Evolução”, mas lembrou de incluir nessa coletânea o conto “Papéis

---

<sup>147</sup> ASSIS, V.2, p. 476.

<sup>148</sup> MAGALHÃES, 1981, p. 89.

velhos”, publicado em 1883 na mesma *Gazeta de Notícias* em que saíra “Evolução” no ano seguinte? Pode ser, mas vamos tentar formular melhor essa idéia.

O motivo pode ter sido, como ele próprio afirma, a pressa de corresponder ao pedido de seu editor e também o excesso de trabalho, afinal suas atividades burocráticas mudaram muito após o final do ano de 1898:

“Há de saber que desde 17 de novembro estou de secretário do Ministro da Viação (*Severino Vieira*). O que não sabe talvez é que o meu trabalho agora é imenso, e dizendo-lhe em que saio da Secretaria ao anoitecer e não obstante, trabalho em casa, logo cedo e aos domingos também, poderá imaginar a vida que levo”.<sup>149</sup>

Suas palavras, novamente dirigidas a Magalhães de Azeredo, comentam a falta de correspondência e a troca de seu tempo dedicado para escrever — a manhã, antes de ir ao trabalho, e a noite, antes de dormir — pelo trabalho burocrático. Além disso, Machado de Assis se queixa da idade, mas com certa malícia, pois em 1897 ele encerra sua crônica chamada *A semana*, publicada aos domingos na *Gazeta de Notícias*,<sup>150</sup> mas envolve-se, além do serviço burocrático exigente, com a organização da Academia Brasileira de Letras, que já vinha sendo estruturada desde dezembro de 1896, mas que seria oficialmente fundada em 20 de julho de 1897, com Machado de Assis como o primeiro presidente.

Mas, como dissemos no capítulo sobre suas atribuições burocráticas, é posto em disponibilidade no início de 1898, tendo bastante tempo livre. Portanto, o comentário referente ao excesso de trabalho feito na carta para Magalhães de Azeredo não é bem uma queixa, mas um alívio da parte desse exemplar funcionário, que não queria ser visto como um “encostado” do governo, pois mesmo adido freqüentava os corredores do ministério.

O autor, quando selecionou os contos para *Páginas Recolhidas*, devia dividir seu tempo entre a ABL, mais ameno e agradável, e o serviço de secretariar diretamente o Ministro. Em suas funções, Machado de Assis se envolvia com todos os afazeres do Ministério, que não eram poucos. Certamente passava pelo secretário do Ministro avaliar documentos, entre eles os envolvendo as viagens férreas.

---

<sup>149</sup> Idem.

<sup>150</sup> GALANTE DE SOUSA, 1955, p. 673.

Portanto seu tempo livre não foi usado para produzir muita coisa ficcional — além de concluir *Dom casmurro*, seu primeiro romance não lançado em folhetim.

Formulando nossa hipótese, provavelmente quando montou essa coletânea, o conto “Evolução” não deve ter sido preterido por esquecimento. Sua temática era próxima dos negócios importantes do Ministério. Ele, como secretário do ministro, poderia ter procurado evitar melindres. Como dissemos, são hipóteses. Fiquemos com ela.

### Um pouco mais de história

Continuemos nossas cogitações. Por que Machado de Assis fora resgatar um conto tão antigo para a publicação de *Relíquias de Casa Velha*? Nela encontramos uma coletânea de textos bastante heterogêneos. Vamos retomar suas funções burocráticas, para ampliarmos nosso contexto.

Em 1902, ele é convidado pelo Ministro Lauro Muller para assumir a Diretoria-Geral de Contabilidade do Ministério, um dos cargos mais importantes, mesmo não sendo ele um técnico. Muito mais importante para alguém que estava afastado a contragosto. Suas responsabilidades eram do tamanho do ministério e, honrado com tal convite, entrega-se ao trabalho com o vigor costumeiro, apesar da idade, só se deixando abater pela doença e morte da esposa, em 1904, e por sua doença, que o afastou poucas vezes das funções.

Em 1903, o governo brasileiro compromete-se a construir uma estrada de ferro que supere as corredeiras do Rio Madeira-Mamoré, como forma de pagamento do acordo feito pelo diplomata Barão do Rio Branco com o governo da Bolívia, que cederia o território que corresponde ao Estado do Acre.<sup>151</sup> Em 1905, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas publicou o edital de concorrência para a construção de ferrovia, que, após muita polêmica, foi vencida por Joaquim Catramby, que a vendeu a Percival Farquhar, empresário de Pensilvânia (EUA), já experiente em negócios em seu próprio país e na América Central.

Porém as obras só foram iniciar em junho de 1907, por uma empresa encarregada por Farquhar. As dificuldades foram enormes, como já fora em

---

<sup>151</sup> BUENO, p. 182 e 183. Tudo isso corresponde ao tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, em que o Brasil, além da construção dessa estrada de ferro, pagaria 2 milhões de libras esterlinas pelo território do Acre, reconhecidamente boliviano.

tentativas anteriores. No entanto, o empreendimento sofreu com os mesmos problemas de antes, causando atraso imenso. Em 1912, conseguiram inaugurar 364 km de estradas de ferro no meio da floresta Amazônica.<sup>152</sup>

O escritor e burocrata Machado de Assis não testemunhou o final dessa empreitada, como não veria a queda total do Morro do Castelo, afinal faleceu ainda em 1908. Mas como responsável pela contabilidade do ministério que liberava dinheiro ou concedia benefícios para a construção dessa — e de todas as outras viações férreas do país — certamente passou por suas vistas já tão cansadas as dimensões dessa empreitada. Ele sabia da necessidade de muitas estradas de ferro para o país deixar de engatinhar, mas tinha consciência de que isso não podia ser feito de qualquer jeito ou por alguém que não tivesse interesses pátrios, preocupado somente em dinheiro, como Farquhar, ou em promoção pessoal sem domínio real do assunto, como Benedito.

Supomos que o resgate do conto “Evolução” foi feito pela premência da temática que lhe servia de mote: um país como o Brasil tem urgência de possuir muitas estradas de ferro. Além disso, esse conto mostra que, para que elas se concretizassem, muitas idéias acabam tendo que *evoluir* para negociatas, como as produzidas por Benedito, no conto, e *Mister* Farquhar, na construção da Madeira-Mamoré *Railway*.

A temática central desse conto é o aproveitamento das idéias de Inácio por Benedito, sem dar o devido crédito. Machado de Assis analisa a fraqueza e os interesses humanos na figura das personagens Inácio e Benedito. Mas faz mais do que isso, enxerga o quão necessário é ao país evoluir em matéria de negócios, mesmo que essa análise velada da realidade brasileira tenha de ser garimpada em seu texto, na história do país e na vida do funcionário público Machado de Assis.

[M1] Comentário:

[22] Comentário:

<sup>152</sup> Cf. Consulta ao site [www.portovelhoagora.com.br/fotos\\_antigas.asp](http://www.portovelhoagora.com.br/fotos_antigas.asp). Estrada que seria abandonada alguns anos depois e devolvida ao governo, pois a borracha perde mercado internacional e nem o Brasil nem a Bolívia mostram interesse na estrada, arcando o governo com os prejuízos.

### 2.2.2 – “Marcha fúnebre” – A escolha da morte

Conto narrado em terceira pessoa, inédito em periódicos, apresenta uma noite de insônia do deputado Cordovil e o que a motivou: a morte e conjecturas sobre a melhor hora e local para morrer. Quando estava numa festa no *Cassino Fluminense*, o deputado recebe a notícia da morte de um seu inimigo. O narrador salienta que “não foi alegria, foi desabafo”<sup>153</sup> o sentimento que acometeu Cordovil quando soube do fato, pois fora uma morte demorada e difícil. O deputado era um homem que “perdoava deveras”, um homem bom. Em caminho para casa, vê a polícia recolher um homem que tivera uma morte súbita, “Indo a atravessar a rua para o lado do Mangue”. Por duas vezes, encontra a morte numa mesma noite, e ela o acompanha até sua residência, espantando-lhe o sono.

Essa é a temática básica do conto, um homem abastado e solitário que fica uma madrugada inteira a remoer a maneira como ele encontrará a morte. Diz preferir uma morte súbita e não a daquele seu inimigo e fica a imaginar onde e quando essa poderia vir a encontrá-lo: na cama, na câmara, na rua etc. Após divagar ao longo da noite sob as possibilidades e vontades, acaba não morrendo, mas dormindo. A morte só vem lhe encontrar muito depois, uma morte vagarosa, “a morte de um vinho filtrado”.<sup>154</sup>

Na análise desse conto, preferimos apresentar um resumo completo no início para analisá-lo depois, visando deixar clara a temática: um debate sobre a morte, oscilando entre a angústia e a ironia. E também porque a morte deveria, imaginamos nós, ser uma das preocupações do escritor Machado de Assis que, quando publica esse conto direto na coletânea, está nos alto dos seus 66 anos, viúvo, sofrendo de males intestinais e o agravamento da epilepsia. Mas não falemos de morte, por hora, falemos de ruas, que são a temática principal dessa análise.

#### As ruas e a reconstrução de um Rio que passou em sua vida

A reconstrução da geografia urbana da cidade do Rio de Janeiro, nesse conto, é bastante pitoresca e sutil. Em contos como “Pai contra mãe” e “Maria Cora”, temos trajetos bem definidos, ruas citadas diretamente, podendo, com o uso de um

---

<sup>153</sup> ASSIS, v.2, p.680.

<sup>154</sup> idem, p.685.

mapa antigo, confirmarmos sua existência e localização. Aqui não. Nessa história, Machado de Assis nos apresenta outro viés da cidade, mas de difícil constatação. Parece que ele quis sugerir um trajeto urbano, deixando-o subentendido, compreensível sob a leitura atenta de um conhecedor do Rio de Janeiro do século XIX. Vamos tentar compreender isso.

A personagem está no Cassino Fluminense, local chique e elegante, freqüentado pelo Imperador Dom Pedro II, conforme cita o próprio narrador. Estamos na década de 1860, não é especificado o ano. Sai do baile em direção a sua residência que, saberemos mais adiante, fica na Rua de São Cristóvão. São essas as únicas referências diretas que encontramos sobre a capital fluminense nesse conto. Analisando um pouco mais a fundo, pudemos constatar que há alguns endereços velados, bem ao estilo machadiano de não contar tudo, obrigando o leitor a fazer como o escritor diz em uma crônica do final da carreira: “eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto”.<sup>155</sup> Não que tenhamos pretensões de nos igualar ao mestre, mas usaremos sua frase como guia para estudá-lo.

O Cassino Fluminense ficava à Rua do Passeio. O prédio e a rua existem até os dias de hoje, sobreviveram às constantes reestruturações urbanas por que passou a cidade mais famosa do país. Ocorre que essa rua, não citada pelo narrador, era muito tradicional na época, bastante procurada por aqueles que buscavam apreciar os arvoredos e namorar nos bancos do Passeio Público, que ficava à beira-mar. Com os sucessivos aterros realizados após a derrubada dos morros do Castelo e de Santo Antônio, na primeira metade do século XX, o Passeio Público muito se distanciou do mar.<sup>156</sup> Sabemos que o Cassino Fluminense não mais funcionava em 1906, data da publicação desse conto, pois, em 1907, nesse prédio é instalado o primeiro automóvel clube do Brasil. Essa lembrança do Cassino Fluminense serviu-nos, como fizera ao autor do conto, para resgatar uma pequena lembrança do glamour da época em que deputados e o próprio Imperador freqüentavam essa região da cidade.

---

<sup>155</sup> ASSIS, v.3, p.772.

<sup>156</sup> Há outra referência ao Passeio Público na coletânea *Relíquias de Casa Velha*, mas como não vamos debater outra coisa além dos contos dessa obra, iremos somente citar como referência. O discurso lido no Passeio Público na inauguração de um busto em homenagem a Gonçalves Dias fora publicado em jornal em 3 de junho de 1901 e recolhido a essa coletânea.

Mas voltemos ao carro do deputado Cordovil, que nesse instante cochila, “apesar do mal calçado das ruas”.<sup>157</sup> O narrador não nos diz qual rua é essa mal calçada, diferente do detalhamento que havia em “Pai contra mãe”. Nos diz, porém, que ouviu rumores de vozes, quando perto de casa, e o carro teve que parar. Primeiro falemos da rua do morto, depois voltaremos às ruas mal calçadas.

### Os mortos e as ruas

Estava um morto estirado no chão, e já era o segundo da noite, conforme já dissemos. Depois da notícia da morte de seu inimigo, agora um morto ao vivo. Fica sabendo, conforme uma testemunha, que esse moço “Indo a atravessar a rua para o lado do Mangue, vi que estacou o passo, a modo que torceu o corpo, não sei bem, e caiu sem sentidos”.<sup>158</sup> O deputado pede para seguir adiante, chegando à Rua de São Cristóvão, onde morava.

Vamos às constatações: não é citada a rua em que o morto se encontra, diferente de outros contos. Somente para citarmos, “A cartomante”, que também envolve um carro parado numa rua, há a referência à Rua da Guarda Velha no início e no final do conto. Aqui não encontramos nenhuma referência direta. A única alusão que encontramos é quando o narrador adentra nos pensamentos de Cordovil, aqueles mesmos que o levaram à insônia mais adiante. O deputado passa a debater consigo mesmo o assunto que tivera com o “colega” no Cassino: qual seria a morte mais desejável.

Considerando interessante o modo súbito que morreu o homem na rua, temos uma alusão ao local de sua morte: “se lhe tem acontecido no Cassino a morte do *Aterrado?*”.<sup>159</sup> O itálico fica por nossa conta, para grifar o pitoresco do nome. Cordovil segue por conjecturas sobre sua vida, o que fez em seus quarenta anos de vida, sua herança, sua deputância e até o ministério que assumiu, considerando-se um homem que não era ambicioso. E envereda o restante da madrugada em pensar como e onde seria sua morte, sem conseguir pregar o olho até o sol nascer. Mas voltemos ao *Aterrado*.

---

<sup>157</sup> ASSIS, idem, p.681.

<sup>158</sup> idem, p.682.

<sup>159</sup> Idem, p.682.



Em textos antigos, deparamo-nos com palavras desconhecidas de nosso cotidiano, que, em muitos casos, acabamos não considerando muito, deixando-as de lado. Ou então tentamos construir um significado para ela. Como o rapaz que morreu deveria ser enterrado, logo *Aterrado* talvez tivesse algo a ver com o assunto. Foi a primeira impressão que essa palavra nos transmitiu. Porém, ao analisarmos mais atentamente esse texto e vermos nova alusão durante as divagações de Cordovil sobre sua possível morte na Câmara de Deputados: “Muitos deputados correriam a erguê-lo; um, que era médico, verificaria a morte; não diria que fora de repente, como o do sobradinho do *Aterrado*, mas por outro estilo, mais técnico”,<sup>160</sup> resolvemos associar esse nome com a cidade do Rio de Janeiro e os trajetos urbanos, temática principal desse trabalho.

No mapa de 1858,<sup>161</sup> constatamos que há uma Rua do *Aterrado*, que seria continuação da Rua de Pedro da Cidade Nova (seria a continuação da Rua de São Pedro, conforme o mesmo mapa) que viria do Campo de Santana e seguiria até o Mangue. E era para os lados do Mangue que se dirigia o cidadão antes de falecer, conforme disse a testemunha.

Localizamos uma costura machadiana em todo esse tecido urbano, um fio condutor quase escondido, mas não enterrado. Vamos rever por onde passou essa agulha, melhor, o carro de Cordovil. Ele sai do centro da cidade, da Rua do Passeio e precisa ir para a Rua de São Cristóvão, que existe até hoje, no bairro homônimo.<sup>162</sup> Como Cordovil cochilou, nem ele nem o narrador, muito menos nós leitores, sabem com certeza por onde passou o carro, mas podemos imaginar o roteiro de Domingos, seu cocheiro. O caminho mais rápido para chegar à Rua de São Cristóvão para quem sai da Rua do Passeio seria pela Rua de Matacavalos — residência de Bentinho em *Dom Casmurro* —, atual Rua do Riachuelo. Chegaria então à Rua das Flores, o caminho mais curto, ou a Rua Formosa, um pouco mais comprida, mas que o levaria à Rua do *Aterrado*.<sup>163</sup>

---

<sup>160</sup> Idem, p.683.

<sup>161</sup> KINNEY e LEEDER, 1858, anexo 1.

<sup>162</sup> Essa rua, à época, era habitada por homens importantes, como o Barão do Rio Branco e outros, pois ficava perto da Quinta da Boa Vista, residência real e do Senado.

<sup>163</sup> Um comentário interessante sobre esse trajeto: Pestana, personagem central do conto “Um homem célebre”, também segue pela Rua Formosa até chegar à Rua do *Aterrado*, onde morava, diferindo sua origem, pois vem da Rua do Areal, uma transversal da própria Formosa.

Ruas mal calçadas eram, pelo jeito, algo comum na cidade do Rio de Janeiro do século XIX. Ao final do conto, ainda em seu embate com o sono e suas divagações sobre como e quando morrer, Cordovil constata que a morte é muda, diferente da pedra, pois: “a pedra fala, se lhe batem, como estão fazendo agora os calceteiros da minha rua”.<sup>164</sup> A rua onde morava deveria possuir moradores muito ilustres, conforme já citamos, pois recebia reparos mesmo antes do sol nascer.

Obras públicas eram uma das grandes responsabilidades da pasta ministerial que Machado servia. O calçamento de uma rua não devia ser algo que passasse diretamente por suas mãos, mas reclamações sim. Pessoas divergiam dos pareceres sob sua alçada e saíam a reclamar em público, muitas vezes, conforme citamos no capítulo sobre sua vida de funcionário. A cidade do Rio de Janeiro era prioridade do Governo Rodrigues Alves. Ele exigira do ministro Lauro Müller, chefe de Machado, e do prefeito Pereira Passos uma completa melhoria urbana na capital do país. E essa região teve atenções especiais, mas em diferentes épocas.

O grande mangue que existia nas proximidades de São Cristóvão sempre incomodou o Imperador, que não gostava de sua vizinhança superlotada de mosquitos e outros insetos. Barão do Mauá (comentado na análise do conto “Evolução”) realiza em 1857 a construção do Canal do Mangue, canalizando e secando a região, levando um canal da região próxima de São Cristóvão até a região do porto, passando ao lado da Rua do Aterrado, que recebeu esse nome, por causa do aterro que foi necessário fazer num pequeno canal natural que saía do mangue. O prefeito Pereira Passos, que realizou os melhoramentos da cidade à época da publicação da coletânea *Relíquias de Casa Velha*, trabalhou diretamente para o Barão do Mauá.

Mas não fiquemos somente no século XIX e adentremos os 1900. Um dos projetos que incentivaram a tomada do grande empréstimo que resultou na Avenida Central era o “prolongamento do canal do Mangue até ao mar, parte integrante do programa de melhoramentos a executar-se com o produto do

---

<sup>164</sup> Idem, p.685.

empréstimo”.<sup>165</sup> Essa região do Aterrado, não tão nobre quanto a vizinhança de São Cristóvão, também foi vítima das grandes reformas ocorridas no início do século.<sup>166</sup>

O que podemos afirmar, portanto, é que esse conto de Machado de Assis serve como testemunho mínimo, mas significativo, da existência de uma rua que deixou de existir ainda no século XIX, já que, no século XX, passou a se chamar Rua Senador Eusébio. O escritor voltava seus olhos para a pacata e provinciana cidade que não precisava homenagear tantos políticos, como Getúlio ou Eusébio, seu cenário era a cidade do Rio de Janeiro que ainda valorizava os nomes populares, como Mata-cavalos e Aterrado.

#### A morte, a conclusão final

A morte é o fim da vida. Conclusão óbvia, que serve como um esquiife para esse conto. Cordovil flertou com sua morte, imaginou várias formas de encontrá-la e, ao final dessa longa noite em que a morte insistiu em dominar seus pensamentos, só encontrou o sono ao nascer do dia.

“Tudo dava idéia de vida. Naturalmente a idéia da morte foi recuando e desaparecendo de todo, enquanto o nosso homem, que suspirou por ela no Cassino, que a desejou para o dia seguinte na Câmara de Deputados, que a encarou no carro, voltou-lhe as costas quando a viu entrar com o sono, seu irmão mais velho, — ou mais moço, não sei”<sup>167</sup>

Nesse pequeno trecho, o narrador introduziu o sono e afastou a idéia da morte, que só virá buscar Cordovil muitos anos mais tarde. O modo obsessivo com que a morte invadiu seus pensamentos foi motivado pelos fatos, não por sua idade, próxima dos quarenta, como já vimos. Primeiro soube da morte do inimigo, demorada e dolorosa. Depois o morto da Rua do Aterrado, que tivera uma morte súbita e rápida. E aqui encontramos outro fator relevante à obra machadiana, a oposição complementar, que estamos comentando ao longo desse trabalho.

<sup>165</sup> LISBOA, novembro, 1904.

<sup>166</sup> Obras relevantes nessa região não se limitaram a esse período. Após a construção da Avenida Central as grandes avenidas começaram a brotar das pranchetas dos engenheiros. Coube ao Estado Novo rasgar a Av. Presidente Vargas, inaugurada em 1944, que acabou sobrepondo-se à Rua do Aterrado.

<sup>167</sup> Idem, p.685.

Há oposição complementar entre uma morte demorada *versus* uma morte súbita. Esse procedimento narrativo é bastante utilizado pelo escritor e proporciona, à personagem e ao narrador, uma análise mais ampla da situação. As duas mortes, uma demorada e outra súbita, fazem o deputado Cordovil produzir um *monólogo interior* com seus pensamentos sobre a melhor forma e local para morrer. Porém, diferente do que ele ambicionava, a morte não lhe foi leve nem rápida:

“(…) mas vagarosa, a morte de um vinho filtrado, que sai impuro de uma garrafa para entrar purificado em outra; a borra iria para o cemitério. Agora é que lhe via a filosofia; em ambas as garrafas era sempre o vinho que ia ficando, até passar inteiro e pingado para a segunda. Morte súbita não acabava de entender o que era”.<sup>168</sup>

A morte encontrou Cordovil e ele compreendeu, segundo a análise do narrador, que ela não quer nem busca satisfazer o freguês, mas é simplesmente uma passagem, uma purificação. A borra indo para cemitério seria o corpo velho e inútil abandonado à terra, enquanto a essência passaria para outra garrafa.

Elaborando um questionamento razoável e não esclarecido pelo narrador: o que seria a garrafa? Nessa metáfora, poderíamos entender a borra como o corpo, o vinho purificado como a alma, mas o que seria a garrafa? Qual sua função? Não saberíamos responder, nem pretendemos criar conjecturas explicativas de teor espiritual. Do pouco que Machado de Assis deixou transparecer de sua vida pessoal, a crença na vida após a morte não era uma de suas convicções. Mas tentemos imaginar as motivações para a morte ser a temática central desse conto e o vinho filtrado sobrar numa outra garrafa.

“Marcha Fúnebre” foi publicado diretamente em *Relíquias de Casa Velha*, em 1906. Dois anos antes, Machado perdera sua tão amada esposa, que falecera com setenta anos de idade. À época desse lançamento, o escritor contava com idade bastante avançada e com diversos problemas de saúde, como a epilepsia e distúrbios gastrintestinais, conforme citamos no capítulo inicial desse trabalho.

Além disso, como Diretor de Contabilidade de um dos mais movimentados Ministérios do governo republicano, o desgaste e as responsabilidades eram tantos que levava serviço para casa, muitas vezes. Suas atribuições e afazeres tomavam todo seu tempo livre, como vimos em cartas que ele enviava a amigos

como Mário de Alencar e José Veríssimo. Nelas, comentava seu desgaste e sua falta de tempo para cobrir tantos compromissos profissionais, sem contar os compromissos sociais que a Academia Brasileira de Letras, a qual presidia, lhe obrigava a abraçar.

O que queremos salientar com essas alusões à vida pessoal é que Machado de Assis se sentia próximo da morte. E esse conto, obviamente ficcional, nos leva a supor que pode ter passado por sua cabeça o *quando* e o *onde* ela poderia encontrá-lo. O debate do deputado Cordovil provavelmente assolou a mente do desgastado escritor e do funcionário público, agora viúvo e um tanto distante dos amigos, apesar da insistência desses em se aproximar dele.

A temática da morte devia rondar-lhe os pensamentos. Quanto ao vinho, pelo que se sabe de Machado por seus biógrafos, mesmo diante da morte, quando o câncer na língua chegou ao ponto mais crítico, ele não apelou para recursos religiosos ou buscas pelo perdão divino. Segundo Lúcia Miguel Pereira ouviu de contemporâneos do escritor, ele: “Apesar de ter confessado o seu medo do salto no desconhecido, recusou os socorros da religião nessa hora grave. – Não creio... Seria uma hipocrisia, respondeu quando lhe falaram em chamar um padre”.<sup>169</sup>

A morte é algo que habita a mente dos vivos, mais ainda se esses vivos estão envelhecidos e desgastados, pior, se solitários. Era o caso de Machado de Assis. O escritor nos legou algumas reflexões, deixando a borra se ir, ficando-nos somente seu vinho extremamente purificado, engarrafado em obras literárias imortais. Suas reflexões sobre a morte só encontram par no misto de melancolia e ironia do Conselheiro Aires, certamente, primo-irmão do deputado Cordovil. No romance, o narrador não perde o sono com a morte, enquanto nesse pequeno conto o indeciso e insone Cordovil tenta decidir a melhor forma de se ir dessa.

Machado de Assis nunca diz uma coisa só em suas obras literárias e em suas crônicas jornalísticas. Além da marcha *fúnebre* que habita os pensamentos de Cordovil, temos a *marcha* velada empreendida pela personagem, que nos remete ao Rio de Janeiro antigo, aquele Rio cinzento e imperial, feito de cassinos elegantes e ruas mal calçadas, de nomes singelos e pitorescos, que foram esquecidos pelo tempo. Porém alguns delas ficaram eternizadas por obras como a de Machado de Assis.

---

<sup>168</sup> Idem, p.685.

<sup>169</sup> PEREIRA, 1949, p.210.

### 2.2.3 – “Um Férias” – Um trajeto anônimo

Narrado em primeira pessoa, o conto apresenta uma única referência explícita à geografia urbana do Rio de Janeiro, o endereço da escola da personagem narradora, um menino que foi retirado da sala de aula pelo seu tio Zeca, um roceiro de Guaratiba, cidade interiorana fluminense. Homem tosco e amarrotado, tio Zeca conversou com o professor, que chamou o narrador para retirar-se da sala junto ao tio. Então descobrimos seu nome: chamava-se José Martins e tinha dez anos quando se passou essa história, narrada, certamente, pelo adulto José Martins. Essa técnica não é nova, já fora usada por Machado de Assis no “Conto de escola” e Missa do Galo”. Deixar o adulto falar sobre algo de sua infância passa certo passionalismo, o que amplia a verossimilhança, deixando as sensações e impressões que a criança teve quando viveu os fatos apresentados nos contos aflorarem sob o filtro do adulto. Conheçamos os fatos.

Martins nos diz que gostava muito de folgar e pouco de estudar. Fica extasiado com a possibilidade de escapar da aula antes do horário, mesmo sem saber os motivos. Desce as escadas da escola, que era “um sobradinho da Rua do Senado”.<sup>170</sup> Vamos acompanhar Martins e seu tio no trajeto a sua casa, depois voltaremos a essa rua, pois a dupla precisava passar na escola de Felícia, onze anos, irmã mais velha de José Martins. Não nos é informado o endereço da escola dela.

Seguem os três pela rua, o narrador descrevendo suas roupas (com um rigor de detalhes não usual nos narradores machadianos) e a curiosidade infantil diante das vitrines, que os fazia diminuir o passo, logo apressado pelo tio carrancudo: “— Andem, dizia ele em voz sumida”.<sup>171</sup> Durante o trajeto, os dois irmãos começam as conjecturas sobre o motivo de ambos terem saído da escola mais cedo. Primeiro o menino pensa ser aniversário de tio Zeca, mas ela, mais consciente que o rapaz, acha estranho terem ido para a escola, se teria festa mais tarde em casa. Surge a idéia de irem ao teatro. O narrador então, relembra uma vez que fora e voltara dormindo, adorando o espetáculo, apesar de não ter entendido nada.

---

<sup>170</sup> ASSIS, V.2, p.699.

<sup>171</sup> Idem, p.699.

Era assim que José Martins fazia o trajeto, não olhando nem dando atenção para qual rua estava. Nisso, nosso narrador é muito diferente do narrador de “Conto de Escola”, história similar, na forma de contá-la. A grande diferença, para nossa análise, é que em “Umas Férias” quase não há referências urbanas específicas enquanto no outro surgem detalhes sobre o bairro e ruas a todo instante. Esse conto, ao lado de “Um capitão de Voluntários”, é que possui menor número de citações de ruas de toda a coletânea *Relíquias de Casa Velha*. Mas vamos questionar esse fato depois, primeiro cheguemos à casa das crianças, pois elas estavam muito ansiosas pela festa que imaginavam encontrar lá.

Um senhor, com quem tio Zeca começara a conversar, olhou para ambas as crianças e disse: “— Nove horas? Lá estarei, disse ele”.<sup>172</sup> Com essa frase ampliou a sensação de festa no menino. E com essa sensação que ele se agarrava e ria, sempre que achava oportunidade; ria dos tropeços, dos cavalos e das pessoas, apesar delas dirigirem um olhar pesaroso para eles. Chega a ser engraçado quando ele planeja pôr fogo nos livros, abandonando a escola. Ouviu os protestos da irmã, que falou que o pai deles compraria outro: “— Enquanto comprasse, eu ficava brincando em casa; aprender é muito aborrecido”,<sup>173</sup> disse o menino.

Nessa frase encontramos o gancho que prende a personagem narradora. Digo prisão no sentido de que, com ela, o escritor irá colocar a personagem contra seus mesmos argumentos. O menino não gosta da escola, muito menos de estudar. Esse é o fato mais importante dessa primeira parte da história. Isso até chegarmos em casa e, finalmente, descobrir-se o motivo da saída antecipada.

#### Fim do trajeto, chegada à realidade

Dobram a esquina e chegaram à casa, tendo a primeira revelação, encontrando panos pretos forrando as portas da casa. O espanto deixou as crianças de boca aberta, assustados com o movimento na entrada de sua casa, que era um armarinho, uma pequena loja. Ao adentrarem a casa, recebem a notícia de vossa mãe: “— Meus filhos, vosso pai morreu!”<sup>174</sup> E aqui, somente nesse momento, o menino chega à conclusão de que sua festa, tão almejada, não existia. E, nessa constatação,

---

<sup>172</sup> Idem, p.700.

<sup>173</sup> Idem.

<sup>174</sup> Ibidem, p.701.

encontramos outra diferença entre esse conto e os outros dessa coletânea. O trajeto, o espaço público, serve para conjecturas e dúvidas e o espaço privado é o local para as descobertas e realizações. É, ao chegar em casa, local de refúgio e conforto para uma criança, local que estava representando, nesse momento, a esperança de uma festa para José Martins, que ele encontra a morte da figura mais importante em sua vida. A festa que imagina serve de oposição para a mesmice da escola, que ele queria distância. Pois é em casa que há o primeiro contato com a dura realidade:

“Naquele momento não perguntei nada a mim nem a ninguém. Ovi as palavras de minha mãe, que se repetiam em mim, e os seus soluços que eram grandes. Ela pegou em nós e arrastou-nos para a cama, onde jazia o cadáver do marido; e fez-nos beijar-lhe a mão. Tão longe estava eu daquilo que, apesar de tudo, não entendera nada a princípio; (...) Não se tratava de um dia santo, com a sua folga e recreio, não era festa, não eram as horas breves ou longas, para a desfiar em casa, arredada dos castigos da escola”.<sup>175</sup>

É difícil para ele lidar com a realidade. Inda mais depois de ter feito planos de festejos e folguedos se deparar com essa situação extremamente triste. Torna-se bastante difícil integrar-se a essa realidade, portanto, bastante compreensível e poética as palavras do adulto diante da inocência do menino: “Se me houvessem dito à saída da escola por que é que iam lá me buscar, é claro que a alegria não houvera penetrado o coração, donde era agora expelida a punhaladas”.<sup>176</sup>

A criança deve assimilar um trauma como a perda do pai e contrabalançar essa perda com o sentimento e felicidade que alimentara ao longo do trajeto para sua casa. O menino tivera, na companhia de Tio Zeca, um péssimo emissário. Ele não procurou, ao longo do trajeto, prepará-lo para a situação que enfrentaria em casa. Homem tosco do campo, não sabia lidar com sentimentos, muito menos com a imaginação fértil de uma criança de dez anos.

### As férias ao avesso

José Martins tem de conviver com a folga sem ter folga. “Lá iam meu pai e as férias! Um dia de folga sem folguedo!”<sup>177</sup> são suas palavras analisando sua

---

<sup>175</sup> Idem, p.701.

<sup>176</sup> Idem, p.702.

<sup>177</sup> Idem, p.702.



situação após o enterro. E esclarece de saída que teve “oito dias de nojo, durante os quais alguma vez me lembrei do colégio”. A lembrança não é gratuita. Sua mãe o mantém recluso em casa por esses oito dias. Quando discute sua volta ao colégio, sua mãe diz preferir a segunda, pois a missa do pai seria na sexta. O rapaz prefere voltar no sábado à escola. Algo que espanta, mas que tem sua motivação. O menino está de folga em casa, mas tem de estudar, ler os livros ou, pelo menos, fingir. Belo exemplo de atitude infantil é sua recomendação: “Usava um recurso que recomendo aos preguiçosos: deixava os olhos na página e abria a porta à imaginação”.<sup>178</sup> Assim passava seus dias, pensando na rua e na escola, almejando o final do luto.

Exemplo da ironia amarga do escritor Machado de Assis é a confissão de um pequeno pecado infantil. O narrador chega a pedir “Não me censurem” por sua sinceridade. Ele conta que fora flagrado por sua mãe sem ler e, respondendo à repreensão, disse: “estar pensando em meu pai. A explicação fê-la chorar, e, para dizer tudo, não era totalmente mentira; tinha lembrado o último presentinho que ele me dera, e entrei a vê-lo com o mimo na mão”.<sup>179</sup> Sua mãe chora de tristeza diante de um sentimento que o narrador confessa ser parcialmente sincero. Ou quando tenta imitar a irmã: “uma vez fui achá-la a enxugar-lhe os olhos. Meio vexado, pensei em imitá-la, e meti a mão no bolso para tirar o lenço. A mão entrou sem ternura e, não achando o lenço, saiu sem pesar. Creio que ao gesto não faltava só originalidade, mas sinceridade também”.<sup>180</sup>

As atitudes e, principalmente, as palavras de José Martins lembram em muito o primeiro grande narrador machadiano, Brás Cubas. Essa visão irônica, iniciada em 1880, acompanhou a carreira do escritor carioca, podendo ser encontrada em diversos escritos seus, não sendo esquecida por ele nem nos últimos textos de sua carreira.

Enquanto isso, o menino tem de sobreviver à reclusão. Uma das formas é se contentar com suas memórias da escola, nenhuma delas vinculadas ao estudo, mas sim com as brincadeiras. Almejava voltar para a escola, não com intenções de estudar, mas participar dos “folguedos” e bagunças. Belas são as palavras do narrador adulto: “Aquele degredo que eu deixei tão alegremente com tio Zeca

---

<sup>178</sup> Idem, p.702.

<sup>179</sup> Idem, p.703.

<sup>180</sup> Idem, p.703.

parecia-me agora um céu remoto, e tinha medo de o perder”.<sup>181</sup> Sua ambição era agora ao avesso do início do conto. Sair da escola, do “degredo” era tudo que ele queria. Depois de vários dias em casa, a escola era seu “céu”.

A escola era sinônimo de prisão, tal sua felicidade quando saiu ao lado do tio. Agora representava a redenção, ansioso que estava para o convívio com seus colegas:

“(…) no domingo estive à porta da loja. Não era alegria completa. A total alegria foi segunda-feira, na escola. Entrei vestido de preto, fui mirado com curiosidade, mas tão outro ao pé dos meus discípulos, que me esqueceram as férias sem gosto, e achei uma grande alegria sem férias”.<sup>182</sup>

No desfecho do conto, encontramos uma mudança de atitude do menino em relação a seus pensamentos. Em graus diferentes, mas similar a Cândido Neves, de “Pai contra mãe”, José Martins tinha um modo de encarar a escola e sua casa. A primeira representava o “degredo” e a segunda “umas férias”. Acontece que, diante da dureza e crueldade da vida, o menino passou a ver com outros olhos os dois ambientes que lhe eram íntimos e eles tiveram seu papel invertido. A escola significou liberdade e a casa clausura. Daí advém o prazer infantil e belo de encontrar alegria quando está sem férias.

#### Espaço público: anônimo X espaço privado: familiar

Na análise desse conto, há descrição de espaços, comenta-se sobre as ruas e esquinas em que eles transitam, mas essas são anônimas, diferente do que estamos vendo em grande parte dos contos analisados nesse trabalho. Podemos então formular dois questionamentos: poderia ser esquecimento do autor ou, intencionalmente, ele preferiu somente nominar o endereço da escola? Conforme já dissemos, nada parece estar ao acaso nos contos machadianos. Portanto não lidemos com falhas, mas analisemos a segunda hipótese.

Supomos, e salientamos ser isso uma suposição, que o escritor Machado de Assis optou por não colocar nomes nas ruas porque a ótica era de um menino, mesmo sendo ela filtrada pelo adulto. Essa hipótese não é corroborada por “Conto de

---

<sup>181</sup> Idem, p.703.

<sup>182</sup> Idem, p.703.

Escola”, extremamente diferente nesse quesito. No conto que saiu em livro em *Várias Histórias*, de 1896, o narrador adulto descreve e cita diversas ruas e praias, em que o menino Pilar, o narrador, diz: “não fui à escola, acompanhei os fuzileiros, depois enfiei pela Saúde (*praia*), e acabei a manhã na Praia da Gamboa”.<sup>183</sup> Ou seja, mesmo tendo narradores em primeira pessoa, possuem atitudes diferentes em relação às ruas da cidade do Rio de Janeiro. Em “Umas férias”, não há a menor referência quanto às datas em que os fatos acontecem.

As referências que encontramos, além do endereço da escola de José Martins, que era na Rua do Senado, são circunstâncias para qualquer outra rua: “Uma ou outra vez parávamos, ela para admirar as bonecas à porta dos armários, eu para ver, à porta das vendas, algum papagaio que descia e subia pela corrente de ferro atada ao pé”.<sup>184</sup> As crianças vão observando o trajeto, apreciando as lojas, enquanto o tio vai encontrando conhecidos dele pelo caminho. As crianças não ouvem os diálogos e, mais o menino que Felícia, ficam a supor a tal da festa.

Quando chegam em casa, há nova referência, novamente sem explicitar o endereço. Somente nos diz que “A casa ficava na rua próxima, perto da esquina”, sem deixar claro que rua era essa, muito diferente de outros contos aqui discutidos. Supomos que essa falta de precisão, esse anonimato urbanístico, se dá por ser a rua nesse conto local de suposições por parte de uma criança. Diferente do *voyeurismo* de Freitas em “Maria Cora” e a epifania do narrador de “Suje-se Gordo!”, que se dão em ruas específicas da cidade do Rio de Janeiro, ou em “Umas Férias”, em que o narrador tece conjecturas, só chegando a uma conclusão dentro de casa. O espaço privado é o meio escolhido pelo autor para que as personagens tenham contato com o conhecimento, com a triste notícia da perda do pai. Podemos dizer também que foi escolha do autor, pura e simplesmente.

Isso faz parte da estratégia contística machadiana. Poderiam as crianças terem descoberto sobre a morte do pai numa meia palavra do tio Zeca, num diálogo em algum dos encontros na rua. Não. O autor preferiu deixar a descoberta para o quarto — espaço mais do que privado —, junto ao corpo do pai e das lágrimas da mãe. Nesse espaço familiar é que uma criança se sente mais protegida, necessidade dos irmãos naquele momento, portanto, melhor local para ocorrer a revelação.

---

<sup>183</sup> Idem, p.554.

<sup>184</sup> Idem, p.699.

É na rua que surge a questão sobre o porquê de terem saído mais cedo da escola. E é na rua que ele começa a elaborar possíveis caminhos, respostas prováveis para sua dúvida maior. Nesse caso, a rua serviu como cenário, como já vimos em outros textos aqui discutidos, mas um *cenário anônimo*, enquanto a casa serviu como *local de revelação*. É nela que se dá o conhecimento, como vimos, por exemplo, em “Evolução”. No conto, os contatos se dão numa diligência em Vassouras e numa rua de Paris, mas a *evolução* dos pensamentos de Benedito se deram em contatos ocorridos na rua, mas complementados em sua residência.

Esse processo pelo qual passou o menino José Martins é uma das tantas armadilhas que Machado de Assis prepara para suas personagens. O jovem abriu a história com sua inocência e encerrou-a com uma certa maturidade. O mesmo se deu com Cândido Neves em “Pai contra Mãe”. Ambos foram testados e, diante de grande adversidade, seja a criança, seja o adulto, precisaram enfrentar e superar as dificuldades.

Esse método narrativo faz com que as personagens sofram uma mudança, sejam obrigadas a tomar ou mudar de atitude. Candinho precisa escolher seu filho em detrimento do filho de Arminda, enquanto Martins passa a considerar a escola um lugar maravilhoso e desejável após a reclusão domiciliar involuntária por que passara.

## **2.3 – HISTÓRIA DO BRASIL**

### **2.3.1 – “Maria Cora” - Revolução Federalista (1893)**

Nesse conto, narrado em primeira pessoa, conhecemos a história de um homem que se deixara levar por uma paixão, cometendo até um crime. Tudo em vão. Ela não correspondeu suas expectativas, apesar de não tê-las negado no início.

Esse é um resumo do conto “Maria Cora”, que originalmente fora publicado em 1898 com o nome de “Relógio Parado” na revista *A Estação*. Ao lado do conto “Evolução”, foi o único resgatado do século XIX para a coletânea que estamos analisando. E o autor fez algumas alterações na edição em livro, em relação à primeira versão. Chama atenção a troca de Maria Rita, nome da causa dos problemas da personagem, pelo pouco comum Maria Cora. Mas isso serve somente como nota histórica. Fato um tanto curioso, é esse conto não ser publicado na coletânea *Páginas Recolhidas*, de 1899. Além disso, é um dos poucos textos machadianos que fazem referência direta a um evento histórico, no caso, a Revolução Federalista de 1893, no Rio Grande do Sul. E, por conseguinte, um dos pouquíssimos textos em que o escritor carioca retira, ainda que por pouco tempo, o centro narrativo da cidade do Rio de Janeiro. Mas, como procedeu anteriormente, não fixa a história em algum local específico.

Montado o quebra-cabeça, iremos analisá-lo, mas por partes, sem deixar de debater a relação homem X mulher que domina o conto. Isso comprova, mais uma vez, o domínio de Machado de Assis na análise das relações humanas.

Em relação ao nome e data de publicação em livro, não há motivos para estender o debate. O relógio parado que abre o conto e o encerra é o mote introdutório da personagem Maria Cora, esta sim dominante e decisiva. É por ela e suas atitudes que o narrador apresenta como a “única página da minha (*sua*) vida que merece atenção particular”.<sup>185</sup> Ela merece o título do conto.

---

<sup>185</sup> ASSIS, v.2, p.670.

Quanto às datas, não acreditamos haver alguma motivação especial para esse conto não ter sido publicado em 1899. Esquecimento ou preferência, o caso concreto é que só o resgata em coletânea em 1906, mesmo sendo o único conto publicado pelo autor em 1898, na revista *A Estação*. Cabe somente salientar que, nesse ano, o autor mais se sentiu deprimido até então. Apesar do sucesso literário e da fundação da Academia Brasileira de Letras há mais de um ano, desde o final de 1897 ele estava adido ao ministério, depois de trabalhar por cinco anos no cargo de Diretor-Geral de Viação, um dos cargos técnicos mais importantes do governo brasileiro. Sentiu-se relegado, desvalorizado, envelhecido. Não servia para a administração pública, sua principal fonte de renda.

Nesse conto, não iremos formar opinião quanto às motivações do autor, há poucas referências analisáveis. Partamos então para a história em si, para compreendermos um pouco melhor as referências históricas que se encontram no texto. Conheçamos o narrador e Maria Cora.

#### As personagens e a cidade, uma personagem

O Sr. Correia, quando se passa a história narrada por ele, era um solteirão de quarenta anos que vivia numa pensão às custas de uma boa quantia que ganhara “por jogo de praça”. Não precisava trabalhar e preferia a solidão, “Morava então (1893) em uma casa de pensão no Catete. Já por esse tempo este gênero de residência florescia no Rio de Janeiro”.<sup>186</sup> O mesmo ano entre parênteses encontra par nessa coletânea no conto “Píldes e Orestes”, que faz alusão a Revolta da Armada, que não é comentada nesse conto analisamos agora. Conheçamos o cenário.

Uma das grandes preocupações de um autor é caracterizar suas personagens. Machado de Assis não escapa dessa premissa. Ao mesmo tempo em que nos apresenta as personagens centrais, Correia e Maria Cora, apresenta a cidade do Rio de Janeiro, cenário onde se viverá a história. Ao dizer como era o Catete no tempo em que a história se passa, faz alusão indireta ao fato do Catete não ter mudado muito na época em que se publica o texto pela primeira vez. Vamos fazer um levantamento urbanístico e histórico referente ao cenário antes de conhecer melhor nossa atriz, digo, personagem, Maria Cora.

---

<sup>186</sup> Idem, p.667.

Em 1897, o governo republicano do presidente Prudente de Moraes muda-se para o antigo Palácio do Barão de Nova Friburgo, construído em 1862 pelo Barão, o rico fazendeiro Antônio Clemente Pinto. A região antes do palácio era uma larga estrada em direção ao Botafogo, cercada de chácaras de tanto em tanto. No período em que surgiu o palacete, o Catete deve ter tido um crescimento considerável, pois construíram novos casarões, mudando um pouco suas características. Com o passar do tempo algumas fortunas se vão. O casarão construído pelo Barão virou hotel e depois casa dos governantes republicanos. Muitos casarões de família podem ter tido o mesmo destino, tornando-se, algum deles, casa de pensão, como nos diz o narrador no trecho inicial do conto. O interessante é que o narrador não faz alusão ao prédio mais famoso do bairro, mas faz alusão às mudanças que aconteciam na cidade do Rio de Janeiro. A cidade acaba sendo uma das personagens principais dos textos machadianos. Depois falaremos mais da cidade, agora voltemos às personagens de carne o osso.

O Sr. Correia nos diz que só amaria “de empreitada e por desfastio. Uma ou duas aventuras por ano bastavam”. Era um homem que não buscava aventuras em sua vida, do mesmo modo que não precisa trabalhar, não buscava amar. Ou seja, alguém que não vivia nem procurava emoções fortes. Mas, como acontece numa boa obra literária, elas o encontraram. Melhor, cruzaram por ele na rua. Conheçamos Maria Cora:

“criatura morena, robusta, vinte e oito a trinta anos, vestida de escuro; (...) a figura da dama interessou-me pelas graças físicas, que eram o oposto do que poderiam sonhar poetas românticos e artistas seráficos. (...) Quando ela falava, tinha um modo de umedecer os beijos, não sei se casual, mas gracioso e picante. Creio que, vista assim ao pé, as feições não eram tão corretas como pareciam a distância, mas eram mais suas, mais originais”.<sup>187</sup>

Assim o narrador nos apresenta essa gaúcha que se separara de seu marido, João da Fonseca, estancieiro no Rio Grande do Sul. Não descreve em detalhes suas feições, mas mostra o que nela cativou Correia. Seu perfil diferente do padrão romântico usual, sua fleuma, “seu espírito agudo, brilhante e viril”, mesmo até sua falta de beleza, lhe conquistaram. Mas não só isso. O fato de que todos os

---

<sup>187</sup> Idem, p.668.

amores que tivera na vida anteriores a Maria Cora “tinham sido fáceis; em nenhum encontrei resistência (...) Desta vez sentia-me tomado por ganchos de ferro”.<sup>188</sup> Isso remete àquela máxima popular: “tudo que é mais difícil nos empenhamos mais”. O ser humano tem esse costume, valorizar o que precisa de mais dedicação.

E essa era a grande virtude de Maria Cora. Mas falta dizer o que fazia no Rio de Janeiro, coisa que a curiosidade e o interesse do narrador logo sanariam. Viera à capital federal após separar-se do marido, vindo a morar com uma tia rica. O motivo da separação fora mais uma das aventuras amorosas do cônjuge — as anteriores foram perdoadas, após breves períodos de protestos. Essa última, porém, veio encilhada no cavalo da Revolução Federalista de 1893. Além da traição matrimonial, Maria Cora sentira-se traída politicamente. Tem laços familiares junto ao governo e o marido alista-se com os revoltosos, enrabichando-se por Prazeres, mulher igualmente fleumática, que queria pegar em armas junto aos revoltosos. João da Fonseca larga da esposa e assume a amante, envolvendo-se na luta, mesmo contra a vontade, mais para provar a Prazeres o que sente por ela. Era demais para Maria Cora. Para piorar, segundo a tia informou ao nosso narrador, o marido tentou agredi-la.

A partir dos contatos iniciais, Correia começou a freqüentar a casa das duas, não conseguindo controlar seus sentimentos. Mas falaremos das declarações e combinações depois. Por agora, voltemos às ruas do Rio de Janeiro, para relatar os encontros e desencontros que ocorrem no centro da cidade, dessa cidade tão cara ao autor.

#### Uma perseguição e a reconstituição do centro do Rio

O mote que abre o conto é o relógio de bolso que parara por falta de corda. Como precisava ir ao centro da cidade encontrar com seu advogado, resolve primeiro acertar o relógio. Na véspera, conhecera Maria Cora, ainda que de vista, na casa de um comendador. Vamos aqui reproduzir o trecho que abre o capítulo II do conto, para acompanharmos o detalhamento narrativo referente às ruas da cidade.

“De manhã tinha o relógio parado. Chegando à cidade, descii a Rua do Ouvidor até a da Quitanda, e indo a voltar à direita, para ir ao

---

<sup>188</sup> Idem, p.672.



escritório de meu advogado, lembrou-me ver que horas eram. Não me acudiu que o relógio estava parado.

— Que maçada! Exclamei.

Felizmente, naquela mesma Rua da Quitanda, à esquerda, entre as do Ouvidor e Rosário, era a oficina onde eu comprara o relógio, e a cuja pêndula usava acertá-lo. Em vez de ir para um lado, fui para outro.(...) *(ao sair da loja, vê Maria Cora)* Cumprimentei-a, ela correspondeu depois de alguma hesitação, como se não houvesse me reconhecido logo, e depois seguiu pela Rua da Quitanda fora, ainda para o lado esquerdo”.<sup>189</sup>

*(grifo nosso)*

O narrador começa a percorrer mentalmente um trajeto já feito com suas pernas e olhos. Certamente o autor Machado de Assis reproduz aqui algumas passadas que marcaram seu passado, transportando-as para as palavras do Sr. Correia, reproduzindo seu “afeto” por sua cidade, mas uma parte específica, o centro urbano do Rio de Janeiro provinciano do século XIX<sup>190</sup>. Mas esse trajeto não é somente um decalque reproduzido em detalhes, mas algo que faz parte da alma do narrador: “Todas essas reminiscências parecerão escusadas, senão aborrecíveis; a mim dão-me uma sensação intensa e particular, são os primeiros passos de uma carreira penosa e longa”.<sup>191</sup>

Ele, narrador, mostra consciência de que está a fazer um mapeamento das ruas por onde andara atrás de Maria Cora em suas “reminiscências”, mapeamento que não teria importância para o leitor, mas relevância para nostalgia do narrador. Literariamente, faz uma composição importante para esse conto, uma composição *histórica*, fazendo o registro de uma cidade em transformação, e, ao mostrar as intenções da personagem Maria Cora e o ponto de vista de Correia, uma composição *social*. Voltemos então ao mapeamento do centro e vejamos suas palavras sobre a Rua do Ouvidor e arredores, logo após ela ter saído à esquerda na Rua da Quitanda:

“Na rua andando vestida de escuro, como na véspera, Maria Cora pareceu-me ainda melhor. Pisava forte, não apressada nem lenta, o bastante para deixar ver e admirar suas belas formas, mui mais corretas que as linhas do rosto. Subiu a Rua do Hospício, até uma oficina de ocularista, ficou dez minutos ou mais. Deixei-me estar a

<sup>189</sup> Idem, p.668.

<sup>190</sup> O centro da cidade já fora discutido no capítulo referente ao conto “Pai contra Mãe” e “Suje-se Gordo!”, mas sempre há assuntos relevantes a serem debatidos. Sempre há importância, nessa análise, em mostrarmos a valorização da cidade pelo autor.

<sup>191</sup> Idem, p.669.

distância, fitando a porta disfarçadamente. Depois saiu, arrepiou caminho, e dobrou a Rua dos Ourives, até à do Rosário, por onde subiu até ao Largo da Sé; daí passou ao de S. Francisco de Paula. (...) Demais, vereis por aqui que ela evitava subir a Rua do Ouvidor, que *todos e todas buscariam (grifo meu)* àquela ou a outra hora para ir ao Largo de S. Francisco de Paula. Foi atravessando o largo, na direção da Escola Politécnica, mas a meio caminho veio ter com ela um carro que estava parado defronte da Escola; meteu-se nele, e o carro partiu.”<sup>192</sup>

(*grifo nosso*)

Ao fazer, ou refazer, o trajeto de Maria Cora, o narrador está percorrendo algumas das ruas mais importantes do centro do Rio de Janeiro no século XIX. Subindo a Rua do Hospício, que é a atual Buenos Aires, Maria ingressa na Rua dos Ourives, uma das mais chiques da segunda metade do século retrasado. Consta que, em 1846, 66 das 78 joalherias da cidade estavam nela instaladas,<sup>193</sup> mantendo sua importância até a construção da Avenida Central. Hoje resta um pequeno pedaço chamado de Miguel Couto. Maria Cora ingressa então na Rua do Rosário, que até hoje se chama assim, passando pelo Largo da Sé, para atingir o Largo de São Francisco de Paula, onde ficava a antiga escola Politécnica e hoje, o mesmo prédio, abriga uma parte da UFRJ. Nesse local, ela entra num carro e segue para sua casa, sendo seguida por Correia, que descobre ser ela residente no Engenho Velho.

Façamos a questão formulada, mas não explicada pelo narrador: por que Maria Cora evitava a Rua do Ouvidor, se essa era a rua que “*todos e todas buscariam àquela ou a outra hora*”? O que a fazia evitar a rua mais elegante e procurada da cidade? Rua essa muito citada por Machado de Assis e discutida em vários momentos nesse trabalho, no qual procura-se passar uma idéia da importância que essa rua teve na segunda metade do século XIX. Sua importância residia principalmente na vida das pessoas elegantes e bem de vida, que seria o caso de Correia e Maria Cora. Mas não foi.

A senhora de negro evitava a rua exatamente pelo motivo que outros a procuravam: ser vista. Ela não tinha essa intenção, dada sua discrição e sua situação de mulher casada, mesmo que separada do marido. Isso para Correia era estranho, pois não importava a condição matrimonial, as mulheres cariocas normalmente procuravam a Rua do Ouvidor para ver as vitrines francesas e serem observadas

---

<sup>192</sup> Idem, p.669.

pelos admiradores, como fica muito claro no conto “Capítulo dos chapéus”, em que Sofia adora aquele movimento todo e o assédio dos olhares e dos chapéus altos. Havia, claro, exceções, como é o caso de Mariana, que se sentia constrangida de ser observada por todos.<sup>194</sup> Do mesmo modo Maria Cora preferia o recato à exposição pública. Como diz o narrador no início do capítulo III, “não vivia absolutamente reclusa, dava alguns passeios e fazia visitas.(...) O sentimento geral é que era pessoa de fortes sentimentos e austeros costumes”.<sup>195</sup> Ou seja, alguém que evitava o exagero, que possuía suas convicções, que preferia evitar a rua mais elegante da cidade.

Com seu recato, permitiu ao narrador traçar em suas reminiscências, um grande panorama dessa cidade, do centro antigo da cidade do Rio de Janeiro. Centro esse que seria todo transformado nos primeiros anos do século XX. Entremos agora no campo das suposições.

Esses detalhes sobre ruas mostram a cidade como era no ano de 1893, data citada pelo narrador. O escritor realiza o registro dessas informações no final de 1898, quando o conto é publicado, e o reproduz ou, poder-se-ia dizer, o resgata, em 1906, quando sai em coletânea. Será que, ao publicar o conto pela primeira vez, Machado de Assis já tinha conhecimento das reformas que ocorreriam no século vindouro? O que buscamos de sua vida de funcionário público nos faz crer que não. Em 1898, estava adido do ministério, trabalhando como secretário do ministro, e os projetos de reforma da cidade ainda engatinhavam, apesar de haver intenções desde o início de 1890.<sup>196</sup> Podemos afirmar, baseado na análise do contexto e dos outros contos dessa coletânea que, quando publicou esse conto em livro em fins de 1905, havia uma intenção, mesmo que implícita, de registrar essa cidade que se transformava a cada dia. A cidade deixava de ser aquele Rio de Janeiro provinciano e arcaico que ele, Machado de Assis, acostumara-se a viver. Como nos diz Gledson,

---

<sup>193</sup> GERSON, 1965. p. 118.

<sup>194</sup> ASSIS, V.2.,1962, p. 401.

<sup>195</sup> Idem, p. 669.

<sup>196</sup> Cf. Relatório Anual do Ministério de 1893, p. 251. Lá consta projetos de destruição dos Morros do Castelo e Santo Antônio e criação da “Empresa Industrial de Melhoramentos da Brazil”, tudo em 1890.

“Machado seria surpreendido por uma modernização que ele reconhece ser necessária, mas que não quer que ocorra dessa maneira”.<sup>197</sup>

A grande reforma urbana que inicia nos dois anos anteriores à publicação da coletânea *Relíquias de Casa Velha*, tirou da Rua do Ouvidor seu papel de personagem central do teatro urbano da elegante capital brasileira do século XIX. A rua perdeu importância com a inauguração da Avenida Central, que ampliou a imitação da França, reforçando a *Belle Époque* tupiniquim. Com essa excessiva imitação francesa de cunho cosmopolita, a cidade provinciana perdeu seu espaço. O Ouvidor era a rua-vitrine aonde se ia para ver e ser visto, como um *voyeur* baudelaireano<sup>198</sup>. Com a grande Avenida Central, o contato quase corpo-a-corpo dos transeuntes cedeu espaço, muito espaço, às largas calçadas, à grande avenida. O papel de observador foi dificultado pelo distanciamento humano. Mas no conto de Machado ainda há espaço para esse papel de *voyeur*.

É esse papel que Correia desempenha nessa parte do texto. Ao invés de Maria Cora observar as vitrines, ela é observada. Correia aprecia seu caminhar, como fizera o narrador de “Primas de Sapucaia!”, conto machadiano de 1883, em perseguição a sua Adriana. Nesses trajetos, encontramos uma função além do registro literário de uma cidade.

O cenário nesse conto machadiano apresenta uma cidade cara ao autor, mas muito mais à história brasileira. Esse texto serve como registro de um tempo que se foi, quando o conto sai em coletânea, mas que ainda não tinha se ido, quando é publicado pela primeira vez. Um conto que se torna referencial histórico para o leitor de hoje, que conhece assim um pouco do cotidiano social e urbano da cidade do Rio de Janeiro e seus costumes observados através da ótica de um escritor que apresenta personagens vivos e que dá vida a personagens como as ruas da cidade, de sua cidade.

---

<sup>197</sup> GLEDSON, 1996. p. 25. Esse comentário de Gledson é referente às crônicas que Machado publicara na coluna *A semana*, encerradas anteriormente às grandes reformas, mas que já mostravam um certo desagrado do autor carioca com o rumo e a força que tomavam as picaretas.

<sup>198</sup> PESAVENTO, 2002. Conceito inspirado na rotina do poeta francês Charles Baudelaire de circular pelas ruas de Paris puxando uma tartaruga por uma corda, andando lentamente, para melhor poder ver e ser visto. Observação do escritor Walter Benjamin sobre o escritor francês.

### Declarações de amor e de guerra

Depois desse panorama do centro da cidade, o narrador traça um panorama da vida e do casamento de Maria Cora, falando dos amores extraconjugais de João da Fonseca e da separação do casal. Correia centra o quarto capítulo em sua dificuldade de lidar com o forte sentimento que Maria Cora lhe arrebatara. Resolve afastar-se do convívio de seu martírio, não tornando mais à casa onde ela residia com uma tia: “Maria Cora morava no Engenho Velho; era uma boa casa, sólida, posto que antiga, dentro de uma chácara”.<sup>199</sup> Esse era um bairro afastado do centro do Rio, formado basicamente por chácaras, um costume da alta sociedade carioca, que evitava morar próximo demais das praias.

Correia não retorna mais ao Engenho Velho, mas Maria Cora retorna à cidade. E, coincidência das coincidências, encontram-se “na mesma oficina da Rua da Quitanda, aonde eu fora acertar o relógio parado”,<sup>200</sup> o mesmo relógio que motivara a perseguição pelas ruas do centro. Agora não houve perseguição, mas um diálogo amigável, seguido de um convite para retornar ao Engenho Velho, depois de três semanas de ausência.

Correia não só vai como redige uma carta em que declara suas intenções românticas. Entrega a carta e sai da casa, não esperando a leitura. Três dias depois, ansioso pela resposta, retorna à chácara, sendo recebido amigavelmente por ela, pela tia e um poeta conviva. Ela lhe devolve a carta intacta, guardada dentro de um livro e diz que não leu, mas que tem uma idéia do assunto. Declara-se uma mulher casada, mesmo que separada do marido:

“— (...) O senhor ama-me, não é? Suponha, pelo melhor, que também o amo; nem por isso deixo de estar casada. (...)  
— Imagine que lhe proponho ir combater contra seu marido, matá-lo e voltar, disse eu cada vez mais tonto.(...)  
— Não creio que ninguém me ame com tal força, concluiu sorrindo”.<sup>201</sup>

Num arroubo romântico no melhor estilo de D’Artagnan, nosso narrador, que não era dado a mais que “uma ou duas aventuras amorosas por ano”, como nos

---

<sup>199</sup> Cf. ASSIS, p.668 e 669.

<sup>200</sup> Idem, p.673.

<sup>201</sup> Idem, p.674.

diz no início do conto, resolve embarcar em sua maior aventura. Isso o faz sem prestar atenção nas palavras de Maria Cora: “*suponha, pelo melhor*”. Ou seja, em nenhum momento ela afirma ou confirma as intenções de Correia. Do mesmo modo, ela também não imagina que ele seria capaz de tanto, pois ele pede para que ela imagine-o assassinando seu marido, fato que ela considera impossível, ninguém a amaria tanto. No outro dia, diz que irá ao sul combater seu marido. A única resposta que recebe é “um gesto de deslumbramento”. Para ele, isso é sinal de que ela “realmente” gostava dele, sentia “verdadeira paixão, e se fosse viúva, não casava com outro”.<sup>202</sup> Essa declaração não deixava explícito que ela casaria com ele, simplesmente dá a entender que ela não procuraria outro homem. Mas para o apaixonado narrador serviu como uma confirmação de que ficaria com ele. A sutileza psicológica dos diálogos em Machado de Assis é que há de melhor em sua obra. Façamos as malas.

Feita sua declaração de guerra, parte para o Rio Grande do Sul, aliando-se aos legalistas, criando um clima de mistério sobre suas motivações para envolver-se nessa guerra regional: “Fez-se logo uma lenda a meu respeito”, surgindo várias suposições sobre sua obsessão por João da Fonseca. Depois de algumas batalhas e de conquistar alguma fama positiva, encontra e se embate com o marido de Maria Cora, numa batalha onde as forças opostas se enfrentaram: “Ainda agora trago na testa a cicatriz que ele me deixou. O combate entre nós foi curto.(...) Tudo o que fiz foi cego pelo sangue em que o deixara banhado, e surdo pelo clamor e tumulto do combate. Matava-se, gritava-se, vencia-se;”. Resolve, depois de mais algum tempo, retornar ao Rio de Janeiro, não sem antes levar uma prova. Pensa em degolá-lo, mas não o faz. Leva apenas um molho de cabelos: “Era o recibo da morte que eu levaria a viúva”.<sup>203</sup>

### Revolução Federalista de 1893

Ao relatar a história de amor desse casal pertencente a elite social do país, o escritor consegue nos transmitir uma parcela do que foram os sentimentos e a dor daqueles tempos difíceis por que passaram o homens do Rio Grande do Sul.

A Revolução Federalista foi uma das mais sangrentas páginas da história brasileira, para não restringirmos o assunto às fronteiras estaduais. Irmãos

---

<sup>202</sup> Idem, p.675.

<sup>203</sup> Idem, p.677 e 678.

digladiavam-se com irmãos, pais eram mortos pelos filhos. O Partido Republicano Rio-grandense (PRR), adepto do Positivismo, comandava o Estado. O presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, era um dos principais alvos dos revoltosos, os integrantes do Partido Federalista. Os Maragatos, como eram conhecidos, queriam o parlamentarismo republicano e retirar o poder quase absoluto que Castilhos se outorgara com a Constituição que ele redigira e fizera aprovar.

A revolta deixou um saldo de mais de dez mil mortes. E quando dizemos mortos, não esquecemos os requintes de crueldade dos caudilhos de ambos os lados. *A degola*, passar o punhal, adaga ou qualquer outro tipo de arma branca pelo pescoço de um inimigo, tinha duas intenções explícitas, e era recurso usado tanto pelas forças revoltosas quanto pelas legalistas. Uma era o impacto que tinha no inimigo saber que seus companheiros foram mortos de joelhos, com a garganta rasgada, com o seu sangue adubando as já férteis terras do pampa gaúcho. A outra, bem menos nobre, era economizar munição, artigo caro e de primeira necessidade numa revolução. Um punhal poderia matar dezenas e dezenas de homens amarrados e ajoelhados. Uma bala só matava um homem por vez, a um custo bastante elevado para uma batalha em terreno adverso e de difícil locomoção, só transitável pelas ferraduras dos cavalos ou pelos cascos dos peões de fazenda.

Machado de Assis não costuma debater fatos históricos em suas obras. Temos a queda do Império só discutida em *Esaú e Jacó*, em 1904. Distante e pelas bordas, mas caracterizando com seu detalhismo as miudezas das mudanças, como a troca da tabuleta da “Confeitaria do Império”<sup>204</sup> e em *Memorial de Aires*, de 1908, temos o fim da escravidão, testemunhado pelo Conselheiro, que já observara o surgimento da República no romance de 1904.

Há três contos em *Relíquias de Casa Velha* que abordam fatos históricos específicos, e “Maria Cora” é o que mais fundo vai no debate da questão política e histórica, mesmo que o narrador expresse o desejo de não se envolver com sentimentos, apesar de se envolver na luta: “Nem por isso conto combates, nem escrevo para falar da revolução, que não teve nada comigo”.<sup>205</sup> A participação da personagem Correia nessa revolução sul-rio-grandense visava somente a encontrar e matar o marido de Maria Cora.

---

<sup>204</sup> ASSIS, 1904, p.194.

<sup>205</sup> Idem, 1962, v.2, p.676.

Ocorre que, à medida que participa das lutas e se envolve com a situação, Correia sente e vive aquele clima beligerante: “(...) eu ia me acostumando à vida da guerra civil. Os ódios que ouvia eram forças reais. De um lado e outro batiam-se com ardor, e a paixão que eu sentia nos meus ia-se pegando em mim.”<sup>206</sup> Correia é um observador que se envolve na batalha, sente em si o ardor da disputa, chamando os legalistas de *meus*, como se do ideal deles comungasse. Para alguém que não discute guerras ou outros feitos históricos em seus textos, Machado de Assis consegue, nesse conto, transmitir o que era o calor daquelas batalhas, tão fervorosas que envolvem o “simples cidadão indiferente da capital”.

A mais sangrenta guerra civil já ocorrida nesse país matou mais de dez mil pessoas em menos de dois anos. Mereceu todo um capítulo, “O Sobrado”, da grande obra sul-rio-grandense *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo. O escritor gaúcho procura, intencionalmente, mostrar o quão absurda e fratricida fora essa guerra política, que interpôs chimangos e maragatos, revolucionários e legalistas, indignados e republicanos, anti-Júlio e pró-Júlio de Castilhos. Diferente de Erico, Machado de Assis, que pouco olhara, como escritor, para revoltas históricas, não faz um registro explícito. O autor carioca prefere traçar sutis pinceladas em tons amargos, pintando um pouco da dor e do sofrimento que os homens enfrentara diante da morte trágica de uma guerra absurda. É tão absurda que a personagem do conto que dela participa nada tem a ver com suas motivações, do mesmo modo que Fonseca, que entrara na revolta mais por amor a Prazeres.

Exemplar, somente para registrar o caso, é o sentimento da amante de João da Fonseca quando reconhece seu homem. “Prazeres viu o cadáver do amante, fez uma cena que me encheu de ódio e de inveja. Pegou em si e deitou-se a abraçá-lo; as lágrimas que verteu, as palavras que disse, fizeram rir a uns; a outros, se não enterneceram deram algum sentimento de admiração”.<sup>207</sup> Nesse trecho, temos dois fatores relevantes. O primeiro é esse sentimento de dor e perda diante da morte. O apresentado por Prazeres, morte mais horrível ainda se considerarmos a guerra como motivo. O segundo é o sentimento de inveja de Correia. João recebe um afeto sincero, espontâneo e forte.

---

<sup>206</sup> Idem, p.677.

<sup>207</sup> Idem, p.677.



O reencontro, a conclusão

Quando retorna ao Rio de Janeiro, quer evitar a publicidade com a fama que conquistara nas batalhas sulistas e pouco comenta sobre o que vivera, apesar da procura de curiosos e amigos. Ao receber um bilhete de Maria Cora felicitando-o, resolve procurá-la. Ela está de luto. Falam de tudo um pouco, menos do marido morto. Passam-se alguns dias, outros encontros e só então resolve ser direto, a seu modo. Pede-lhe — via carta — sua mão em casamento. Ela não responde e viaja para a Tijuca. Inquirida quando retorna, dessa vez, de modo direto, diz que não pretende casar, deixando-o atônito.

Ele insiste, diz que aguardaria passar o luto. Maria Cora fala não estar certa sobre a morte do marido. Ele resolve contar-lhe sobre a luta e a morte de João da Fonseca e lhe apresenta a mecha do cabelo do falecido, que levava como prova. Fala até do desespero de Prazeres, com “o fim de irritá-la contra a memória do defunto”. Quando Maria vê os cabelos, sua reação deveria destruir qualquer intenção de Correia: “atirou-se a eles, recebeu-os, beijou-os, chorando, chorando, chorando...”. Só aqui ele resolve desistir, mas o choque derradeiro vem com uma carta escrita pela própria: “Compreende que eu não podia aceitar a mão do homem que, embora lealmente, matou meu marido”.<sup>208</sup>

Correia não se deu conta, mas se deparou com um dos assuntos mais debatidos em Machado de Assis: a inconstância humana. Essa inconstância, ironicamente apresentada no conto “A Igreja do Diabo”, *Histórias sem data*, de 1884, faz parte das atitudes humanas e (com grande ênfase na obra machadiana) das atitudes femininas. Sofia, de *Quincas Borba*, e Flora, de *Esau e Jacó* são apenas dois exemplos clássicos de como se portam as mulheres de seus textos. Maria Cora faz parte dessa galeria de grandes mulheres, que desejam muito, não sabem bem como nem porque, e não conseguem lidar com isso nessa sociedade patriarcal. O narrador nos lembra, ao final do conto, a frase dita por ela antes dele partir para o Sul: “não creio que ninguém me ame com tal força”, que lhe motivou a aventura guerrilheira. Mesmo sua prova de amor não seria suficientemente grande para ela casar com o assassino de seu marido, apesar dela incitá-lo.

---

<sup>208</sup> Idem, p. 680. Todos os trechos entre parênteses desse parágrafo são dessa página.

A inconstância de Maria Cora proporcionou a Correia viver a batalha sulista e a nós leitores uma pitada do quão sanguinária fora essa triste página da história brasileira vista através do olhar machadiano. O que precisa ficar claro nessa análise é que não estamos dizendo que Machado de Assis resolve fazer um tratado sobre a Revolução Federalista. O que afirmamos é que ele faz uso da Revolução para traçar um perfil humano, para mostrar o quão longe pode ir um homem por um desejo, por uma paixão. A história com H maiúsculo, pouquíssimas vezes usada pelo escritor, serve como um pano de fundo, mas um pano de fundo que participa da ação, impõe sentimentos às personagens.

Pano de fundo que divide as atenções do leitor com o belo registro do que foi e era a cidade do Rio de Janeiro do século XIX, do centro urbano mais movimentado e elegante do país, visto sob a ótica de uma personagem *voyeur*, de um observador privilegiado, Machado de Assis, filtrado pelo abastado e desocupado Correia. Seu olhar seguindo Maria Cora pelo centro da cidade já vale uma leitura do conto.

### 2.3.2 – “Um Capitão de Voluntários” – Guerra do Paraguai (1864-1870)

Nesse conto, encontramos pouquíssimas referências urbanas, se levarmos em conta o conjunto dessa coletânea estudada. Inicia por uma terceira pessoa que diz ao leitor ser a história a seguir redigida por Simão de Castro, que foi para Europa após a proclamação da República. O autor gostaria de ver a carta impressa, após seu embarque. O amigo não cumpriu o combinado “por achar na história alguma coisa penosa”<sup>209</sup> e Simão, por carta, concordou com isso. Como os dois estavam mortos, o dito narrador diz não haver “igual escrúpulo” e resolve publicar tal carta. Passa-se então ao texto, ou seja, a história narrada em primeira pessoa. Mas entraremos nela em breve primeiro salientemos esse método narrativo, por não ser tão peculiar ao autor.

---

<sup>209</sup> ASSIS, v.2, p.685.

### Método narrativo: carta

Publicar uma carta de outro foi um método narrativo consideravelmente adotado em textos do século XIX. *Lucíola*, de José de Alencar, é um exemplo. Em outro não temos cartas, mas em “A Causa Secreta”, que Machado publicou em *Várias histórias*, temos a história narrada após a morte das personagens por uma terceira pessoa onisciente. A narrativa de *Esau e Jacó* também é um texto alheio, explicitado na introdução. Nesse conto, a terceira pessoa somente introduz e logo passa a palavra para o protagonista, que permite boa carga de verossimilhança. Numa narrativa que não quer a fantasia nem o entretenimento fácil, deixar a personagem falar dá força à narrativa, mais ainda se essa for tratar de adultério, como é o caso de “Um Capitão de Voluntários”.

E nessa carta Simão de Castro trata da admiração dele pelo dono de uma casa de quem ficou amigo e passou a freqüentar, ao jantar e à noite. Lembra que o jantar era servido cedo em 1866 e nos diz que, quando ia lá, “O sol ainda entrava pela janela, donde se via um morro com casas em cima. A janela oposta dava para o mar”. Além disso, informa que “os móveis da sala eram poucos, os ornatos raros, tudo simples”.<sup>210</sup> Não diz a rua nem o bairro, mas diz que a história se passa no Rio de Janeiro o que quer dizer muito pouco, pois a maioria das histórias machadianas se passam no Rio. Sem sabermos onde mora a personagem, fica difícil defini-la. Mas não impossível.

### Situando a residência: uma tentativa

O autor diz que não irá revelar o nome do amigo nem o endereço da casa. Mas, através das informações fornecidas por ele, podemos formular uma hipótese de endereço para essa residência. Simão de Castro informa que a casa tem vista para o mar e para um morro habitado, isso na década de 1860. A casa do amigo de Simão era de pessoas simples, não tinham muitas posses. Havia somente duas regiões similares, em pontos opostos da cidade do Rio de Janeiro (hoje em dia há várias). Uma delas era a região entre a praia de Santa Luzia e os morros do Castelo e de Santo Antônio. A outra era para os lados do Morro da Conceição, Livramento e da

---

<sup>210</sup> Idem, p.686.

Saúde, que tinham diante de si as praias Formosa, Gamboa, Saúde e Valongo. A segunda opção é mais plausível, por dois motivos: um geográfico e o outro social.

A questão social mostra que entre o Valongo e a Formosa moravam muitas pessoas de origem simples, em sua grande parte, sustentadas pelo trabalho braçal. Essa região se estendia onde hoje é a Praça Mauá e iria até as proximidades da atual rodoviária do Rio de Janeiro. A questão geográfica nos indica essa região porque o sol entrava pela janela em que se via o “morro com casas em cima”.

Essa casa só poderia ficar nesse local, pois assim ficaria entre o mar e deixaria o sol entrar pela janela onde se via o morro no final de tarde. Essa conclusão se deu utilizando um mapa do século XIX e uma bússola, levando em consideração que o sol se põe no oeste, logicamente, ficando as praias do Valongo ou da Saúde ao leste dessa casa.

Essa hipótese torna-se mais plausível quando lembramos o quanto Machado de Assis registrava essa região em seus textos. Encontramos essas praias em “Conto de escola”, “Noite de Almirante” e, com um detalhamento quase nostálgico, no romance *Quincas Borba*. Para reavivarmos nossa memória, há um trecho belíssimo, em que Rubião vai à casa do seu amigo Freitas, que convalescia. Ele morava na praia Formosa. Quando de retorno, o mineiro desce do tálburi e caminha pela beira da praia:

“Entretanto a praia ia mudando de aspecto. Dobrava para o Saco do Alferes, vinham as casas edificadas do lado do mar (...) Foi ainda a pé durante largo tempo; passo o Saco do Alferes, passou a Gamboa, parou diante do cemitério dos Ingleses, com os seus velhos sepulcros trepados pelo morro, e afinal chegou à Saúde. Viu ruas esguias, outras em ladeira, casas apinhadas ao longe e no *alto dos morros* (grifo nosso), becos, muita casa antiga, algumas do tempo do rei, comidas, gretadas, estripadas, o caio encardido e a vida lá dentro. E tudo isso lhe dava (*a Rubião*) uma sensação de nostalgia...”<sup>211</sup>

Toda essa região era habitada pelo mais variado tipo de pessoas, mas quase todas eram desprovidas de posses. Freitas não tinha dinheiro para remédios e as casas eram antigas, envelhecidas, conforme vemos no trecho. A casa citada no conto “Um capitão de Voluntários” possuía poucos móveis, todos simples. Para não perdermos a oportunidade, vamos aproveitar o romance *Quincas Borba* para

---

<sup>211</sup> ASSIS, 1978, cap.LXXXVI.

apresentar outro exemplo de como o cenário é importante para caracterizar as personagens.

As mudanças de endereço do casal Palha no romance pode ser usado para mostrar o progresso social e financeiro do casal. Primeiro eles moravam em Santa Teresa, bairro próximo do centro, local insalubre para a época. Com a sociedade feita com o dinheiro de Rubião, mudam-se para o Flamengo, região de uma espécie de classe média bem resolvida. Depois, quando desfeita a sociedade, Rubião enlouquecido e consolidado como homem de negócios, Palha manda construir um casarão no Botafogo, o bairro mais elegante para a época. Rubião faz o trajeto contrário. Vai morar primeiro no Botafogo, local para os abastados: “Em outubro, Sofia inaugurou os seus salões de Botafogo, com um baile, que foi o mais célebre do tempo”.<sup>212</sup> Quando Rubião fica pobre e louco, antes de ser internado num sanatório, mora numa casinha alugada por Palha, a pedido da benévola D. Fernanda, nas proximidades da praia, na Rua do Príncipe, que de luxo, só possuía o nome. Ficava na beira do mar, local para pobres, conforme pudemos confirmar no conto “Noite de Almirante”. Vejamos mais esse exemplo.

Genoveva descumpra a promessa feita ao marinheiro Deolindo Venta-Grande que lhe seria fiel e lhe esperaria, em “Noite de Almirante”, conto que saiu em 1884, em *Histórias sem data*. Quando esse retorna do mar, questiona enfurecido onde ela morava e ouve que se mudara: “— Na praia Formosa, antes de chegar à pedreira, uma rótula pintada de novo”.<sup>213</sup> Uma mulher que vivia com um mascate morava na praia Formosa, afastada do centro e, principalmente, dos bairros abastados. A única exceção é o bairro de São Cristóvão, local onde ficava a Quinta do Imperador e residência de muitos políticos, como vimos no conto “Marcha fúnebre”, analisado nesse trabalho.

Além dos textos machadianos, ele próprio circulou por essas paragens, afinal, nascera nas proximidades, no morro do Livramento. Nesse exercício de conjecturas, tentando imaginar onde morava o casal de nossa história, chegamos a um endereço hipotético pela dica geográfica do texto e pela análise da evolução territorial da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>212</sup> ASSIS, 19, CXCII, p.

<sup>213</sup> Idem, p.448.

E essa região tem mais uma motivação para aparecer nessa coletânea de contos. Ela é totalmente modificada com a construção do moderno cais do porto pela Comissão de Melhoramentos, grupo formado em 1890 e comandado por Paulo de Frontin. Os aterros transformam totalmente o local. O que era praia vira um corredor de concreto linear, perdendo totalmente as características do século XIX descrita em *Quincas Borba*, romance que vem a público em 1891, logo depois de publicado ao Relatório Anual do Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas. Porém a obra só é iniciada em 1904, quando o presidente Rodrigues Alves ordena uma reestruturação completa da cidade. O porto demora um pouco mais que a Avenida Central para ser inaugurado, ficando pronto somente em 1908. Durante esse período, nosso escritor se debatia com a contabilidade dessa obra, afinal era o Diretor-geral dessa área do ministério. Toda a região foi modificada, as residências, que na metade do século imperial disputavam com os armazéns de importação e exportação seu espaço, cederam totalmente seu lugar a barracões e a gente de baixíssimo nível, até de meretrício. As pessoas simples da região, como as personagens desse conto, foram se retirando para os subúrbios afastados do centro.<sup>214</sup>

O escritor sabia, desde quando surgiram os projetos iniciais, até o início efetivo das obras, que a região que fora cenário de muitos de seus textos, deixaria de existir. Ela ser cenário, ainda que de modo indireto e sutil, de um conto publicado no final de sua carreira, é quase que uma homenagem. A época em as casas simples tinham vista para o mar e para o morro deram espaço para o surgimento de uma modernidade cinzenta de cimento armado. Mas voltemos à história do conto e à casa citada pelo narrador.

#### De volta ao mistério

Nessa tentativa voluntária de ocultar o endereço, que tentamos desvendar, o narrador tenta ocultar o nome de uma das personagens com um misterioso X. Ao final do conto, diferentemente do endereço, temos a revelação que o nome da pessoa era Emílio. Conheçamos esse homem. Forte, robusto e vivendo os seus quarenta anos de idade, ao contrário do narrador, rapaz franzino, que tem somente vinte e quatro anos e nenhuma experiência quando se conhecem. Simão de

---

<sup>214</sup> Um grande apanhado histórico e geográfico dessa região está nos capítulos *Santa Rita e Saúde e Valongo e gamboa* no livro de GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. RJ, Liv. Brasileira, 1965.

Castro confessa grande admiração pela figura altiva do outro e conclui o perfil com um comparativo literário importante: “Enfim, — e este rasgo é capital — havia nele uma fibra castelhana, uma gota de sangue que circula nas páginas de Calderón, uma atitude moral que posso comparar, sem depressão nem riso, à do herói de Cervantes”.<sup>215</sup>

Por que o narrador diz ser este “rasgo capital”? Ter fibra castelhana, para nós, que vivemos no sul do Brasil, é bastante compreensível; significa ter bravura, força e rompante. Essa lenda saiu da vida real, entrou pela literatura (eternizada na figura de Capitão Rodrigo Cambará, no monumental *O tempo e o Vento*) e enveredou até para os campos de futebol durante o século XX. Mas comparar essa fibra com a “atitude moral” de Dom Quixote é uma mistura, no mínimo, curiosa. Quixote era movido por intenções nobres, apesar de atacar inimigos inexistentes e fazer muitas besteiras. Podemos dizer que, de certa forma, encontraremos em Emílio uma atitude fleumática e quixotesca ao mesmo tempo. Entendamos seus motivos.

X, melhor, Emílio vive amigado com Maria, moça dos seus vinte e sete anos que possui uma filha que vive em colégio interno. Simão de Castro informa que tinha para com o casal uma relação respeitosa. Frequentava a dita casa mesmo depois de ter arrumado um emprego no banco, o que confirma a condição social baixa de Emílio e sua companheira, em contrapartida à ascensão social do jovem: “Quando comecei a ir ali, não tinha ainda o emprego no banco. Só dous ou três meses depois é que entrei para este, e não interrompi as relações”.<sup>216</sup> Preservou e ampliou sua relação com Simão e Maria, segundo ele, por influência de um novo conviva, Barreto. Vamos aos fatos.

#### As mulheres machadianas

Barreto era um jovem “alegre e rumoroso” que: “Uma noite, como saíssemos de lá, encaminhou a conversa para as duas mulheres, e convidou-me a namorá-las”. Barreto se dispõe a seduzir Raimunda, amiga de Maria que frequentava a casa. Caberia a Simão conquistar a mulher de Emílio, o amigo que tanto admirava. Firmam o acordo. O interessante na personalidade de Simão é que não titubeia diante

---

<sup>215</sup> Idem, p.686.

<sup>216</sup> Idem, p.686.

da proposta do outro, aceita e considera tudo “natural e necessário”. E complementa que não amara ninguém até então e isso o atrapalhava, além de:

“Maria era a companheira de meu amigo. Digo isto, não para explicar escrúpulos, mas unicamente para fazer compreender o meu acanhamento. Viviam juntos desde alguns anos, um para o outro. X... tinha confiança em mim, confiança absoluta, comunicava-me os seus negócios, contava-me cousas da vida passada. Apesar da desproporção da idade, éramos como estudantes do mesmo ano”.<sup>217</sup>

Fica claro aqui que Simão, apesar de citar a amizade e a confiança, não está preocupado com isso. Ele está unicamente *acanhado* pelas circunstâncias da amizade. E o sentimento que começa a nutrir por Maria começa a ser notado por ela. Um episódio nos correios amplia seu interesse. Simão encontra Maria quando esta vai encaminhar uma carta para a Bahia, sua terra natal. Ele a ajuda e: “À porta ia dizer alguma coisa, quando vi entre nós, parada, a figura de X... — Vim trazer a carta para mamãe, apressou-se ela em dizer”.<sup>218</sup> E seguiu para casa, deixando os dois homens conversando sobre o quê? Maria. Emílio passou a falar dela, a dizer que Maria era “séria e boa”, e que pretendia morrer com ela, mesmo não sendo casado oficialmente.

O nervoso Simão de Castro não sabia como agir. Tinha receio de falar alguma besteira devido a sua inexperiência e pouco falava. Mas, segundo ele, Emílio não deve ter notado nada. E pior. Seu sentimento de desejo por ela ficou mais aguçado, dado aos elogios que ouviu a respeito do caráter da moça, elogios feitos por Emílio. Tanto não teve remorsos prévios que, após o jantar, foi a casa deles novamente. Nesse momento, é introduzido o assunto histórico do conto: a Guerra do Paraguai.

Simão pensou em se alistar junto aos Voluntários da Pátria e Emílio diz que nem se o fizessem coronel iria para a guerra. Ele simpatizava com Solano Lopez, para ele, seria melhor para o Brasil aliar-se aos paraguaios que aos argentinos. Os dois só voltam a falar disso mais adiante e devemos aguardá-los para entender a situação. Voltemos ao trio.

---

<sup>217</sup> Idem, p.687.

<sup>218</sup> Idem, p.687.



Maria não veio à sala e Simão propõe um jogo de cartas, ansioso por vê-la após o episódio dos correios. Emílio vai chamá-la e ela se nega inicialmente e, quando aparece, diz estar com dor de cabeça, querendo dormir cedo, mas aceita jogar um pouco. Eis que, durante o jogo, enquanto o marido sai da mesa para buscar tabaco:

“Maria fez então um gesto que não sei como diga nem pinte. Ergueu as cartas à altura dos olhos para os tapar, voltou-os para mim que lhe ficava à esquerda, e arregalou-os tanto e com tal fogo e atração, que não sei como não entrei por eles. Tudo foi rápido. Quando ele voltou fazendo um cigarro, Maria tinha as cartas embaixo dos olhos, abertas em leque, fitando-as como se calculasse.”<sup>219</sup>

Aqui encontramos a assinatura machadiana: *o olhar* de Maria. Como Sofia e Capitu, Maria busca usar de sua arma mais poderosa. Até a frase de Simão é parecida, mas não igual, a de Bentinho, “Traziam não sei que fluido misterioso e enérgico, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia, nos dias de ressaca”.<sup>220</sup> Maria sentira no ar e nos olhares de Simão seu interesse e agora parecia estar pronta a retribuir, mas mantendo a seriedade que era sua marca. Podemos enxergar nela a dissimulação típica das mulheres machadianas. Atitude um tanto necessária à sobrevivência das mulheres de então e de sempre. Mas essa era mais ousada que Capitu e Sofia juntas — pelo menos nas atitudes comprovadas de ambas. Quando se despede de Simão ao portão, dá-lhe um beijo na boca e coloca em sua mão um bilhete, marcando um encontro para uma hora da tarde do outro dia nas barcas para Niterói.

Após o impacto desse primeiro contato íntimo, Simão de Castro circula atordoado pelo centro do Rio de Janeiro e o narrador nos dá as primeiras referências urbanas explícitas do texto: “Andei até ao Largo de S. Francisco de Paula. Tornei a ler o cartão; (...) fui cear ao Hotel dos Príncipes. Não dormi antes da madrugada”.<sup>221</sup> Essa citação a uma rua em específico é exceção nesse conto. O narrador Simão não se ateu as ruas do Rio de Janeiro. Não iremos nos ater também, por falta de subsídios.

---

<sup>219</sup> Idem, p.689.

<sup>220</sup> ASSIS, 2001, cap.XXXII, p.58.

<sup>221</sup> Idem, p.690.

Quando chega às barcas, ela o aguarda com uma capa e um véu sobre o rosto. Poucas pessoas embarcam na balsa. Conversam a respeito de alguns assuntos, menos sobre Emílio, mas dizem sentir-se como traidores do amigo. Convida-a para desembarcar em Niterói ou entrar num carro de praça, mas ela, apesar dos olhares e das mãos apegadas, respondeu-lhe: “que idéia faria de mim?”, demonstrando um pudor que não combinava com a situação, mas, talvez sim, com seu recato.

Essa mulher, do mesmo modo que Maria Cora, serve na obra machadiana como exemplo da brasileira mais legítima. Baiana que fora educada na região da campanha do Rio Grande do Sul, vive amigada com um homem mais velho na grande cidade do Rio de Janeiro. Ela representa um pouco do que era o Brasil no Segundo Reinado, um país que centralizava suas riquezas na capital do país. O recato de Maria misturado com sua ousadia é o que a mulher brasileira dos dezenove tem de mais seu: “não podes imaginar o que vinha a ser essa bela criatura, que tinha em si o fogo e o gelo, e era mais quente e mais fria que ninguém”.<sup>222</sup> Maria era e foi isso ao longo dos três meses que durou o idílio entre ela e Simão. E, do mesmo modo que começaram os encontros, foi por iniciativa dela que terminaram.

Maria alegou desconfias e uma perseguição, mas, segundo o narrador, foi por desinteressar-se dele que abandonou os encontros. Ele se desespera e, como Camilo em “A cartomante”, deixa de freqüentar a casa dos amigos, ampliando possíveis desconfianças. Quando retorna à convivência, disfarça mal. Acaba usando o amigo Barreto de confessor e Raimunda como intermediária. Maria não cedia. Eis que o narrador nos remete novamente à História do Brasil.

Simão encontra nos jornais o nome de Emílio como um dos tantos voluntários da pátria, alistado como capitão, pronto para embarcar para a Guerra do Paraguai que ele, Emílio, dissera que não iria nem se fosse nomeado coronel. No início, feliz por poder ficar sozinho com Maria, depois intrigado pela mudança de opinião do amigo, resolve visitá-los depois de três semanas de ausência. Emílio confirma a viagem, trata-o bem, mas diferente do costume. Fica sabendo depois, por meio de Barreto, que ele provavelmente escutou um trecho do diálogo de Raimunda e Maria sobre o caso que ela tivera com Simão.

---

<sup>222</sup> Idem, p.691.

Jantam os três, Maria distante, Emílio falante e Simão de Castro constrangido. Ainda assim, Emílio não se mostra com raiva nem distante do narrador. Fala da guerra e até combina um almoço para sua volta. Três semanas depois do embarque de Emílio, Maria não permanece no Rio de Janeiro, embarcando para o Rio Grande do Sul, sem uma única conversa com Simão. Em menos de um ano, chegou a notícia da morte de Emílio em combate “no qual se houve com mais denodo que perícia” e que Maria morrera em Curitiba ou em Montevidéu, sem maiores detalhes. Simão ficou somente com os remorsos e a admiração pelo homem que o fazia sentir-se pequeno. Analisando psicologicamente o perfil de Simão de Castro, poderíamos dizer que essa admiração escondia um desejo, não muito compreendido pelo próprio Simão, por Emílio. Mas não é essa a intenção desse trabalho. Fiquemos com a história.

#### Uma história, a História

A História, com H maiúsculo, não é temática corriqueira na obra machadiana. Críticos como Roberto Schwarz vêem em romances machadianos, como *Iaiá Garcia*, muito da História de nosso país, dizendo que as referências à guerra, nesse livro, são uma forma direta, mas não acertada, de fazer realismo literário: “O episódio da Guerra do Paraguai é uma tentativa neste sentido”.<sup>223</sup>

Em “Capitão de Voluntários”, temos isso realizado de maneira apropriada. Ao contrário do que fizera no romance de 1878, no conto o autor tangencia a Guerra do Paraguai, sem entrar profundamente no debate sobre a importância ou no que foram os voluntários da pátria. O autor usa a guerra como saída honrosa para um homem que se sentiu traído por sua companheira e por seu melhor amigo. Quixotesicamente, para usar a expressão do narrador no início do conto, Emílio fez uso de sua “fibra castelhana”, enfrentando a morte em campos paraguaios. Essa morte foi relevante para o conto, apesar de ser relatada por alto. A morte de milhares de brasileiros e a destruição de um país motivada pela ambição de um homem, Solano Lopez, e a política estratégica de uma nação, a Inglaterra, que manipulou o Brasil e a Argentina, não são assuntos para a obra ficcional de Machado

---

<sup>223</sup> SCHWARZ, 2000, p.155 E GLEDSON, 1986. Analisam a proclamação da República que aparece em *Esau e Jacó* e abolição da Escravatura que surge em *Memorial de Aires*. Chalhoub discute a Lei

de Assis. Ele, apesar de provavelmente ter acompanhado e dominar o assunto, não adentrou na temática profundamente, nem à época, nem depois.

Emílio encontrou na guerra uma solução para seu problema de relacionamento. Ele, que considerava Solano Lopez um aliado melhor que os argentinos, acabou preferindo lutar contra o ditador paraguaio. Notem como o autor coloca um personagem a favor da guerra contra Solano, Simão, e outro sugerindo que deveríamos atacar a Argentina, Emílio. Machado de Assis, como de costume, não expõe sua opinião, mas coloca a opção nas mãos das personagens, deixando ao leitor os dois lados da mesma situação.

Como Emílio não encontrou forças para enfrentar a dor de ser traído pelas duas pessoas mais caras de sua vida, preferiu a fuga, abandonar sua casa e cidade, mesmo discordando da posição contrária aos paraguaios que o Brasil adotara na guerra. O ser humano toma atitudes muitas vezes incompreensíveis. As personagens machadianas fazem uso de soluções externas para resolver problemas internos. Não diríamos que Emílio solucionou, nesse caso, mas deu fim a um dilema que não conseguiu encontrar uma solução prática que não fosse contra os sentimentos que tinha por Maria ou por seu “amigo” Simão de Castro.

Problemas em relacionamentos são os assuntos prediletos dos textos machadianos. Para discutir a relação desse trio o autor aproximou-se de um fato histórico bastante complexo, que ele evita aprofundar-se, mas tangencia com maestria.

### **2.3.3 – “Pílades e Orestes” - Revolta da Armada (1893)**

Conto narrado em terceira pessoa, conta a história da amizade bastante próxima entre os bacharéis Quintanilha e Gonçalves. O narrador nos diz que o primeiro “engendrou” o segundo. Palavra não muito comum que significa construir, fabricar algo, nesse caso, alguém. Gonçalves montou escritório e advogou, enquanto

---

do *Ventre Livre*, que transparece nos romances da década de 1870, para citarmos alguns críticos contemporâneos que discutem a história brasileira que há na obra machadiana.

Quintanilha, que estudara com o outro, foi deputado por uma gestão e abandonou a política, não abraçando mais nada. Ganhara uma herança considerável, não precisando trabalhar, mudando-se para o Rio de Janeiro, onde estava o “*seu* Gonçalves”.

O *seu* aqui não quer dizer posse, no sentido contemporâneo, mas um costume de amigos próximos da época. As missivas que o próprio Machado de Assis trocava com seus companheiros eram, seguidamente, acompanhadas desse pronome possessivo<sup>224</sup>. Cabe também salientar que Gonçalves era “seu único amigo”, posição que causava certo ódio em seus parentes, pois Quintanilha ouvia e convivia muito próximo do amigo e distante deles.

O abastado herdeiro agia como um secretário particular do amigo, andando sempre junto a ele, auxiliando-o no que podia, mesmo sem o outro pedir. O trecho abaixo exemplifica e dá uma boa idéia de como era a personalidade de ambos:

“Às vezes, na Rua do Ouvidor, vendo passar as moças, Gonçalves lembrava-se de uns autos que deixara no escritório. Quintanilha voava a buscá-los e tornava com eles, tão contente que não se podia saber se eram autos, se a sorte grande; procurava-o ansiosamente com os olhos, corria, sorria, morria de fadiga.

— São estes?

— São; deixa ver, são estes mesmos. Dá cá.

— Deixa, eu levo.

A princípio, Gonçalves suspirava:

— Que maçada que dei a você!

Quintanilha ria do suspiro com tão bom humor que o outro, para não o molestar, não se acusou demais nada; concordou em receber os obséquios. Com o tempo os obséquios ficaram sendo puro ofício”.<sup>225</sup>

Quintanilha preocupava-se somente em agradar o amigo. Não tendo ocupação ou com o que se preocupar, detinha-se em ajudar o outro, esforçava-se para isso, não tendo olhos para outra coisa. Diferente de Gonçalves, que sabia olhar para os lados, como demonstra o trecho.

Olhar as moças passarem na Rua do Ouvidor era o esporte preferido dos jovens à época, que ficavam de casaca e chapéu alto a circular pela rua mais famosa que existia no século XIX. Vamos discorrer um pouco sobre isso e depois voltaremos aos dois.

<sup>224</sup> Cf. ASSIS, V.3, Epistolário. Muitas vezes era *teu* no lugar do *seu* que antecedia o nome do autor em suas cartas.

### O Ouvidor, local para olhar

A Rua do Ouvidor tornou-se o centro comercial da cidade após a década de 1850, quando ali começaram a se instalar as lojas que vendiam roupas e tecidos importados da França, modelo a imitar de procedimento cultural mundo afora. As classes dominantes, tanto dos EUA quanto da Rússia, passando pelo Brasil, buscavam inspirar-se e portar-se como os franceses. Tínhamos jornais editados todo na língua pátria de Balzac. O clima brasileiro não indica, mas os homens, que queriam parecer elegantes, andavam de casaca, colete e chapéu alto. As mulheres usavam os últimos modelos que as revistas e as modistas importadas apresentavam, propícios para o clima do velho mundo, pesados para o paraíso tropical brasileiro, mas obrigatórios àqueles que desfilavam na rua-vitrine que se transformara a Rua do Ouvidor na segunda metade do século XIX.

Gonçalves estava ali de passagem, mas aproveitava a ocasião para isso, observar as moças e ser observado. Esse movimento dicotômico do ver e ser visto era primordial à sociedade da Corte, em franco movimento de aburguesamento. Os chapéus elegantes e os vestidos armados eram obrigatórios para um passeio que visasse à compra de uma peça de tecido ou a um simples apreciar de vitrines. Os homens que não podiam vestir-se com traje completo eram proibidos de ingressar no centro da cidade.<sup>226</sup> Gonçalves estava *flanando* na Rua do Ouvidor, seguindo o modelo de Baudelaire, observando as moças e se deixando observar, sem a pressa que o mundo das grandes avenidas irá impor ao homem moderno. Quintanilha não chegava a esse requinte, aparentava não se importar com o movimento alheio ou o que diriam de suas atitudes. Servia o amigo, apesar de bem mais rico, sem se mostrar deslumbrado com sua posição social ou geográfica.

### O jogo de oposições

A dupla desse conto é um exemplo da elite social que formata o Brasil da chamada *Belle Époque* brasileira. Dois bacharéis, homens que faziam jus ao título de doutor, *status* máximo na sociedade de então (fora cargos públicos), *flanando* pela

---

<sup>225</sup> Cf. ASSIS, V.2, p.709,710.

rua mais famosa da cidade, circulando, sem muita preocupação, mas em situações psicológicas opostas. Gonçalves sabe da importância de ali estar, Quintanilha tem olhos somente para o amigo. Um olha para o coletivo; o outro, para o indivíduo. Na atitude dos dois encontramos uma estrutura já discutida nesse trabalho: o jogo de oposições complementares. Vamos citar um exemplo que relaciona a Rua do Ouvidor e depois comentaremos isso.

No conto o “Capítulo dos chapéus”, publicado na revista “*A Estação*”, em 1883, e depois em *Histórias sem data*, em 1884, o autor lança mão do mesmo procedimento, porém de modo mais aprofundado, utilizando duas mulheres e dando muito mais ênfase para a Rua do Ouvidor e seus transeuntes. Sofia era casada, mas gostava de por ali transitar, ser conhecida e cumprimentada por todos. Era consciente de sua beleza e de seu papel de *vitrine*, de ser vista e ver os elegantes do seu tempo, mas não só isso, de ser considerada bonita e desejável, apesar de esposa fiel. Mariana era uma acanhada dona de casa, que pensava em vingar-se do teimoso e irônico marido, agindo como sua amiga desenxabida, flertando com os homens, mas que não conseguiu se adaptar ao movimento e à voracidade dos olhares que dominavam aquela rua-vitrine. Tinha vergonha de olhar e não sabia como lidar com o seu papel de vitrine.

Quando Mariana desiste de imitar a amiga, angustiada pela exposição pública, retorna da Rua do Ouvidor para casa e diz ao seu marido que deseja o retorno do chapéu baixo, ao invés do alto, que ele comprara por insistência dela, ao amanhecer. O Ouvidor motivara sua mudança de opinião, a rua influenciava a personagem. Se fossemos citar os trechos em que aparece a Rua do Ouvidor na obra machadiana, teríamos material para outra dissertação, mas não é nossa intenção.

A Rua do Ouvidor aparece com ênfases diferentes nesses dois contos. Mas as pessoas que ali transitam, segundo a ótica machadiana, não mudaram muito desde 1883 até 1903 (ano em saiu “Pílades e Orestes” pela primeira vez). Elas continuam buscando as ruas elegantes para a observação.<sup>227</sup> Mas, num claro jogo de

---

<sup>226</sup> SEVCENKO, 1998, p.534-544. Nelas encontramos fotos de senhoras e seus vestidos na rua do Ouvidor. P.26. Isso se deu após as reformas urbanas, depois de 1905, mas representa um pouco o que era o rigor com o vestuário.

<sup>227</sup> ASSIS, 1962, p.401. É bastante interessante esse conto para vermos o quanto Machado valorizava a Rua do Ouvidor, mas não com elogios àqueles que ali transitavam, mas com sua ironia ferina.

oposições, Sofia e Gonçalves o fazem explicitamente, enquanto Mariana mostra relutância e timidez e Quintanilha um total desinteresse pelo ato de *flanar*.

Fiquemos agora somente com o conto dos amigos e continuemos a analisá-los. Gonçalves sabia portar-se como sua posição social de doutor exigia e Quintanilha, pelo contrário, não tinha opinião própria, seguindo as orientações e conselhos do amigo, sempre secundando as afirmações do advogado. Andavam sempre juntos, em que Gonçalves ia, Quintanilha o seguia, comprava-lhe presentes e fazia-lhe empréstimos. Para entendermos a personalidade de ambos, vejamos os comentários pejorativos que faziam deles e como reagiam:

“A união dos dois era tal que uma senhora chamava-lhes os ‘casadinhos de fresco’ e um letrado de Píldes e Orestes. Eles riam, naturalmente, mas o riso de Quintanilha trazia alguma cousa parecida com lágrimas: era, nos olhos, uma ternura úmida. Outra diferença é que o sentimento de Quintanilha tinha uma nota de entusiasmo, que absolutamente faltava ao de Gonçalves”.<sup>228</sup>

Vemos aí que eram bastante íntimos, causando inveja nuns e comentários maldosos noutros. O que fica claro é que sua amizade não era afetada por isso, mesmo sendo Quintanilha mais dedicado e sensível às atitudes do amigo que vice-versa.

### Mudanças...

Por isso mesmo a reviravolta no conto é impactante para a dupla de personagens. Camila se interpõem entre os protagonistas, a exemplo do que Flora fizera em *Esau e Jacó*.<sup>229</sup> Flora realça a distância que havia entre os irmãos Pedro e Paulo, enquanto Camila abala a harmonia em que viviam os amigos. Ela acrescentou uma pitada de drama ao cotidiano dos bacharéis. A amizade dos jovens era pautada pela dedicação total de Quintanilha (chega ao ponto de tornar o jovem advogado herdeiro universal de sua fortuna, sem comunicá-lo). Camila entrou na história após a morte de sua mãe, esposa de um primo de Quintanilha, com quem estava brigado

<sup>228</sup> Idem, p.711.

<sup>229</sup> GALANTE DE SOUSA, p.684-5. *Esau e Jacó* fora escrito em 1903 ou estava pronto nesse ano. É desse mesmo ano a primeira publicação de “Píldes e Orestes” no *Almanaque Brasileiro Garnier*. Salientamos isso, pois o triângulo amoroso, apesar de possuir diferença de ênfase, é bastante similar em ambos os textos. Fica isso com referência futura, pois não iremos debater o assunto.



desde que ganhara a herança. Acabou gostando dela, pois, “como não, se Camila tinha longos olhos mortais?”<sup>230</sup>

Abro novo parágrafo somente para tecer um breve comentário sobre as metáforas machadianas. Essa, por exemplo, deixa o leitor a se perguntar: como deveriam ser esses “longos olhos”? Algo difícil de imaginar, mesmo para uma mente fértil ou amante, mas forte em sua imagem, cativando a curiosidade do leitor. E, pior ainda, como seriam “longos olhos mortais”? Para ampliar o exemplo, é só lembrarmos do inesquecível e, por isso mesmo, sedutoramente mágico “olhos de ressaca” de Capitu ou o olhar de Maria para Simão de Castro em “Um capitão de Voluntários”, discutido nesse trabalho. Não precisamos aqui criar conjecturas explicativas sobre suas metáforas, não é essa a intenção desse trabalho, mas podemos salientar a abrangência de suas descrições indiretas, de como ele consegue dizer muito com tão pouco, criando uma gama de interpretações diferentes para uma mesma imagem.

Voltemos ao trio. Como dissemos, Quintanilha era inseguro, sempre precisando da opinião do outro para referendar a sua. Quando se descobre amando e desconfia que é amado, precisa contar ao amigo. A reação deste o deixa nervoso, não entende o amigo, que não valida nem comenta sua felicidade, mas mostra uma tristeza através de uma mal disfarçada indiferença.

O titubeante apaixonado tem um sonho escabroso em que Gonçalves acusa-o de tirar-lhe a amada e depois: “arrancou o coração e meteu-lho na boca. Quintanilha tentou pegar a víscera amiga (...) os queixos acabaram por fechá-la”.<sup>231</sup> O nervoso sonhador conclui que Gonçalves gostava de Camila e estava traindo o amigo. Quando juntos novamente, o advogado quis devolver-lhe o testamento lacrado, afinal, ele iria casar: “Quintanilha sentiu-lhe lágrimas na voz; assim lhe pareceu ao menos”. Então abastado herdeiro mudou seu testamento, deixando tudo a prima caso ela casasse com seu amigo: “Camila não aceitou o testamento, mas ficou tão contente, quando o primo lhe falou das lágrimas de Gonçalves, que aceitou Gonçalves e as lágrimas”.<sup>232</sup>

---

<sup>230</sup> Cf. Op. Cit. p.712.

<sup>231</sup> Cf. Op. Cit., p.714.

<sup>232</sup> Idem, p.715.

Uma questão: por que Camila ficou feliz com as lágrimas do outro, se ela aparentava gostar de Quintanilha? Pelo que estamos analisando, foi um tanto distorcida a leitura das lágrimas pelos dois, que não compreenderam bem o motivo delas. Camila não aceita a herança, mas aceita o noivo, que volta a ser herdeiro universal do abastado companheiro.

### História do Brasil

Se tivéssemos uma história romântica tradicional, teríamos o desfecho no parágrafo acima. Mas não é disso que se trata esse texto. No parágrafo final, curto e quase objetivo, temos que Quintanilha é padrinho do casamento e dos dois primeiros filhos do casal e que “Um dia em que, levando doces para os afilhados, atravessava a praça Quinze de Novembro, recebeu uma bala revoltosa (1893) que o matou quase instantaneamente”.<sup>233</sup> Na frase final do conto, há um comentário do narrador sobre o título. Não iremos discutir esse mito grego representado na peça “Electra”, de Sófocles, pois não cabe ao nosso assunto, apesar de extremamente interessante para a interpretação do conto<sup>234</sup>.

O que nos interessa nesse último parágrafo são as duas referências históricas e geográficas: a praça Quinze, existente até hoje, e o ano do assassinato em si. Conheçamos os dois mais a fundo. A praça era conhecida como Largo do Paço, sendo oficialmente reconhecida como Largo D. Pedro II até o final de 1889, quando passou a chamar-se Praça Quinze de Novembro em homenagem a Proclamação da República. Gradativamente esse espaço perdeu sua importância, pois o governo, agora republicano, não ocupa mais o antigo Paço Imperial, mudando-se em definitivo, em 1897, para o palácio do Catete, que foi casa oficial do governo federal até a construção de Brasília.

A mudança de nome desse largo ou praça foi uma das primeiras atitudes provocadas pela mudança política ocorrida no Brasil. Era no Paço Imperial que o Imperador Dom Pedro II deveria trabalhar (mesmo nós sabendo que ele nunca foi

---

<sup>233</sup> Idem, p.715.

<sup>234</sup> Idem, p. 715. “Orestes vive ainda sem o remorso do modelo grego. Pílades é agora o personagem mudo de Sófocles”. Segundo o mito grego, Orestes é exilado e criado como irmão de Pílades, tornando-se amigos inseparáveis. Orestes, irmão de Electra, volta para casa e mata sua mãe e seu amante, responsáveis pela morte de seu pai, Agamenon. Orestes enlouquece pelo remorso. Pílades

muito dedicado aos trabalhos burocráticos), e próximo ao cais Pharoux, o mais chique e importante do Brasil do segundo império. Dom Pedro II partiu dele quando se foi e todos que partiam para a Europa faziam uso dele.

No Brasil do século XIX ser funcionário do governo trazia, pelo menos, algum conhecimento. Como vimos no capítulo em se trata da vida funcional de Machado de Assis, Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva participaram do governo provisório que assume a República. Quintino, além de amigo, fora o primeiro ministro no período republicano, ainda que por pouco tempo, da secretaria em que Machado era Diretor de Comércio. Apesar de não fazer parte do governo, Machado de Assis deve ter sabido em primeira mão dessa e de outras tantas mudanças que vieram ao reboque do governo republicano.

Façamos uma questão pertinente: que motivo teria o narrador machadiano para matar Quintanilha exatamente nesse local e nessa data? Poderia ter-lhe dado cabo em qualquer outra situação, um assalto a mão armada, quem sabe?<sup>235</sup> Mas façamos conjecturas com fatos e menos com a imaginação. Já começamos a falar do local, falemos da data. Quintanilha morre em 1893, data que faz referência direta ao ano em que a cidade do Rio de Janeiro se depara com a Revolta da Armada, que agitou a cidade e o país por algum tempo, só controlada após a intervenção enérgica do Marechal Floriano Peixoto, então presidente do país.

Lima Barreto faz uma alusão à Revolta, usando de seu pessimismo e ironia, aprendidos, de certo modo, com a leitura do mestre Machado de Assis:

“Com o tempo, a revolta passou a ser uma festa, um divertimento da cidade... (...) No cais Pharoux, os pequenos garotos, vendedores de jornais, engraxates, quitandeiros focavam atrás das portadas, dos urinários, das árvores, a ver, a esperar a queda das balas; e quando acontecia cair uma, corriam todos em bolo, a apanhá-la como se fosse uma moeda ou guloseima”.<sup>236</sup>

Como podemos ver, a tal da Revolta virou uma atração circense, na descrição de Barreto — que também foi funcionário público federal, como Machado

---

casa com Electra e assume o governo. Machado diz que Orestes vive (Gonçalves) sem o remorso. Estará sugerindo que o Gonçalves deveria culpar-se pela morte do amigo ou pela posse de Camila?

<sup>235</sup> Se fosse no Rio de Janeiro da virada do século XX para o XXI, uma bala perdida não seria algo extraordinário, como os jornais não nos deixam esquecer. Mas na cidade do século XIX não deveria ser algo comum nem o assalto, nem a bala perdida.

<sup>236</sup> BARRETO, 1997, p. 145.

de Assis, porém sem sucesso burocrático nem reconhecimento literário à época em que era vivo. Há uma diferença entre os dois escritores: Lima Barreto *enxerga* os pequenos e desvalidos, os “engraxates e quitandeiros”. E, apesar disso, retrata com maestria irônica o presidente Floriano Peixoto, representante da classe dominante, nesse livro. Enquanto Machado de Assis prioriza focalizar em sua obra, e em específico nesse conto, os herdeiros e bacharéis.

Mas voltemos aos tiros. Nesse trecho de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado em 1911, notamos que tiros a esmo eram algo comum durante o tempo em que os navios revoltosos estavam fundeados às margens da cidade, no final de 1893 e início de 1894.<sup>237</sup> O cais Pharoux é conectado à Praça Quinze de Novembro. Lima Barreto faz um apanhado detalhado, mostrando o tiroteio e balas perdidas fazendo parte do cotidiano. Machado de Assis, ao contrário, sugere, nas entrelinhas do texto, que o projétil que assassinou Quintanilha, foi um dos tantos disparados pelos revoltosos sobre a cidade.

Entendamos um pouco mais o que significou a Revolta da Armada para compreender seu papel no texto machadiano. Foi um movimento deflagrado pelos comandantes dos navios — coordenados pelo almirante Custódio de Melo — que estavam indignados com os caminhos republicanos que a nação estava tomando nas mãos do governo civil e, principalmente, dos militares do Exército. É sabido e notório que o comando da Armada brasileira era todo ele formado por uma elite ligada a nobreza imperial. Ou seja, os vínculos e ideais da Revolta tinham âncoras pré-republicanas, eles faziam parte do grupo social que fora alijado do poder e eram obrigados a ver um déspota como o marechal do exército Floriano Peixoto mandar e desmandar com mão de ferro, que acabou lhe valendo a alcunha de “Marechal de ferro”. Não temos nenhum registro que comprove a simpatia do funcionário público Joaquim Maria nem do escritor Machado de Assis ou pela revolta, muito menos pelo Marechal. Mas sabemos que, conforme vimos no primeiro capítulo desse trabalho, o burocrata nunca escondeu sua simpatia com o governo imperial. Isso não quer dizer que considerava o governo de Floriano algo valoroso. Tanto que não há como identificarmos sua opção política em sua obra literária.

---

<sup>237</sup> FLORES, 1996, p.49 e 50.

Tecendo uma analogia histórico-literária.

Resumindo o já dito: Quintanilha, apesar de bacharel em Direito, nunca precisou trabalhar, ganhou uma fortuna de herança e não fez muitos esforços para preservá-la, emprestando sem cobrar juros aos amigos, vivendo de rendas. Esse perfil aproxima-se do perdulário Rubião de *Quincas Borba*. Já Gonçalves, ao contrário, precisava trabalhar advogando para sustentar-se, fazia dívidas que tinha dificuldades para pagar, muitas vezes, recorrendo ao amigo. Apesar disso tudo era um tanto *bon vivant*. Quintanilha gostava de Camila e Gonçalves, mesmo sabendo disso pelo próprio, não hesitou em aceitar o casamento armado por aquele que tudo fazia por ele, inclusive ceder sua única amada. Continuam convivendo, sendo ele padrinho e tudo o mais, até que morre alguns anos depois, exatamente em 1893.

Voltando ao fato histórico, esse ano foi marcado pela revolta já comentada sendo essa considerada pelos historiadores como o último estertor dos representantes do Império, daqueles ainda vinculados ao governo pré-republicano. Fala-se de Canudos, 1897, como revolta tentativa de resgate do Império, mas Euclides da Cunha tratou de desmistificar isso em “Os sertões”, em 1902.<sup>238</sup> Vamos exercitar nossa capacidade de criar conjecturas.

O imperador Dom Pedro II nunca fez muito para manter-se na posição de comando da nação, deixando a cargo dos gabinetes, ora Liberal, ora Conservador, tocar o país, fugindo de compromissos mais difíceis, como a assinatura da Lei Áurea, em 1888, que sobrou para a Princesa Isabel assinar a Lei, pois surgira uma viagem importante e inesperada para Dom Pedro. O governo imperial deu pouca atenção à amada pátria, deixou frestas mal vedadas, por onde o movimento republicano olhou, gostou e adentrou ao poder. Assumiram, quase sem esforços, a bela noiva e recebendo de herança toda uma nação. Parecido com a situação que viveu Gonçalves, que recebe a noiva e a herança do amigo.

Herança por herança, Dom Pedro II recebera de pai para filho, com menos esforço ainda, aos moldes de Quintanilha. Do mesmo modo que a personagem de Machado cedeu sua paixão Camila ao advogado Gonçalves, que pouco fez por merecer, tanto a noiva, quanto a herança. D. Pedro II gostava do Brasil, mas nada fez

---

<sup>238</sup> CUNHA, 1979. Ele desmente os informes que foram disseminados na imprensa do centro do país sobre as intenções de Antonio Conselheiro. Mostra que as preocupações do líder messiânico era a

quando pressionado, simplesmente abriu mão de seus direitos indo embora do país. Quintanilha cedeu ao “beijo” e à tristeza mal interpretada do amigo.

Essa analogia que fazemos é um tanto ousada, mas a obra machadiana nos dá margem para tanto. John Gledson faz uma relação similar quando debate a oposição República *versus* Império que encontra no romance *Esau e Jacó*,<sup>239</sup> já comentado nesse sub-capítulo sobre a História do Brasil. Lembramos que o conto “Píldades e Orestes” e o romance citado são produzidos em 1903.<sup>240</sup>

### Retomando...

Não estamos aqui dizendo que Machado de Assis tenha maquiado na figura dessas personagens um debate sobre o fim Império e início da República. Mas queremos lembrar que a história velada, o algo mais que Machado gostava de deixar para seu leitor mais atento, sempre fora sua predileção. O ato de não dizer tudo era uma busca constante em suas obras. Nosso autor buscou olhar para seu mundo e seu tempo, observando suas transformações, sem necessariamente registrá-las nem de modo direto e objetivo, como fizera Lima Barreto, nem no tempo presente, como fazia em suas crônicas<sup>241</sup>.

Em sua ficção, como pudemos ver nesse conto, o escritor preferia trabalhar o passado, com o passado. Gonçalves assume a noiva e a herança. A “república dos bacharéis” recebe o país, controlando-o com o apoio do exército. A Armada, que representava valores imperiais, é esmagada com o fim da Revolta. Quintanilha, como a Armada, recebe um tiro perdido na praça que marcava o início de um novo governo, do governo republicano. Como vemos, pode-se ler o país na obra machadiana.

---

sobrevivência daquele povo e uma administração autônoma, que não necessitasse pagar impostos a um governo centralista.

<sup>239</sup> GLEDSON, 1986, p. 161-214. Nesse capítulo do livro, Gledson aborda a contextualização histórica que Machado de Assis faz quando da passagem do Império para a República.

<sup>240</sup> GALANTE DE SOUSA, 1955, p. 684.

<sup>241</sup> Cf. ASSIS, 1962, V. 3, p. 591. É interessante observar o tom irônico do narrador da crônica quanto à banalidade em que se transformaram os tiros dos vasos de guerra da Armada: 12/11/1893 “...quando pela vez desci na Praia da Glória, a pretexto de ver o bombardeio. Estive ali uns dez minutos, os precisos para ouvir um homem (... *que*) defendia a tese de que os tiros eram necessários.”

## CONCLUSÃO

A primeira conclusão a que chegamos é um tanto óbvia: a obra de Machado de Assis é grande e, por isso mesmo, suscita diferentes leituras. Essa dissertação de mestrado é uma prova disso. Procurou-se nesse trabalho não ser repetitivo, apesar de necessário revisitar uma parte de fortuna crítica machadiana. A intenção primária de nosso trabalho é acrescentar novas luzes à leitura da obra de Machado de Assis. Para tanto, dividimos o trabalho em duas partes que, em alguns momentos, se imbricam. Vejamos alguns fatores que consideramos relevantes em nosso trabalho.

No capítulo referente às atividades do burocrata Joaquim Maria, em que constatamos que ele era investido de um alto cargo técnico do governo federal, conhecemos um pouco de sua idoneidade e caráter. Sua vida pessoal e profissional, apesar de comentada por biógrafos citados ao longo de nosso trabalho, é pouco conhecida e poucas provas existem sobre o que ele fez. Machado de Assis não tecia comentários por escrito sobre sua vida e preferia não expor sua intimidade para os amigos. Tentamos nos aproximar de quem ele foi como burocrata, traçando um perfil de suas atividades.

Constatar que alguns conhecimentos do burocrata Joaquim Maria — de maneira indireta e na maior parte das vezes implícita — são visualizáveis em alguns momentos em sua obra literária, foi o pontapé inicial de nossa análise. As atividades desenvolvidas em seu ministério perpassam sua obra, conforme já mostrara em livro Sidney Chalhoub, mesmo que sejam alusões mínimas e sutis. Nossa pesquisa encontrou algumas relações entre as atividades desenvolvidas na Diretoria Geral de Viação, que Machado de Assis chefiou de 1892 até 1897, e o conto “Evolução”. No

conto “Pai contra mãe”, “Maria Cora” e “Suje-se gordo!” encontramos referências diretas à cidade do Rio de Janeiro, mas não da cidade moderna que estava surgindo sob as picaretas governamentais, obra fiscalizada e desenvolvida pelo Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas, cuja Diretoria-Geral de Contabilidade foi chefiada por Machado de 1902 até sua morte, em 1908. Nesses contos encontramos referências à cidade antiga, da cidade que está desaparecendo, que era querida como uma *reliquia* pelo escritor Machado de Assis.

O escritor Machado de Assis faz um registro de uma cidade que se vai, de uma sociedade que está em transformação, apresentando, em seus textos, aquela que se extingue. No Rio de Janeiro que está surgindo após as reformas urbanas e saneadoras do início do século XX, ruas como Guarda Velha e do Parto não tem mais espaço. A Rua da Misericórdia, que viu o nascimento da cidade, perdeu muito de si quando da destruição do Morro do Castelo, após 1920, é citada em “Anedota do *Cabriolet*”. Até as importantes Ouvidor e Ourives cedem terreno e importância à grandiosidade da Avenida Central, hoje Rio Branco, amplamente comentada nesse trabalho.

A época em que um olhar de mulheres como Capitu, Sofia e Maria Cora dizia quase tudo (mas relevando muito pouco) a homens como Bentinho, Rubião e Correia está deixando de existir, como comentamos durante a análise dos contos de *Relíquias de Casa Velha*. A proximidade que existia entre os transeuntes das ruelas estreitas cedeu espaço ao alargamento da nova *urbe* que surgia, impessoal e cosmopolita. Nos contos e em toda a obra machadiana, conforme constatamos nos romances citados (que deverão ser explorados num trabalho de doutoramento futuro), encontramos somente a cidade antiga, numa alusão indireta, melhor, numa negação direta à nova cidade que surge. A relação entre o funcionário e o escritor está em que o primeiro lida profissionalmente com a modernidade, enquanto o segundo opta por registra o passado.

Os trajetos urbanos percorridos pelas personagens podem ser lidos nas entrelinhas de contos como “Marcha Fúnebre”, em que o deputado Cordovil transita por ruas não declaradas, mas deixando espaço para conjecturas funestas sobre sua morte. Em “Umas Férias”, há uma única rua citada de modo explícito, enquanto o restante do trajeto das crianças é anônimo, corroborando uma constatação que é ampliada na leitura dos contos “Marcha Fúnebre”, “Suje-se Gordo!” e “Anedota de



*Cabriolet*”: é nas ruas, durante os trajetos urbanos, que o escritor coloca dúvidas em suas personagens. E depois, é no espaço privado que elas refletem sobre si e o outro, tomam decisões e atitudes. Em “Capitão de Voluntários”, por exemplo, o casal busca a balsa para encontros furtivos, marcados à surdina, na casa de Emílio, o marido traído.

As ruas e espaços públicos não são somente cenários, acabam tendo uma função literária. Quando Quintanilha recebe a bala revoltosa que o matou, ele está na Praça 15 de Novembro, palco de muitas manifestações e de mudança tão drástica como o início da República. O autor detalha o ano, salientando a motivação de tal bala voadora. Não entra em detalhes históricos, como é do seu feitio, mas, indiretamente, podemos fazer a costura da História Brasileira com o conto. Da mesma maneira, vemos a importância das estradas de ferro para o país, aludida no conto “Evolução”, de 1884. O burocrata, que gerenciou a pasta da Viação do governo federal na década de 1890, deve ter constatado o quão difícil é fazer algo pelo país, como mandava a frase de Inácio, tão cara a Benedito. Pena a frase não ser lembrada pelos governantes brasileiros do século XX e XXI. Em “Um Capitão de Voluntários” a Guerra do Paraguai serviu somente como rota de fuga para o marido traído, que, antes da traição de seu amigo Simão de Castro, não iria para a guerra nem como coronel. Mas essa alusão à Guerra mostrou que nem todos tinham a mesma opinião sobre a participação do Brasil nesse evento.

A Revolução Federalista do Rio Grande do Sul é um dos poucos momentos em que os escritos Machado de Assis transmitem algum tipo de sentimento em relação a um evento dessa natureza. A dor e o drama de uma das revoluções mais sangrentas da história do país tiveram registro através da sensibilidade apresentada em certos momentos nesse conto (mesmo que a personagem narradora apresente-se isenta às batalhas). Apesar de tomar conhecimento de tudo que ocorria no país, tanto como cronista de jornal como funcionário do governo federal, pouquíssimas vezes o escritor abordou fatos históricos em sua obra. E poucas vezes o fez de forma tão direta e sensível como nesse conto.

As oposições complementares chamaram nossa atenção. Em vários contos, há personagens em situações opostas, como “Pílades e Orastes” e “Evolução”, além dos pais de “Pai contra mãe” e dos réus de “Suje-se Gordo!”. Elas

possuem personalidades ou necessidades opostas, que, diante de um drama ou dilema, são obrigados a tomar uma atitude ou, de alguma maneira, expõem alguma faceta não revelada. Colocando suas personagens em situações opostas que se complementam, o autor não as julga, deixando ao leitor o papel de analisar os fatos narrados — e, nas entrelinhas narrativas, suas opiniões irônicas sobre o homem e a sociedade.

O espaço público serve como local para contatos e conhecimentos. Nos contos analisados, isso é um procedimento recorrente. Em “Pai contra Mãe”, é na Rua da Ajuda esquina com Rua do Parto que Cândido encontra Arminda. “Maria Cora” caminha pelo centro do Rio de Janeiro, passando por diversas ruas existentes até hoje. Em “Marcha Fúnebre”, é na Rua do Aterrado que o deputado Cordovil vê o morto que provoca a insônia e a escolha sobre sua morte. Foi na praça Quinze de Novembro que Quintanilha recebeu o tiro que o matou, em “Pílades e Orestes”. É pelas ruas que as crianças de “Umas Férias” tentam imaginar o motivo de sua saída da escola. É no sacolejo do *cabriolet* pela Rua da Misericórdia que o sacristão tenta descobrir quem eram os moribundos receberiam a extrema-unção, em “Anedota do *Cabriolet*”. É numa das balsas para Niterói que Simão de Castro tem seu primeiro encontro furtivo com Maria, em “Um Capitão de Voluntários”. É numa rua de Paris que Benedito reencontra Inácio, em “Evolução”, depois de se conhecerem num carro indo para Vassouras.

E aqui entramos numa leitura mais tradicional da obra machadiana, mas que proporciona, como sempre, algumas descobertas literárias. Ao analisarmos psicologicamente suas personagens compreendemos um pouco mais o domínio que o escritor Machado de Assis possuía dos segredos da psique humana. A falta de confiança em si e o desconhecimento do universo feminino levam homens como Correia de “Maria Cora”, Quintanilha de “Pílades e Orestes” e Simão de Castro de “Um Capitão de Voluntários” ao sofrimento. Além do distanciamento psicológico que há entre homens e mulheres na obra machadiana, encontramos algumas aproximações psicológicas, que superam o distanciamento social, como no caso de interesse mútuo na vida alheia pelo Comendador Brito e pelo sacristão João das Mercês. Esse é um dos tantos exemplos da ironia ferina de nosso escritor que, apesar de não ser o centro desse trabalho analítico, não poderíamos deixar de comentá-la. “Pai contra mãe” é um tratado de como um escritor pode ser genial e ao, mesmo

tempo, mordaz e cruel com suas personagens. A *evolução* da frase de Benedito em “Evolução” também é tratada pelo narrador com a habitual sagacidade. Em “Suje-se Gordo!”, temos dois casos de desvio de dinheiro praticamente comprovados, em que só vai preso o infrator que assume. O que o nega com veemência á absolvido.

Poderíamos citar outros episódios relevantes da análise que fizemos de *Relíquias de Casa Velha*, mas nossa intenção com essa conclusão é ser menos repetitivo do que já fomos e salientar os fatos relevantes desse trabalho. A pesquisa que fizemos para produzir essa dissertação acrescentou informações sobre a vida e a obra de Machado de Assis, que até então eram pouco comentadas por seus críticos. Pensamos que há possibilidade de ampliar nossa leitura, levando a análise do cenário urbano para outros contos e, principalmente, para os romances do escritor, alguns citados ao longo desse trabalho. Há real interesse e condições de produzirmos um trabalho mais amplo, que deixamos para um possível Doutorado.

Em nosso trabalho de mestrado realizamos dois trabalhos. Um mostrando a vida profissional e outro analisando o livro de contos *Relíquias de Casa Velha*. Pudemos constatar que sua obra e sua vida profissional tiveram pontos de contato. Poucos e extremamente sutis, mas que proporcionam enxergar sob uma nova ótica a obra machadiana. E, a partir desses contatos, podemos enxergar uma cidade antiga que cedeu espaço à modernidade, podemos *olhar* com a miopia de um escritor que busca o mínimo e o escondido, para o passado de uma cidade e de um país escravocrata, imperialista através de uma visão centrada no século XIX. Apesar de parte de sua obra ser produzida no século XX e permanecer extremamente viva pelo século XXI adentro, o *olhar* do escritor estava voltado para o país e para a cidade do Rio de Janeiro dos dezenove. Tudo isso ele fazia para mostrar o homem urbano e suas atitudes em sociedade, que nos servem de espelho até os dias de hoje.

## **BIBLIOGRAFIA**

### ***Corpus de análise***

ASSIS, Machado de. Relíquias de Casa Velha. *In. Obras Completas. Volume 1.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1962.

ASSIS, Machado de. *Relíquias de Casa Velha.* Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1990.

### **Referências Bibliográficas sobre o autor e obra**

ANDRADE, Ana Luiza. *Transportes pelo olhar de Machado de Assis.* Chapecó: Grifos, 1999.

ASSIS, Machado de. *Obras Completas. Volume 2.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1962.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas e Dom Casmurro.* São Paulo: Abril, 1978.

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó.* Paris: H. Garnier, 2ª ed., 1904.

ASSIS, Machado de. *Memorial de Aires.* Paris: Livraria Garnier, 1923.

ALMEIDA, Manoel Antonio. *Memórias de um sargento de milícias.* São Paulo: Ateliê, 2000.

BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma.* São Paulo: Ática, 1998.

BILAC, Olavo. A Avenida Central. *in, Revista Kosmos.* Rio de Janeiro: outubro e novembro de 1905.

BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. *O conto sul-rio-grandense: tradição e modernidade.* Porto Alegre: ed.Universidade/UFRGS, 1999.

- BOSI, Alfredo. *O Enigma do Olhar*. São Paulo: Ática, 1999.
- BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política*. São Paulo: Polis, 1983.
- BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 1997.
- CALDEIRA, Jorge. Et. Al. *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- CARRER, Aline (concepção). *O Rio de Assis*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.
- FAORO, Raymundo. *A PIRÂMIDE E O TRAPÉZIO*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.
- FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro de Marc Ferrez*. Rio de Janeiro: Ex-Libris, 1989.
- \_\_\_\_\_. e SANTOS, Paulo F. (org.) *O Álbum da Avenida Central por Marc Ferrez*. Rio de Janeiro: Ex-Libris, s/d.
- FISCHER, Luis Augusto. Apresentação. In: *Marília de Dirceu*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.
- \_\_\_\_\_. In: *Machado- uma revisão*. Org. Rio de Janeiro: In fólio, 1998.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUC, 1996.
- FLORES DA CUNHA, Patrícia Lessa. *Machado de Assis: um escritor na capital dos trópicos*. Porto Alegre: IEL/Unisinos, 1998.
- GALANTE DE SOUSA, J. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: I.N.L., 1955.
- \_\_\_\_\_. *Fontes Para o Estudo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: INL, 1958.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliana ed., 1965.
- GLEDSON, John. *Ficção e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_.  
\_\_\_\_\_. Machado de Assis. O Rio de Janeiro em vários tempos. In, CARRER, Aline. (concepção). *O Rio de Assis*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- GOMES, Eugênio. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: São José, 1958.

- GONÇALVES, Aureliano Restier. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal da Cultura/Arquivo Geral da cidade do RJ, 2004.
- GRIECO, Agripino. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.
- KINNEY, A.M.M., e LEEDER, Roberto. (mapa) *Guia e plano da Cidade do Rio de Janeiro*, 1858. Cópia retirada na Biblioteca Nacional, RJ, em 2004.
- LISBOA, Alfredo. A Avenida Central. in, *Revista Kosmos*. Rio de Janeiro: outubro novembro de 1904.
- LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, ed. Unicamp, 1998.
- MAGALHÃES Jr, Raul. *Vida e obra de Machado de Assis. V.1:Aprendizado, v. 2:Ascensão, v. 3:Maturidade, v. 4:Apogeu*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O Funcionário público Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Min. da Viação, 1858.
- \_\_\_\_\_. *Machado de Assis Desconhecido*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1955.
- \_\_\_\_\_. *Ao redor de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1958.
- MATEUS, CAP. 1 e 2, in. *A Bíblia na linguagem de hoje*. 1998.
- MEYER, Augusto. *Machado de Assis 1935-1958*. Rio de Janeiro: São José, 1958.
- PEREIRA, Lucia Miguel. *Machado de Assis*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1949.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- RABELO, Marques e BULHÕES, Antônio. *O Rio do Bota-Abaixo*. Rio de Janeiro, Sec. Mun. Cultura, 1997.
- SARAIVA, Juracy Assmann. *O Circuito das memórias em Machado de Assis*. São Paulo/São Leopoldo: Edusp/Unisinos, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: Ed. 34, s/d.
- SOUSA, A. Candido. *Vários Escritos*. São Paulo, Duas Cidades, 1970.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso e A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In *Histórias da vida privada no Brasil*, V. 3. Org. Fernando Novais. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

TATI, Miércio. *O mundo de Machado de Assis: o Rio de Janeiro na obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

TRIGO, Luciano. *O viajante imóvel: Machado de Assis e o RJ de seu tempo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

### **Documentos públicos (ANEXOS)**

(autor não especificado) *Relatório apresentado ao senhor Presidente da República pelo Ministro de Estado das Indústrias, Viação e Obras Públicas, Ministro Antonio Francisco de Paula Souza*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893.

(autor não especificado) *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*, RJ, Imp. Nacional, 1898.

(autor não especificado) *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Ministro Lauro Severino Müller*. RJ, Imp. Nacional, 1904.

(autor não especificado) *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Ministro Lauro Severino Müller*. RJ, Imp. Nacional, 1905.

(autor não especificado) *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*, RJ, Imp. Nacional, 1906.

### **Sítios da Internet consultados:**

[www.dnit.gov.br/ferrovias/historicos](http://www.dnit.gov.br/ferrovias/historicos)

[www.usuarios.lycos.es/envidiograde/eletricos;bondrj.htm](http://www.usuarios.lycos.es/envidiograde/eletricos;bondrj.htm)

[www. Sociologicus.com](http://www.Sociologicus.com)

[www.portovelhoagora.com.br/fotos\\_antigas.asp](http://www.portovelhoagora.com.br/fotos_antigas.asp)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)